

**Robert Daibert Junior**

**ISABEL, A "REDENTORA DOS ESCRAVOS": UM ESTUDO DAS  
REPRESENTAÇÕES SOBRE A PRINCESA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de História do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas sob a orientação da  
Profa. Dra. Celia Maria Marinho de Azevedo.

Este exemplar corresponde à  
redação final da dissertação  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
25/09/2001

**BANCA**

**Profa. Dra. Celia Maria Marinho de Azevedo (orientadora)**

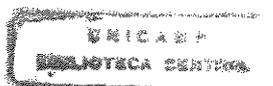
**Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes (membro)**

**Profa. Dra. Vera Hercília (Vavy) F. Pacheco Borges (membro)**

**Prof. Dr. Leandro Karnal (suplente)**

Setembro/2001

**UNICAMP**  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE



469200100

UNIDADE BC  
N.º CHAMADA:  
T/UNICAMP  
D 14 i  
V. \_\_\_\_\_ Ex. \_\_\_\_\_  
TOMBO BC/ 26624  
PROC. 16-392/07  
C  D   
PREC. R\$ 11,00  
DATA 20/10/07  
N.º CPD \_\_\_\_\_

2

CM00160244-4

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**D 14 i**      **Daibert Junior, Robert**  
**Isabel, a "Redentora dos Escravos": um estudo das**  
**representações sobre a Princesa / Robert Daibert Junior.**  
**-- Campinas, SP : [s.n.], 2001.**

**Orientador: Celia Maria Marinho de Azevedo.**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Isabel, Princesa, filha de D. Pedro II, Imperador do Brasil, 1846-1921. 2. Monarquia - Brasil. 3. Abolicionistas. 4. Brasil - História - II Reinado, 1840-1889. 5. Brasil - História - Abolição da escravidão, 1888. 6. Brasil - História - Império - 1822-1889. 7. Brasil - Família real. I. Azevedo, Celia Maria Marinho de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

## AGRADECIMENTOS

A concretização de um sonho leva tempo. Em visita ao Museu Mariano Procópio (Juiz de Fora-MG), no ano de 1997, deparei-me com uma estátua da Princesa Isabel tendo aos pés a figura de um negro em posição de submissão e adoração. Percebi que os visitantes passavam tranqüilamente pela peça sem muita atenção. Tratava-se de uma imagem clássica e já consagrada: a figura da Princesa “Redentora”. Imediatamente inúmeras perguntas vieram à minha cabeça. Comecei a olhar com estranhamento aquele “senso comum”. Naquela tarde, começava a nascer o projeto, que depois de diversos desdobramentos, culminaria na escrita desta dissertação.

De lá pra cá, muita coisa se passou. É extremamente difícil expressar, em poucas palavras, a importância das pessoas que direta ou indiretamente me acompanharam ao longo desta jornada. Aceito, no entanto, o desafio. Neste curto espaço, gostaria de deixar sumariamente registrado o meu agradecimento à Maraliz de Castro Vieira Christo, Professora da disciplina História da Arte, espaço em que este projeto começou a ser fomentado, ainda na graduação. Seu incentivo foi decisivo para que o trabalho não morresse numa gaveta em meio a tantos outros “papers” de final de curso. Sou igualmente grato ao Professor e, hoje amigo, Alexandre Mansur Barata pela disponibilidade nos momentos de insegurança e ansiedade. Com paciência, ouvia meus eternos lamentos e insatisfações, compartilhando sua experiência e encorajando-me a prosseguir. Também importante foi o entusiasmo de Célia Borges incentivando-me a andar sobre os trilhos da História Cultural e fazendo-me acreditar que era possível.

Ao longo da pesquisa, contei com a colaboração de Newton Barbosa de Castro e Jean Menezes do Carmo, do Instituto Histórico e Geográfico e do Círculo Monárquico de Juiz de Fora, nos esclarecimentos relativos às questões que envolveram a Monarquia no Brasil e a dinastia dos Bragança. A eles o meu obrigado.

Entre os funcionários das diversas instituições de pesquisa visitadas, gostaria de registrar meu agradecimento especial à Eneida, da Biblioteca de Obras Raras do Museu Mariano Procópio, à Neibe e à Fátima do Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, à Cláudia e à Sandra da Biblioteca de Obras Raras do Museu Imperial de Petrópolis, ao Sátiro e à Carla, funcionários do Arquivo Nacional, e à Eliane do Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Sem o profissionalismo destas pessoas, este trabalho não teria sido possível.

Agradeço também ao Príncipe D. Pedro Carlos de Orleans e Bragança, bisneto da Princesa Isabel, por ter permitido meu acesso ao Arquivo do Grão-Pará, onde encontra-se guardado o acervo privado da Família Imperial. O contato com tal documentação foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Sou grato à Professora Dra. Vavy Pacheco Borges e ao Professor Dr. Leandro Karnal pelas valiosas críticas e sugestões dadas por ocasião do exame de qualificação. Suas importantes intervenções deram, naquele momento, o encaminhamento necessário à finalização da dissertação.

Ao longo de toda esta exausta trajetória contei com o estímulo constante de minha orientadora, a Professora Dra. Celia Maria Marinho de Azevedo, que desde o início acreditou em minha proposta. Com compromisso ímpar, Celia esteve presente, apresentando-me questões, críticas, sugestões e elogios, sempre na medida certa.

Ensinou-me que a seriedade e o rigor são requisitos indispensáveis para o bom encaminhamento do trabalho. Com extrema competência e profissionalismo, leu meus textos e discutiu pacientemente minhas idéias com seriedade e aprofundamento.

A temporada em Campinas tornou-se mais agradável com a presença de pessoas que fizeram o ambiente acadêmico menos frio e individualista. Neste sentido, agradeço à Solange, ao Glaydson, ao Leandro, à Camila e à Helen, pela vivência compartilhada nas salas de aula, bibliotecas, cantinas, arquivos e restaurantes. Tais companhias foram verdadeiros temperos no terreno árido de dificuldades.

O companheirismo e amizade de Ana, Anthony, Cláudia, Joelma, Mônica, Rosani e Sonia também foram extremamente importantes. Fizeram-me, por inúmeras vezes, voltar ao presente século, lembrando-me que havia vida útil fora dos estudos.

Agradeço à FAPESP por ter me concedido uma bolsa de pesquisa, financiando inclusive minhas inúmeras viagens pelos arquivos espalhados por várias cidades.

Por fim, agradeço aos meus pais Robert e Edir e à Alessandra, minha irmã, pelo carinho incondicional, pela torcida e pela compreensão nos momentos difíceis pelos quais passei. Sem vocês este trabalho não teria existido. Obrigado por acreditarem em mim. Amo vocês.

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

Dedico este trabalho ao Pedro, meu sobrinho, que veio ao mundo quando eu estava na fase da pesquisa e, por muitas vezes, durante a escrita da dissertação, me trouxe ânimo e paz, ao abrir seu belo sorriso.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo acompanhar o processo de construção, circulação e apropriação de diferentes representações sobre a Princesa Isabel. Começando pelo seu nascimento, em 1846, este trabalho traz à luz diferentes momentos da construção de sua figura pública ao longo do Segundo Reinado e após a queda da Monarquia no Brasil. Busca-se mostrar como a formação da imagem da Princesa como “Redentora dos escravos” respondeu às necessidades políticas de um abolicionismo moderado, bem como às negociações relativas à continuidade do regime monárquico sob a condução de Isabel como possível Imperatriz. Procura-se ainda explicar de que maneira sobreviveu a representação da Princesa como “Redentora” apesar da insistência republicana em apagá-la da memória coletiva. Para tanto, são analisadas as comemorações do 13 de maio realizadas pelos afro-descendentes a fim de mostrar como suas festividades e manifestações religiosas perpetuaram os pressupostos culturais africanos transplantados para o Brasil e, ao mesmo tempo, trouxeram novos significados à sua herança cultural. Por fim, apresenta-se a “ressurreição” da imagem da Princesa “Redentora”, após a morte de Isabel em 1921. E sua posterior ascensão ao panteão de heróis civicos brasileiros, posição ainda resistente, apesar de consideravelmente ameaçada pela emergência do herói negro Zumbi, evidenciada durante as comemorações do centenário da Abolição da Escravidão no Brasil em 1988.

## ABSTRACT

This dissertation aims to <sup>follow</sup> ~~follow~~ the process of construction, circulation and appropriation of different representations of Princess Isabel. Beginning with her birth, in 1846, this work brings to light different moments of the construction of her public figure throughout the Second Reign and after the fall of the Monarchy in Brazil. The central concern is to show how the formation of the image of the Princess as the “Redeemer of the slave” responded to the political needs of a moderate abolitionism as well as to the political negotiations toward the continuity of the monarchic regime under the rule of Isabel as the would-be Empress. This work also aims at explaining in which manner the representation of the Princess as the “Redeemer” of the slaves has survived despite the republican insistence in erasing it from the collective memory. The commemorations of May 13<sup>th</sup>, the day the Abolition Law was signed, conducted by people of African descent in the streets are also analyzed here in order to show how their feasts and religious manifestations perpetuated African ways of being in Brazil and, at the same time, brought new meanings to their cultural inheritance. Finally, it concludes presenting the “resurrection” of the image of the “Redeemer” Princess, after Isabel’s death in 1921. Her ascension to the pantheon of Brazilian civic heroes still resists although considerably threatened by the emergence of the black hero Zumbi during the commemorations of the centennial of the Abolition of Slavery in Brazil in 1988.

## ÍNDICE

Introdução .....	11
Capítulo 1 - Princesa Isabel, as representações da herdeira do trono no cenário Imperial .....	17
Capítulo 2 - No ocaso da monarquia: vida e morte da “Redentora” .....	81
Capítulo 3 - Tempos republicanos: sepultamento, ressurreição e ascensão da “Redentora” .....	141
Considerações Finais .....	189
Anexo .....	195
Bibliografia .....	203

## INTRODUÇÃO

Veiculada de modo sistemático após a abolição da escravidão, a imagem da Princesa Isabel como “Redentora” dos escravos cristalizou-se como representação oficial do fim do regime escravista. E ainda hoje, mesmo em menor escala, está presente na lembrança de muitos brasileiros. Enquanto nos Estados Unidos, poucos cidadãos sabem citar a data em que foi extinta a escravidão no país, no calendário brasileiro o 13 de maio tornou-se um importante dia a ser lembrado.<sup>1</sup>

A consolidação da imagem da Princesa Isabel enquanto “Redentora” dos escravos aproxima-se de uma interpretação que atribuiu aos negros um papel secundário no processo de superação do escravismo. A abolição, vista enquanto dádiva, fez parte de uma idéia que creditou, a um grupo diminuto, o papel de condutor de uma massa de negros escravizados e passivos rumo à civilização. Trata-se do movimento abolicionista moderado, formado basicamente por jornalistas, políticos e intelectuais da Corte, que construiu a imagem de si mesmo como verdadeiro redentor dos negros, tendo à sua frente a Princesa Isabel. Desta maneira, os negros foram vistos como incapazes de desfrutar de uma consciência que lhes conduzisse à ações autônomas e que contribuísse de maneira eficaz para a desestruturação do escravismo, uma vez que estariam degenerados pelas mazelas da escravidão.

Esta postura, que negou ao negro a condição de sujeito da História, foi posteriormente incorporada pela produção historiográfica, conforme alerta Celia Maria Marinho de Azevedo.<sup>2</sup> A autora se refere às posições defendidas pelos expoentes da

---

<sup>1</sup> Georges Reid Andrews. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998, p. 329.

<sup>2</sup> Celia Maria Marinho Azevedo. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites. Séc. XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 175-179 e 218.

chamada Escola Paulista, dentre os quais destacam-se os trabalhos de Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Emília Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso.<sup>3</sup> Para estes autores, os negros seriam incapazes de empreender, por sua própria consciência, atitudes concretas que abalasse as estruturas do sistema escravista. Em contrapartida valorizam a atuação do movimento abolicionista, grupo que teria sido portador de um caráter revolucionário e, portanto, capaz de conduzir os negros passivos no combate à escravidão.

Esta interpretação passou a ser questionada a partir do desenvolvimento de pesquisas dedicadas à interferência da ação dos escravos no processo de superação do cativeiro. Autores como Celia Maria Marinho de Azevedo, Sidney Chalhoub e Maria Helena Machado,<sup>4</sup> por meio de abordagens distintas, questionaram a passividade dos negros, entendendo-a como uma construção histórica. Em uma perspectiva diferente, estes novos trabalhos buscaram demonstrar que os escravos desempenharam, através de motivações próprias, um importante papel no desmonte da instituição escravista.

Mas como entender a consolidação da imagem da Princesa Isabel como “Redentora” dos escravos num projeto que se por um lado buscava controlar a movimentação dos negros colocando-se como seus condutores, por outro esbarrava na forte pressão exercida pelos negros que, por meio de ações autônomas e carregadas de significados próprios, recusavam-se a assumir uma posição de passividade frente aos interesses dos setores dominantes? Como conjugar a significativa presença da

---

<sup>3</sup> Florestan Fernandes, A integração do negro na sociedade de classes, 3 ed. São Paulo: Ática, 1978; Otávio Ianni, Raças e classes sociais no Brasil, 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987; Emília Viotti da Costa, Da senzala à colônia, 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989; Fernando Henrique Cardoso, Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional, 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>4</sup> Azevedo, Onda negra, medo branco; Sidney Chalhoub, Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Cort. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; Maria Helena P. T. Machado, O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da escravidão. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

população em torno das comemorações da abolição promovidas pela Monarquia, bem como a provável receptividade positiva do regime monárquico entre os negros, com a realidade de lutas e resistências cotidianas empreendidas pelos negros contra o sistema escravista? E ainda, como pode se consolidar entre os negros, que rejeitavam cotidianamente a imagem de passividade frente aos ditos doadores da abolição, a imagem de uma Princesa “Redentora” e portanto merecedora de glórias?

Diante destas questões, esta dissertação tem como proposta acompanhar o processo de construção da imagem da Princesa Isabel enquanto “Redentora” dos escravos, debruçando-se sobre as representações da figura pública da herdeira do trono desde o seu nascimento, em 1846, passando pelas diferentes conotações e apropriações de sua imagem ao longo do tempo, chegando até ao momento de comemoração do centenário da abolição da escravidão em 1988. Interessa-me, assim, o movimento de construção, circulação e apropriação de suas diferentes representações, com destaque para o revestimento de sua imagem pelo discurso de um abolicionismo redentor, uma moeda que trazia em sua contraface a imposição de uma imagem passiva dos ex-escravos, numa sociedade que devia ser controlada por brancos “doadores”. O desenrolar do processo de formação da imagem da Princesa “Redentora”, em suas respectivas fases, é analisado no texto a partir de uma analogia com a história de Cristo.

No primeiro capítulo abordo a construção das distintas representações que circulavam em torno da imagem de Isabel, a partir de seu nascimento com destaque para os momentos em que eram discutidos a continuidade do regime monárquico sob a condução de Isabel como futura Imperatriz, sobretudo nas ocasiões em que exerceu as

duas primeiras Regências, iniciadas respectivamente nos anos de 1871 e 1876. Acompanho os embates presentes nas lutas de representações que a envolveram na fronteira entre as esferas pública e privada, valorizando-a ou descaracterizando-a como possível governante brasileira, antes mesmo de sua atuação na Terceira Regência, período em que assinou a lei que extinguiu a escravidão no país.

No segundo capítulo, trato da gradual aproximação de Isabel com a luta em prol da abolição, nos últimos anos que antecederam a aprovação da chamada “Lei Áurea”. Em seguida, analiso a nobilitação da figura pública de Isabel, diante da tentativa monárquica de afirmá-la como responsável máxima pelo fim do escravismo no Brasil, empenhando-se em anunciar o seu reinado de glória, a fim de conferir legitimidade ao Terceiro Reinado e ao regime monárquico como um todo. Projeto abortado com a queda do Império.

No terceiro e último capítulo apresento as tentativas republicanas de revestir o 13 de maio de um novo significado por meio de uma política do esquecimento. Procuo ainda explicar de que maneira sobreviveu a representação de Isabel como “Redentora” dos escravos diante da insistência republicana em apagá-la da memória coletiva. Para tanto, debruço-me sobre as comemorações do 13 de maio realizadas pelos negros, levando-se em consideração os pressupostos culturais africanos transplantados para o Brasil. Procuo ainda apresentar a “ressurreição” da Princesa “Redentora”, após a morte de Isabel e sua posterior ascensão ao panteão de heróis cívicos brasileiros.

Para a escrita da dissertação, realizei uma análise crítica das notícias de jornais, poemas, relatos de festas, fotografias, “charges”, correspondências, e escritos abolicionistas, entre outros. Esforcei-me por apreender quem dizia o que sobre a

Princesa, a quem, por meio de que canais e códigos, em que cenários, e ainda quais as intenções e efeitos.<sup>5</sup> O desenvolvimento deste trabalho contou com algumas questões teóricas básicas que serviram como referência para a leitura crítica das fontes e escrita do texto. Foram tomadas como inspiração as proposições da chamada Nova História Cultural e suas variantes ligadas ao diálogo com a antropologia. Roger Chartier, um dos principais expoentes destas proposição, através das noções de representação e apropriação, critica a clássica polarização entre objetividade das estruturas e a subjetividade das representações. Propõe que para se ultrapassar tal polarização é necessário considerar os esquemas culturais que geram as percepções próprias de cada grupo como instituições sociais, incorporando as demarcações da própria organização social sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas. Para o autor, o objetivo primeiro da História Cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.”<sup>6</sup> Para se alcançar tal objetivo é necessário considerar as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do real e são partilhadas pelos grupos. Enfatiza ainda que as representações do mundo social apresentam-se como universais mas são, na verdade, discursos determinados pelos interesses do grupo que as forjam. O autor entende que as representações são “matrizes de discursos e de práticas diferenciadas que tem como objetivo a construção do mundo social e como tal a definição contraditória das

---

<sup>5</sup> Inspiro-me aqui em Peter Burke. A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 25.

<sup>6</sup> Roger Chartier. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990, pp. 16-17.

identidades, suas e dos outros".<sup>7</sup> Assim, as apropriações são social, institucional e culturalmente determinadas, produzindo formas diferenciadas de interpretação.<sup>8</sup>

Também Marshall Sahlins apresenta uma crítica ao modo pelo qual se tem pensado a cultura no Ocidente através das oposições entre: estabilidade e mudança, estático e dinâmico, estado e ação, real e ideológico, história e estrutura. Propõe que a cultura funciona como uma síntese entre estas categorias, síntese esta que deve ser descoberta.<sup>9</sup> Para Sahlins, há uma interação dual entre a ordem cultural constituída na sociedade e a ordem cultural vivenciada. Afirma que "se por um lado a cultura é historicamente reproduzida na ação, por outro lado ela é alterada historicamente na ação."<sup>10</sup> É este movimento que permite que os sujeitos estabeleçam interpretações diferenciadas e que a sociedade elabore um consenso.<sup>11</sup>

Estaremos assim, considerando a construção da imagem sagrada em torno da figura da Princesa Isabel como uma mitologia política forjada com pretensões de universalidade e que se colocava como fundadora de um novo tempo. Uma representação que se estabeleceu como matriz de discursos e práticas diferenciadas pelos diversos grupos que se apropriaram, de acordo com seus próprios esquemas de percepção do mundo social, da representação emitida pelos articuladores daquela imagem. Assim, a partir de tais inspirações, a sobrevivência da imagem da Princesa Isabel como "Redentora" dos escravos será apreendida através de sua reprodução e conseqüente alteração histórica.

---

<sup>7</sup> Ibid. p.18.

<sup>8</sup> Ibid. pp. 26-28.

<sup>9</sup> Marshall Sahlins. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, pp. 179-180.

<sup>10</sup> Ibid. p. 7.

<sup>11</sup> Ibid p.10.

## Capítulo 1

### Princesa Isabel, as representações da herdeira do trono no cenário Imperial

Durante muito tempo era opinião corrente a crença de que o destino individual de governantes e pessoas ilustres permitia compreender os rumos de uma nação. Assim, por muitos séculos a apresentação pública de reis e Rainhas foi alvo de intensas preocupações e investimentos. Sua imagem e prestígio social eram vistos como determinantes. Embora esta crença tivesse sido abalada com o advento do Iluminismo e suas prerrogativas laicizantes, tal preocupação não desapareceu completamente. Antes, esteve presente no horizonte de representantes de regimes políticos herdeiros desta tradição que remonta raízes nos tempos medievais.

No presente estudo, abordo a existência desta crença no Brasil oitocentista, em que o regime monárquico, encarado como planta exótica em território americano, precisava garantir sua continuidade, afirmando-se como um governo legítimo e viável. Para tanto, busco investigar embates presentes na construção da imagem de Isabel como uma governante capaz de dar prosseguimento ao regime. Trato da construção das distintas representações que circulavam em torno de sua figura, valorizando-a ou descaracterizando-a. Segundo Roger Chartier, é do crédito acordado ou recusado às representações - que um poder político ou um grupo social oferece de si mesmo - que depende a autoridade do primeiro e o prestígio do segundo.<sup>12</sup> O autor, ao trabalhar as representações, afirma que as mesmas, embora aspirem à universalidade, são de fato

discursos determinados pelos interesses dos grupos que as forjam e, por isso, competem entre si, na busca de afirmação.<sup>13</sup> Considerando tais proposições, buscarei, nos discursos analisados, acompanhar as lutas de representações que envolveram a figura de Isabel na fronteira entre as esferas pública e privada, a partir de seu nascimento com destaque para os momentos de participação nas duas primeiras Regências.

### **O nascimento de uma Princesa Imperial**

Em 29 de julho de 1846 nascia, pela segunda vez, no Paço Imperial da Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro, uma criança proveniente do casamento de D. Pedro II. Após o nascimento do Príncipe Imperial D. Afonso Pedro (1845), herdeiro presuntivo do trono, nascia a Princesa Isabel. Embora não fosse, naquele momento, a herdeira da Coroa, seu nascimento trouxe, como era de praxe nestas ocasiões, bastante movimentação ao Palácio São Cristóvão. Além dos representantes das duas Câmaras da Assembléia Geral Legislativa também estavam presentes secretários de Estado, ministros, conselheiros, juizes territoriais, velhos titulares, o vice capelão mor, o médico da semana, aias e moços fidalgos convocados para assistir aquele nascimento. O fato precisava ser testemunhado e documentado. Não era um simples acontecimento familiar. Era também e principalmente um fato político. Para marcar o momento, foram lavrados três autos de nascimento com a assinatura do ministro e secretário dos negócios do Império, pelo médico e pelas demais testemunhas. Um deles foi entregue a D. Pedro II, outro foi enviado ao Reino das Duas-Sicílias<sup>14</sup> e o terceiro guardado no Arquivo

<sup>13</sup> Roger Chartier. *Pouvoirs et limites de la représentations: sous l'oeuvre de Louis Marin*. In: *Annales: histoire et sciences sociales*, 49<sup>e</sup> année, n.2. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, novembre-décembre, 1994, p. 413.

<sup>14</sup> Roger Chartier. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990, pp. 15-18.

<sup>14</sup> Reino do qual provinha a Imperatriz Tereza Cristina, mãe da Princesa.

Público do Império.<sup>15</sup> Era preciso marcar aquele momento, tornando-o oficial, memorável e histórico. A notícia do nascimento chegava aos habitantes das mais distantes províncias, por meio da divulgação do auto que circulava na imprensa e nos dos anuários.<sup>16</sup>

A movimentação envolvia vários elementos sejam eles representantes religiosos, políticos, aristocráticos, entre outros. Para uns, era a possibilidade de estar próximo ao Imperador demonstrando fidelidade. Para outros, uma obrigação enfadonha, simplesmente protocolar. Para outros ainda, uma forma de testemunhar religiosamente o nascimento. Cada qual, com seu respectivo olhar, emprestava àquele nascimento uma conotação específica, carregada de sentido próprio. Apesar das distintas perspectivas, a presença de todas aquelas pessoas no palácio à espera do nascimento contribuía para o marco inicial da vida de uma pessoa que deveria ser vista e considerada como alguém especial por toda a sua existência. E, para tanto, precisava receber um tratamento diferenciado. Do berço ao túmulo, sua apresentação pública precisava ser assinalada sempre de forma peculiar. Aquela menina não poderia ser simplesmente Isabel, mas sim a Princesa Isabel. No pequeno título já antevia-se uma grande distinção. Embora não fosse a herdeira presuntiva do trono por estar ainda vivo o primogênito D. Afonso, era a menina um membro da família Imperial brasileira. Como tal deveria tornar-se um modelo, uma figura exemplar que representasse o ideal de uma brasileira a ser seguido. Fazia parte de uma família que deveria representar uma espécie de “sagrada família cristã” no sentido da representação política da nação. Assim como os pais fundadores do

---

<sup>15</sup> Hermes Vieira. *Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras*. São Paulo: GRD, 1989, p. 4.

<sup>16</sup> *Anuário político, histórico e estatístico do Brasil: 1846*. Rio de Janeiro: Casa de Firmin & Didot Irmãos, 1846, p. 370.

cristianismo, os membros da família Imperial deveriam representar os fundamentos da constituição da nação fundada em 1822.

Havia, durante o regime monárquico, a recorrente necessidade de se afirmar a analogia entre a Monarquia e a família. Tal comparação constituiu-se até em argumento pela restauração do regime, como pode se observar no Manual do Monarquista, escrito anos após a instauração do regime republicano no país. Diz o texto:

No regime monárquico, a nação é modelada pela família (...) Na família nacional, o pai é o Imperador; a mãe, os partidos políticos, que limitam o poder Imperial; os filhos são os cidadãos. Demais, este governo é necessariamente paternal, porquanto os atos do Imperador são, como na família doméstica determinados pelas necessidades do povo. Assim, pois, é perfeita a analogia entre a Monarquia e a família. (...) O Imperador exerce uma única função – a de autoridade protetora, que lhe confere a organização social, ou descentralização, sem a qual não haverá Monarquia, mas sim Ditadura.<sup>17</sup>

No regime monárquico, o Imperador deveria desempenhar o papel de pai protetor da nação. Como cabeça da nação era também o chefe da família nacional. Todos os brasileiros assim deviam considerá-lo. Neste sentido, a figura dos Príncipes e Princesas aparece também como um importante veículo de expressão da ordem e da moral a ser seguida por todos os brasileiros. Os Príncipes assumiam assim o papel de filhos exemplares. Demonstravam a atitude a ser desempenhada por todo brasileiro que, como eles, eram filhos do monarca.

No discurso do senador Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, que pronunciou-se como representante do Estado, fica claro a projeção desta expectativa em

---

<sup>17</sup> Couto Magalhães. Manual do monarquista. São Paulo: Typographia Editora "O pensamento", 1913, pp. 12-14.

relação à figura da Princesa. Diz o senador em discurso proferido diante de D. Pedro II por ocasião do nascimento de Isabel

Qual nova estrela que tem de abrilhantar a família de V.M.I. luzente como seus progenitores, vem esse recém-nascido pimpolho da mais antiga estirpe dourar a aurora do reinado de V.M.I., e espargir um dia os eflúvios da doçura e gentilezas maternas, para exemplo de seu sexo e ídolo das virgens brasileiras; fazendo no entanto as delícias do Paço Imperial e o ornamento da amizade paternal.<sup>18</sup>

Para o autor, caberá à Princesa o papel de irradiar e emanar a doçura e a gentileza materna. Essa é a função básica de seu sexo: a procriação, atributo de sua condição feminina. Uma atividade doméstica ligada ao domínio privado. Assim, de modo exemplar, a Princesa servirá de modelo às brasileiras que querem, como ela, agradar a autoridade paterna. O desempenho desta função será motivo de alegria para o Imperador, o pai protetor e representante da família nacional. Ao nascer a Princesa, não havia outra expectativa sob sua figura. Como as irmãs de D. Pedro II, Isabel deveria ser mais uma Princesa, educada para se casar com um Príncipe estrangeiro, vindo a residir fora do país. E, por onde andasse, representaria diplomaticamente os interesses do Brasil junto a outros países.

Mas, com a morte do Príncipe primogênito, em 1847, a sucessão do trono recaía sob a Princesa mais velha enquanto não ocorresse um possível nascimento de uma criança do sexo masculino. Neste mesmo ano, a Imperatriz dava à luz uma terceira criança. Frustrando as expectativas daqueles que viam na figura de um sucessor masculino um alicerce seguro para a continuidade da Monarquia, nascia a Princesa

---

<sup>18</sup> Francisco de Paula de Almeida Albuquerque. "Discurso proferido por ocasião do nascimento da Princesa Isabel." Citado por Hermes Vieira. Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras. São Paulo: GRD, 1989, p. 4.

Leopoldina. Mas as esperanças foram novamente alimentadas com o nascimento, em 1848, de D. Pedro Afonso, Príncipe que se tornava herdeiro presuntivo da Coroa. De acordo com a Constituição do Império, a descendência legítima do trono deveria ser definida

segundo a ordem regular de primogenitura e representação, preferindo sempre a linha anterior às posteriores; na mesma linha, o grau mais próximo ao mais remoto; no mesmo grau, o sexo masculino ao feminino; no mesmo sexo a pessoa mais velha à mais moça.<sup>19</sup>

Assim, mesmo sendo Isabel a Princesa mais velha, o critério de masculinidade sobrepunha-se ao critério de primogenitura. Porém, com a morte deste Príncipe em 1850, mais uma vez, e de forma definitiva, Isabel deixava de ser simplesmente Princesa e tornava-se Princesa Imperial, título destinado somente aos herdeiros presuntivos do trono.

A perda de um herdeiro do sexo masculino foi vista como um grande abalo ao regime monárquico. Um ministro austriaco analisando o fato escreveu que com a morte daquele Príncipe estava o *"princípio monárquico enfraquecido, por falta do apoio com que contava de futuro."*<sup>20</sup> Em carta ao seu camarista Joaquim Teixeira de Macedo na manhã seguinte, à morte do menino, escrevia o Imperador *"Foi o golpe mais fatal que poderia receber, e, de certo, a ele não resistiria se não ficassem ainda mulher e duas crianças, que tenho a educar para que possam fazer a felicidade do país que as viu nascer, e é também uma de minhas consolações."*<sup>21</sup> O *Jornal do Comércio*, ao noticiar

<sup>19</sup> "Constituição Política do Império do Brasil." 1824. Título V, Capítulo IV, artigo 117. In: Constituições do Brasil. Rio de Janeiro: Aurora, s.d. vol. 1.

<sup>20</sup> Citado por Pedro Calmon. A Princesa Isabel: A "Redentora". São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941, p. 11.

<sup>21</sup> *Ibid.* pp. 9-10.

o cerimonial que envolveu a passagem do esquife do Príncipe pelas ruas da corte comentava

Foi extraordinário o concurso do povo apinhado nas ruas e praças por onde passou o préstito e a dor profunda causada por uma perda tamanha, tanto mais sensível quanto inesperada, via-se debuxada em todos os semblantes. A morte do Augusto Príncipe, depositário das esperanças de uma nação inteira, foi geralmente considerada como uma calamidade.<sup>22</sup>

O futuro do regime monárquico tornava-se motivo de preocupação para o Imperador e para os defensores do regime monárquico. O golpe não atingia somente aos sentimentos paternos de D. Pedro II. Atingia acima de tudo os interesses de Estado. Era a imagem da Monarquia que estava em jogo. A figura de uma governante não agradava aos políticos da época. O Imperador sabia dos problemas enfrentados por suas irmãs mais velhas. Maria da Glória enfrentou sérios problemas para conseguir assumir o trono de Portugal tendo que enfrentar as investidas de seu tio D. Miguel. No Brasil, durante o turbulento período regencial, cogitou-se da possibilidade da Princesa Januária, assumir a Regência até que Pedro II completasse a maioridade. Januária foi reconhecida diante da Assembléia Legislativa como Princesa Imperial<sup>23</sup> e chegou inclusive a prestar juramento à constituição diante das Câmaras,<sup>24</sup> mas a resistência era grande e por isso não se tornou Regente.

Em 1850, com a morte do irmão, Isabel estava de volta à cena principal. Era portanto pertinente a preocupação do monarca ao ver que a sucessão ao trono recairia sobre uma mulher. Ao tornar-se Princesa Imperial, a figura de Isabel não poderia mais

<sup>22</sup> *Jornal do Comércio*, 13 de janeiro de 1850.

<sup>23</sup> "Reconhecimento da Princesa Imperial Princesa Dona Januária." 31 de maio de 1836. Arquivo Nacional. CDE/SDE. Códice 726. Microfilme 003.0-76.

<sup>24</sup> "Juramento da Sereníssima Princesa a Senhora Dona Januária à Constituição Política do Império do Brasil." 4 de agosto de 1836. Arquivo Nacional. CDE/SDE. Códice 971. Microfilme 003. 0-76.

limitar-se ao papel de modelo das brasileiras, figura maternal exemplar ligada ao domínio privado. Era preciso ser considerada uma mulher capaz de assumir o comando do país, respondendo pelas questões públicas e promovendo a felicidade de seus súditos. Mas na construção desta imagem de futura governante, de pessoa pública, é que residia o problema.

A partir da Revolução Francesa, a separação entre o espaço público e o espaço privado se consolida. Distingue-se a sociedade civil da sociedade política. E, neste processo, segundo Michelle Perrot, *“as mulheres são colocadas à distância do político e mantidas em dependência no interior da sociedade civil.”*<sup>25</sup> A inferioridade da mulher era idéia ainda corrente no século XIX. Em um trecho extraído de uma interessante tradução portuguesa de um manual francês, circulado no Brasil em meados do século passado, aparece a seguinte afirmação:

O matrimônio dá ao homem uma companheira e à mulher um apoio, reúne debaixo do mesmo teto, um ser forte e um ser fraco. Ora, a considerarmos a sociedade na sua ordem primitiva, isto deveria ter sido previsto; e assim, é preciso admitir que de fato o foi.<sup>26</sup>

Embora negue a inferioridade da mulher ao longo do livro e busque exaltar sua responsabilidade civilizatória na educação de grandes homens incutindo-lhes um caráter honesto e ordeiro, o autor acaba por fundamentar a inferioridade feminina como algo natural. Em outro trecho é possível encontrar a seguinte afirmativa em relação aos papéis atribuídos ao homem e à mulher:

O pai é o representante da sociedade junto da família, a mãe só representa a ordem interior da casa, um leva os cuidados

<sup>25</sup> Geneviève Fraisse & Michelle Perrot. Introdução. In: George Duby & Michelle Perrot. História das Mulheres: o século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 19.

<sup>26</sup> L. Aime Martin. Educação das mães de famílias ou a civilização do genero humano pelas mulheres. Tradução de Joaquim Maria da Silva. Porto: Editor Francisco Gomes da Fonseca. 1857, tomo I, p. 371.

públicos, o outro prepara os prazeres diários do lar doméstico, é o pai quem governa a fortuna, quem ganha o pão de cada dia; é a mãe quem eleva o coração dos filhos ao amor de Deus e dos homens. Destarte, todas as funções do pai, ou seja magistrado, ou seja soldado, artista, burguês ou negociante, são exteriores e públicas; e todas as da sua companheira, ou seja Rainha ou fãmula, são interiores e privados; a natureza formou-a para a felicidade do pai e para a moralidade dos filhos.<sup>27</sup>

Como pode ser observado, buscava-se formar uma equivalência entre as esferas e os sexos: ao feminino caberia as funções ligadas ao domínio privado e ao masculino as questões públicas. Portanto, a presença de uma mulher no exercício de uma função política era sempre vista como maus olhos. Seu espaço por natureza é a casa, onde educa os filhos e atende obedientemente ao marido. Mas, apesar desta intenção, as fronteiras permaneceram fluidas.<sup>28</sup>

Ao tornar-se sucessora natural do trono de Pedro II, Isabel precisava ser revestida simbolicamente de sua nova condição. De fato, iniciava-se naquele mesmo ano de 1850, em que morria o Príncipe Imperial, as tentativas de construção de uma imagem positiva de Isabel. Era necessário torná-la aceitável diante da nação para que fosse vista como futura governante, Princesa digna de se tornar a Imperatriz do Brasil. E, com esse objetivo, é que em 15 de julho de 1850 foi assinado o decreto número 674 que declarava de grande gala o dia 29 de julho, dia de seu aniversário.<sup>29</sup> A data adquiria, assim, importância diante do calendário oficial do Império. Na hierarquia festiva, estava acima da pequena e da média gala. Por meio deste decreto, o aniversário de Isabel equiparava-se a outros momentos considerados significativos. Assumia o mesmo status das festas

<sup>27</sup> Ibid. p. 116.

<sup>28</sup> Geneviève Fraissac & Michelle Perrot. In: George Duby & Michelle Perrot. História das Mulheres: o século XIX, p. 347.

<sup>29</sup> Hermes Vieira. Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras. p. 21.

cívicas, do dia do “Fico”, da maioria de Pedro II, da abertura e encerramento da Assembléia.

A preocupação por uma construção simbólica em torno de Isabel fica evidente se a compararmos com o tratamento dado à sua irmã, a Princesa Leopoldina, cerca de um ano mais nova. Enquanto o aniversário de Isabel era considerado dia de grande gala e comemorado no Paço Municipal (lugar público), o de Leopoldina tinha o status de média gala e era celebrado no Palácio da Quinta da Boa Vista, residência da família Imperial. Segundo Lília Schwarcz, os dias de grande gala eram marcados por recepções oficiais no Paço da Cidade, sede oficial da Corte. Constituíam-se acontecimentos solenes enquadrados em um rígido protocolo. Nesses momentos, a Monarquia se mostrava com todos os seus símbolos de poder e prestígio. Tais ocasiões, que *“representavam uma Monarquia que fazia a sua própria história e se pretendia eterna, pois hereditária, poderiam ficar eternizadas, pela força do impacto, na mente dos espectadores que se amontoavam pelas ruas para assistir a mágica do espetáculo e assim reforçá-la.”*<sup>30</sup>

O aniversário de D. Pedro II, já elevado também à categoria de dia de grande gala, multiplicava sua memória, anualmente, pelo país afora. A cada 2 de dezembro, o Imperador recebia os cumprimentos em pessoa na Corte, e nas outras províncias, eram os presidentes acompanhados por retratos e estandartes do monarca que personificavam sua presença em todo o país.<sup>31</sup>

As comemorações de aniversários constituíam-se um importante mecanismo de associação da figura do governante com a nação. Por esta forma criava-se uma associação entre a comemoração pela vida do aniversariante e a afirmação do sentido de

---

<sup>30</sup> Lília Schwarcz. As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 211.

sua existência. Isto é, reforçava-se anualmente o sentido específico daquela vida que deveria ser canalizada de forma especial para o cumprimento do papel público ao qual estava destinado. Era como se a celebração de sua vida não pudesse ser dissociada da comemoração de sua função pública. Tal intenção já havia sido explicitada na comemoração do aniversário de D. Pedro I. No Brasil, os dois primeiros dias elevados à categoria de festa nacional foram o 12 de outubro que correspondia simultaneamente à aclamação e aniversário do primeiro Imperador e elevação do Brasil à categoria de Império e o 7 de setembro, imortalizado como o dia da Independência. Após a oficialização das duas datas em 1823, a Assembléia consagrou, em 1826, o dia 9 de janeiro como dia do “Fico”, o 25 de março, dia em que foi jurada a Constituição do Império e o 3 de maio, dia da instalação da Assembléia Nacional. Em 1831, a mudança de rumo dada pela abdicação de D. Pedro I provoca novas mudanças no calendário cívico nacional. O 12 de outubro (aclamação e aniversário do ex-Imperador) foi substituído pelo 7 de abril, data de sua abdicação que passou a ser celebrada com expressão de um nacionalismo que se confundia com um fervor anti-lusitano. Instituiu-se o 2 de dezembro, aniversário do Príncipe D. Pedro, futuro Imperador do Brasil. Mais tarde, em 1840, é o 23 de julho, aclamação da maioria de D. Pedro II, que se torna festa nacional. Como pode-se observar, o calendário de festas cívicas nacionais criava e apagava quadros de memória, oferecendo um mundo de novos sentidos, os quais deveriam tornar-se referenciais e pautar a vida do povo, inflamando-lhe o coração de amor pela Pátria.<sup>31</sup> Assim, ao se conceder um novo status ao aniversário natalício de

---

<sup>31</sup> Ibid. p. 255.

<sup>32</sup> Carla Simone Chamon. “Festejos imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845).” Belo Horizonte. Dissertação de mestrado - UFMG - 1996, pp. 121-127.

Isabel, projetava-se a expectativa de garantia de permanência do regime monárquico no Brasil, uma vez que dava-se continuidade aos mesmos mecanismos de projeção da figura dos membros da família Imperial a serem destacados diante da nação.

Naquele mesmo ano de 1850, aos quatro anos de idade, Isabel foi reconhecida oficialmente como herdeira presuntiva da coroa em ato solene realizado diante dos deputados e senadores na Assembléia Geral Legislativa. Como todo ato oficial do Império, o acontecimento foi lavrado em documento e enviado a todas as províncias do Brasil. O documento encerrava-se com a seguinte determinação: "*Manda imprimir, publicar, remeter para conhecimento de todas as autoridades do município da Corte e das províncias o Instrumento de reconhecimento da Princesa Imperial a Senhora Dona Isabel.*"<sup>33</sup> Mais do que um procedimento burocrático, era preciso espalhar a notícia pelo Império e preparar o terreno para que a idéia problemática de uma Imperatriz como representante máxima da nação se tornasse natural e aceitável entre os súditos do extenso território. E o primeiro passo a ser dado era comunicar aos representantes provinciais, preparando-os para esta nova realidade. Principalmente se consideramos que a Monarquia, depois de muitas turbulências, havia conquistado aceitação das elites rurais após derrotar os liberais pernambucanos em 1848. Uma aceitação que, apesar de problemática, fornecia a legitimidade básica do sistema.<sup>34</sup> Após o Primeiro Reinado, encerrado pela abdicação de Pedro I em um momento crítico, e o período regencial, em que o eminente perigo de divisão territorial do país pelas constantes revoltas levaram à antecipação da maioridade de D. Pedro II, o regime havia finalmente conseguido se

---

<sup>33</sup> "Instrumento de reconhecimento da Princesa Imperial D. Isabel como sucessora no trono e coroa do Império do Brasil." Decreto n. 694 de 14 de agosto de 1850. Arquivo Nacional - SDE 001 Cód. 704 microfilme 003. 0-76.

<sup>34</sup> José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem: a elite política Imperial; Teatro de sombras: a política Imperial*. 2 ed rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ Relume-Dumará, 1996, p. 236.

afirmar. Os proprietários foram lentamente convencidos de que a Monarquia lhes convinha por ser um árbitro confiável nas divergências entre os grupos dominantes e pela capacidade de manutenção da ordem no campo e na cidade. A Coroa tornara-se instrumento de ordem e de defesa de seus interesses.<sup>35</sup>

Fazia-se necessário manter e ampliar a estabilidade alcançada. Mas a estabilidade do regime não interessava unicamente aos membros da família Imperial. Era também uma ambição de todos aqueles que gravitavam em torno do Estado Imperial como políticos, nobres e funcionários ligados ao serviço da Casa de Bragança. Eram estas pessoas que agiam como braços difusores da legitimidade monárquica. Legitimidade esta que era construída cotidianamente nas relações estabelecidas entre o Imperador e todos aqueles que gravitavam ao seu redor. Em várias ocasiões demonstravam sua fidelidade ao regime como na carta escrita ao Imperador pelo Sr. Cândido Borges Monteiro, nomeado médico honorário da Casa Imperial em 1846 por ocasião do nascimento de Isabel. Escreve o médico:

Nos grandes acontecimentos é mister procurar sempre grandes causas: quando um povo, levantado apenas do berço, quando um povo ainda em sua infância marcha seguro nessa carreira, que só às nações velhas é permitido trilhar e seguramente calcula o futuro sem ter um passado que lhe forneça as bases de suas combinações; sem dúvida uma grande potência o guia e o protege. Desconhecê-lo seria uma injustiça, confessá-lo é um ato solene de gratidão. No exame, senhor, deste fenômeno tão extraordinário, o Brasil inteiro saúda o Gênio da liberdade e do heroísmo, que fundando sua grande nação e enchendo-a de benefícios lançou o mais sólido alicerce da Monarquia Constitucional Representativa e destinou à Vossa Majestade Imperial aquela mesma coroa que tão radiante de patriotismo e de glória havia brilhado em sua Augusta cabeça. Se o Brasil, senhor, se ufana e se gloria de ter encontrado no Augusto Herdeiro do Fundador do Império, o pai e o protetor

---

<sup>35</sup> Ibid. p. 235.

indispensável à carreira de sua prosperidade; se a Coroa principal tem sido em todas as épocas o centro de nossa união, o penhor de nossa liberdade [ilegível] e a garantia segura de nossa grandeza. É com muita justiça que os brasileiros não podem deixar de render graças ao todo poderoso e de congratularem-se com Vossa Majestade Imperial pelo reconhecimento da Sereníssima Princesa Imperial como sucessora à Coroa e Trono do Brasil pois que ele assegura ao Império a sucessão mesma ininterrompida de seus Augustos Progenitores. Por tão justo motivo, Senhor, a Câmara Municipal desta mui Leal e Heróica Cidade do Rio de Janeiro interpretando devidamente os votos sinceros de seus munícipes tem a honra de apresentar a Vossa Magestade Imperial a sincera e respeitosa demonstração de seu júbilo e os sentimentos de sua lealdade e dedicação à Augusta Pessoa de Vossa Magestade.<sup>36</sup>

O autor da carta havia sido condecorado por D. Pedro II com a comenda da Ordem Imperial da Rosa, espécie de recompensa simbólica pelo sucesso e bom desempenho de sua atividade como médico por ocasião do nascimento de Isabel.<sup>37</sup> Como portador da comenda deveria demonstrar a permanência de sua fidelidade. Ao escrever ao Imperador, respondia pelo status adquirido por sua Condecoração e por sua condição de médico honorário da Imperial Câmara. Em seu escrito confirma a legitimidade do sistema no qual estava inserido. Reconhece a ausência de um passado glorioso que sustente o regime como no caso europeu. Atribui o sucesso do regime a D. Pedro I, fundador do Império no Brasil, gênio da liberdade. O autor reconhece que, apesar da ausência de alicerce, a Monarquia está inserida em uma continuidade. Diz que se o Brasil encontrou em D. Pedro II, herdeiro do fundador do Império, um pai e um protetor que garantiu a prosperidade da nação e se a coroa é, em todas as épocas, o centro da união, penhor da liberdade e garantia da grandeza, não há por que deixar de

---

<sup>36</sup> Mensagem datada de 14 de setembro de 1850 de Cândido Borges Monteiro dirigida a D. Pedro II prestando saudações pelo reconhecimento da sucessora do trono D. Isabel. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. Arquivo da Casa Imperial de

congratular-se pelo reconhecimento de Isabel como herdeira. Isto é, deixa implícito que não há motivos para se duvidar que os benefícios trazidos pelo regime monárquico constitucional terão continuidade nos reinados seguintes, pois alimenta-se de uma pequena mas já consolidada tradição. Associa o reconhecimento de Isabel como herdeira do trono a esta continuidade. As afirmações do autor podem ser lidas como expectativas projetadas para o futuro. Como um beneficiário do regime o autor da carta não poderia alimentar outro sonho. Além de sua posição bem sucedida, mesmo diante de outros profissionais da mesma categoria, tinha o exemplo das Repúblicas vizinhas. Estava inserido em uma complexa rede de alianças e solidariedades, banhadas pelo exercício recorrente do favor. E, nesse sistema, a demonstração de lealdade agia como um sangue que percorria o organismo Imperial.

Da representação inicial de exemplo das brasileiras, Isabel passa a ser vista como a responsável pela continuidade da Monarquia. De figura meramente privada passa à pública. Era para isso que passava a ser educada e preparada, assim como o pai e o avô. De acordo com Ricardo Martim, Isabel recebia uma educação rígida. Chegava a ter quinze horas diárias de estudos divididos entre: Grego, Latim, Alemão, Italiano, Francês, Inglês, Geografia, História Universal, História Natural, História de Portugal (ensinada pelo próprio Imperador), História do Brasil, História Moderna, História da França e da Inglaterra, História Antiga, História Romana, História Eclesiástica, História da América, Retórica, Física, Economia Política, e Geologia, Filosofia, Mitologia, Mineralogia, Astronomia, Botânica, desenho, pintura e catecismo.<sup>38</sup> Enquanto a

---

Brasil. POB. Maço 113 - Doc. 5653.

<sup>37</sup> Hermes Vieira. *Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras*. p. 5.

<sup>38</sup> Ricardo Martim. *A educação das Princesas*. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Coleção Leão Teixeira. Lata 755. Pasta 51.

Princesa era preparada para se tornar Imperatriz, o país era preparado para recebê-la como governante legítima e merecedora do cargo que lhe era destinado. Assim, ao longo dos anos, Isabel passava por todas as etapas e solenidades comuns aos herdeiros presuntivos do trono. Para se criar o consenso de que poderia assumir com naturalidade sua função, repetia-se os cerimoniais e atos públicos pelos quais D. Pedro II e outros haviam passado.

Assim, em 1860, aos 14 anos de idade, Isabel prestou juramento à Constituição política do Império diante das Câmaras. Como não poderia deixar de ser, o ato foi marcado para o dia 29 de julho, dia de seu aniversário. Associava-se, mais uma vez a data de seu nascimento com o sentido de sua vida e existência - assumir o trono. Tais elementos deveriam ser vistos como inseparáveis. Sua vida e sua missão.

#### **O matrimônio: laços e embaraços**

Outra etapa importante, e por que não dizer decisiva, na trajetória da herdeira do trono era o seu casamento. Sua imagem como governante de um país monarquista, do qual se tornaria a representante máxima, deveria estar associada a um bom casamento que lhe permitisse representar uma família exemplar, digna da aceitação do povo brasileiro.

A escolha do Príncipe que deveria se casar com Isabel não foi uma tarefa fácil. Lourenço Luiz Lacombe revela as negociações e conversas travadas entre o Imperador e alguns membros de dinastias européias sobre o consórcio da Princesa Imperial.<sup>39</sup> Havia, segundo o biógrafo, o interesse de casar Isabel com seu primo D. Luís de Bourbon, filho de D. Januária. Esta seria uma forma de possibilitar a reaproximação de D. Pedro II

---

<sup>39</sup> Lourenço Luiz Lacombe. Isabel: a Princesa "Redentora". Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1989, p. 53.

com seu cunhado, o Conde d'Áquila. Além disso, o Príncipe teria grandes chances de ser bem aceito no Brasil por ser filho da irmã do Imperador, uma Princesa brasileira. Mas D. Pedro estava mesmo inclinado a firmar o casamento de Isabel com outro sobrinho seu, o Príncipe D. Luís, filho de D. Maria II, Rainha de Portugal.<sup>40</sup> Mas a intenção do Imperador vazou na imprensa brasileira e portuguesa. Surgiram, então, reações contrárias a esta união. No jornal *A Marmota* apareceram os seguintes versos

Há de ser cousa fatal  
De crua guerra civil  
D. Luís de Portugal  
Futuro Rei do Brasil.<sup>41</sup>

O sentimento anti-lusitano era forte. Dificilmente o casamento de uma Princesa brasileira com um Príncipe português seria aceito. A figura de um Príncipe Consorte português não seria um elemento favorável para a construção de uma imagem positiva do regime monárquico. Principalmente se levarmos em consideração que as críticas atribuídas ao funcionamento do poder moderador e ao parlamentarismo caminhavam sempre no sentido de associar o sistema político Imperial ao absolutismo herdado da antiga metrópole portuguesa. Além disso, a idéia da inferioridade e fragilidade da mulher em relação ao homem contribuiria para reforçar a crença de que um Príncipe Consorte português governaria de fato o país com plenos poderes. De acordo com Lourenço Luiz Lacombe, D. Pedro II chega a sondar sua outra irmã, D. Francisca, sobre a possibilidade de um casamento entre Isabel e Pedro, outro sobrinho do Imperador. Mas o Príncipe recusava-se a deixar sua condição de príncipe francês herdado por parte de pai Joinville. Se a imagem de um português traria elementos que não podiam estar

---

<sup>40</sup> *Ibid.*, pp. 53-72.

<sup>41</sup> *A Marmota*, 11 de novembro de 1857.

associados à imagem de Isabel e portanto foram recusados, que elementos deveriam estar presentes? Que elementos eram desejados?

Falou-se ainda no Arquiduque Luís, no Duque de Chartres e no Conde de Flandres. Assim, depois de muitas conversas, consultas, negociações, boatos e recusas, o Imperador resolveu seguir o conselho do cunhado D. Fernando de Portugal, da Imperatriz Amélia (viúva de Pedro I), da irmã e do cunhado Joinville. Chamou ao Brasil Augusto de Saxe para Isabel e Gastão de Orléans para Leopoldina. Tudo combinado por meio de cartas que traziam informações, sugestões e comentários. A troca de casais só se efetuou após a chegada dos dois Príncipes ao país. Isabel, em seu esboço autobiográfico afirma

A 2 de setembro de 1864 chegavam ao Rio o Conde d'Eu e o Duque de Saxe. Meu pai desejava essa viagem tendo em vista nossos casamentos. Pensava-se no Conde d'Eu para minha irmã e no Duque de Saxe para mim. Deus e nossos corações decidiram diferentemente, e a 15 de outubro de 1864 tinha eu a felicidade de desposar o Conde d'Eu.<sup>42</sup>

Apesar dessa afirmativa escrita por Isabel em seu exílio na França em que a sua união com o Conde d'Eu aparece como fruto de uma casualidade e de um romantismo natural, a escolha certamente não foi aleatória. A preferência inicial pelo Duque de Saxe residia no fato de ser este um Coburgo Gota, assim como o Príncipe Alberto, consorte da Rainha Vitória da Inglaterra.<sup>43</sup> A Rainha era o modelo de soberana que agradava a D. Pedro II.<sup>44</sup> Além disso, os Coburgo tinham a tradição consolidada dos Príncipes consorte como Fernando, Rei de Portugal, Leopoldo, da Bélgica, entre outros. Eram preferidos por sustentarem uma imagem de pessoas cultas, superiores às paixões de

<sup>42</sup> "Esboço autobiográfico escrito pela Princesa Isabel intitulado Alegrias e Tristezas." Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. Arquivo da Casa Imperial. POB Doc. 9335.

mando e de partido. Tudo que se esperava de um Príncipe Consorte. Já os Orléans, tinham a marca de populares, liberais, democratas e conhecedores dos anseios das massas.<sup>45</sup>

Entre os dois modelos, o Imperador preferiu para a herdeira do trono o neto mais próximo de Luís Felipe da França. Pensar em um Príncipe Consorte era pensar na imagem de Isabel, no Terceiro Reinado e ainda no destino do regime monárquico. A escolha por um descendente de Luís Felipe trazia, em si, a expectativa de projeção de uma imagem mais popular ao regime monárquico, afastando a caracterização de governo absolutista constantemente imposta por seus críticos. Segundo Lilia Schwarcz, sob inspiração francesa, o Imperador começou a se vestir e se portar como um 'monarca-cidadão'. Desaprovava os grandes rituais,

se afastava da imagem do grande Imperador e introduzia o modelo do monarca francês Luís Felipe de Orléans que ficou no poder de 1830-1848 e que abandonara as vestes majestáticas para se 'aproximar dos cidadãos' e de um governo voltado para a burguesia local.<sup>46</sup>

Tratava-se, portanto, de imprimir uma representação em que a valorização do regime residia justamente na economia simbólica. Em 1865, a atitude do Imperador em realizar uma visita a Uruguaiana por ocasião da invasão paraguaia em solo brasileiro, recebeu muitos elogios. Como recompensa, quiseram oferecer-lhe uma espada de ouro. Mas o presente foi recusado por D. Pedro que solicitou que o dinheiro destinado à confecção do objeto fosse dedicado aos inválidos da Pátria, vítimas da guerra. O escultor Chaves Pinheiro projetou uma estátua em homenagem ao monarca por ter, num gesto

---

<sup>45</sup> Guilherme Auler. "Namoro e noivado da Princesa." In: Jornal do Brasil, 2 de junho de 1958.

<sup>46</sup> Pedro Calmon. A Princesa Isabel: A "Redentora", p. 12.

patriótico, partido para o campo de batalha. Mas D. Pedro II também não aceitou e dedicou o dinheiro já levantado por meio de subscrição à construção de escolas públicas e melhoramento das já existentes.<sup>47</sup> O interessante é que o modelo de gesso foi apresentado na Exposição de Paris de 1865.<sup>48</sup> A presença da estátua de gesso teve certamente mais efeito do que se fosse a de bronze. Tal apresentação, fora dos padrões convencionais esperados para a figura de um monarca, servia assim para divulgar a representação de D. Pedro II como um Imperador não preocupado com a pompa, mas sim com as questões sociais importantes como educação e saúde. O engrandecimento do regime era construído paradoxalmente em sua falta de pompa.

Portanto, a escolha de um descendente de Luís Felipe para casar-se com a futura Imperatriz do Brasil pode ser relacionada diretamente com a expectativa de se construir a imagem da Monarquia e de um Terceiro Reinado marcados pela simplicidade e pela aparição pública sem grande ostentação. Projetava-se a imagem de um regime que se identificava com o povo, respondendo às suas expectativas e demandas. A apresentação baseada na simplicidade tornaria ainda o regime menos exótico em solo americano rodeado por repúblicas vizinhas. Por isso, a representação de Isabel precisava ser revestida de simplicidade. Entre os inúmeros artigos circulados pela imprensa por ocasião de seu casamento, uma crônica escrita por Machado de Assis chama atenção. Diz o autor:

---

<sup>45</sup> *Ibid.* p. 38.

<sup>46</sup> Lília Schwarcz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. pp. 320-322.

<sup>47</sup> "Carta de D. Pedro II a Paulino José de Sousa sobre a execução de uma estátua em sua homenagem." Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. Coleção Doação Museu Imperial I- DMI.19.03.1870.PII.B.c.

<sup>48</sup> Lourenço Luiz Lacombe. *Isabel: a Princesa "Redentora"*. p. 110.

O Rio de Janeiro está em festas - festas realizadas anteontem e festas adiadas para 24 e 25. O casamento da herdeira da coroa é o assunto do momento. Um céu puro e um sol esplêndido presidiram no dia 15 a este acontecimento nacional. A natureza dava a mão aos homens, o céu comungava toda a terra. Não descreverei nem a festa oficial nem a festa pública. Quem não assistiu à primeira leu já a relação dela nos andares superiores dos jornais; na segunda todos tomaram parte - mais ou menos - todos viram o que se fez, em arcos, coretos, pavilhões, iluminações, espetáculos, aclamações e mil outras coisas. E sobretudo ninguém deixou de ver e sentir a melhor festa que é a festa da alegria íntima, natural, espontânea, a festa do cordial respeito que o povo tributa à primeira família da nação. Uma das coisas que fez mais efeito nesta solenidade foi a extrema simplicidade com que trajava a noiva Imperial. É impossível desconhecer o delicado pensamento que a este fato presidiu, na idade e na condição de Sua Alteza: as suas graças naturais, as virtudes do coração e o amor deste país, são o seu melhor diadema e as suas jóias mais caras.<sup>49</sup>

Chamava atenção a simplicidade da herdeira do trono. Em sua aparição pública, chocava e impressionava mais pelo que não mostrava do que pelo apresentava. Assim, em meio a um cenário que não dispensava uma certa ostentação, Isabel aparecia em sua simplicidade, destacando-se e engrandecendo-se por meio dela. Seu casamento, encarado como acontecimento nacional, foi motivo de grande movimentação na Corte.

Se a ostentação deveria ser pequena, o público não. O Ministério dos Negócios expediu à Câmara Municipal uma portaria com instruções para que os moradores das ruas pelas quais o cortejo iria passar no dia do casamento ornamentassem a frente de suas casas e aos moradores de toda a cidade que iluminassem suas janelas na noite do dia do casamento e também nas noites de 24 e 25 de outubro, quando as festas teriam continuidade. Os moradores da Corte foram convidados, por meio da imprensa, a participar das comemorações. As festas tiveram repercussão em várias partes do país. Na

---

<sup>49</sup> Diário do Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1864.

provincia de Pernambuco, por exemplo, realizaram-se comemorações não só em Recife mas também em outros municípios. Além das festas locais, várias instituições e sociedades levaram ao Imperador e aos noivos na Corte cumprimentos e felicitações. Na ocasião, eram proferidos discursos como o de José Bento da Cunha e Figueiredo representante da Congregação dos Professores da Faculdade de Direito do Recife que, em solene discurso, atestou

os protestos de adesão e contentamento de que os lentes foram possuídos ante um dos acontecimentos mais faustosos, com que o Poder Divino preordena as felicidades das nações. Este testemunho de amor e respeito dos membros da Faculdade de Direito do Recife mereceu aquele acolhimento, que a complacência de SS. MM. II. Liberaliza sempre, ante qualquer demonstração de cordura e fidelidade da parte de seus súditos.<sup>50</sup>

O casamento de Isabel é representado como um momento de felicidade da nação. Um grande acontecimento do qual os professores se proclamam participantes. Mas o Terceiro Reinado apresentava-se num horizonte longínquo. Certamente não era a motivação de tais expressões. Mais uma vez, fica evidente a necessidade de demonstração de fidelidade diante do Imperador. Carreiras políticas floresciam das faculdades. E, por isso, não podiam ser desperdiçadas oportunidades de se apresentar diante do Imperador e fazer-se lembrado. No entanto, o regozijo efetivo dos brasileiros por ocasião do casamento da Princesa, ou o engrandecimento intencional dos relatos deste regozijo na busca de projeção política, acabavam por fomentar as expectativas em torno do futuro da Monarquia no país. Lançavam luz sobre a figura de Isabel sobretudo a partir de seu matrimônio.

---

<sup>50</sup> Sérgio Higino. A Princesa Imperial em Pernambuco. Recife: Imprensa Oficial, 1946, pp. 6-7.

A Câmara Municipal do Recife também enviou mensagem de felicitação ao Imperador na qual declara que, como

fiel intérprete dos valiosos sentimentos de seus munícipes reconhece os benefícios da Providência em outorgar aos Brasileiros uma dinastia que, em favor da glória de seus antepassados, se apressa em tornar felizes os povos confiados à sua direção. Os esmeros de Vossa Magestade Imperial na educação moral, civil e literária de sua Augusta Filha, acabam de ter um peregrino remate na eleição em tudo exímia do Príncipe Augusto que enlaçando-se religiosamente com a Herdeira Presuntiva da Coroa, identifica seus destinos com o de todos os Brasileiros. Queiram os céus abençoar os Augustos Cônjuges e derramar sobre toda a Família Imperial longas enchentes de graças. Estes, Senhor, são os ardentes votos da Câmara Municipal da Cidade do Recife.<sup>51</sup>

Por meio de discursos como esse, as províncias demonstravam seu sentimento de fidelidade ao Imperador e ao regime. Expressavam ainda a confiança na unidade das províncias em torno do projeto monarquista que pacificara as revoltas, permitindo o fortalecimento da Monarquia. Em última instância, indiretamente, pronunciavam-se pela continuidade da Monarquia em um futuro Terceiro Reinado.

A notícia do casamento da herdeira do trono deveria se espalhar por todo o país. Em carta ao Imperador, em 3 de novembro de 1864, quase vinte dias após o casamento de Isabel, o bispo de Mariana faz um interessante relato, justificando sua ausência na cerimônia e a demora em enviar felicitações. Referindo-se a si mesmo narra o missivista:

O Bispo de Mariana não é indiferente à felicidade da corte Imperial e de toda a nação. Mas andei em visita 60 ou 70 léguas de Mariana por lugares sem correio nem periódicos; apenas pude

<sup>51</sup> "Mensagem de Felicitações da Câmara Municipal de Recife à S.M.I. por ocasião do casamento da Princesa Isabel com S.A. R. o Conde d'Eu." Rio de Janeiro. 24/11/1864. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Coleção Marquês de Olinda. Lata 215. Doc. 30.

ler em uma folha a notícia do consórcio futuro da Sereníssima Princesa com o Sr. Conde d'Eu e me diziam que se verificaria a 15 de outubro. Não pude ter depois mais notícias. Na suposição de que assim seria me alegro sinceramente e dou os Parabéns a V. Majestade, à Imperial Família e a todo o Estado, desejando que V. Majestade veja seus descendentes até a 3ª e 4ª geração. Em uma família em que houve Santa Tereza, Santa Joana, Mafalda e Isabel, deseja este pobre Padre que este catálogo glorioso de Bem-aventurados se aumente com os descendentes de V. Majestade tendo-O a frente como modelo de todas as virtudes [ilegível] que eu me honro e confesso como de Vossa Majestade humilde Vassalo, Antônio, Bispo de Mariana.<sup>52</sup>

Podem ter sido muitas as motivações que levaram o bispo a escrever a carta. Como dirigente religioso de uma importante região eclesiástica, ele provavelmente tinha a obrigação protocolar de se manifestar diante do monarca. Ao fazer isto, deveria expressar sua fidelidade ao regime político. Assim, apresenta o casamento da herdeira do trono como um momento de felicidade de toda a nação. Ao parabenizar o Estado pelo acontecimento, estabelece a associação desejada entre a vida da futura Imperatriz e o país a ser governado por ela. Mais uma vez, sua vida e sua missão aparecem interligadas. Seu casamento é um importante passo em sua carreira rumo ao trono e por isso precisava ser engrandecido. Mesmo estando em viagem pelo interior, em locais sem periódicos, o bispo diz ter lido sobre o assunto, provavelmente em uma folha interiorana. Se dermos crédito ao seu relato, pode-se afirmar que o ato teve uma grande repercussão em todos os cantos do país, o que é muito provável. Por outro lado, se toma-se sua justificativa como uma desculpa por sua demora em enviar cumprimentos, pode-se pensar que o missivista tentava impressionar ao Imperador ao lançar mão de uma expectativa do próprio monarca: a grande repercussão do evento por todo o país. Desta

<sup>52</sup> "Carta do Bispo de Mariana ao Imperador D. Pedro II felicitando-o pelo casamento da Princesa Isabel." 3/11/1864. Arquivo

forma, poderia agradá-lo ao enviar sua justificativa e expressar sua fidelidade. De qualquer forma, o que fica evidente é a expectativa de projeção do casamento de Isabel como momento de felicidade brasileira.

Hermes Vieira afirma ter o Imperador concedido perdão a diversos condenados que cumpriam pena na Corte, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e em Pernambuco no dia do matrimônio da filha mais velha.<sup>53</sup> Mais uma vez fica evidente a tentativa de espalhar a notícia. Com a assinatura do decreto de perdão, ao mesmo tempo que projetava uma imagem de governante benevolente junto à população pobre tornava conhecido o casamento da herdeira do trono em várias províncias. Lourenço Luiz Lacombe transcreve trechos de uma carta de Isabel ao pai em que solicita a alforria de diversos escravos e escravas de seu serviço no dia de seu casamento.<sup>54</sup> Conceder liberdade aos presos e aos escravos do serviço da Casa Imperial no dia do casamento de Isabel era uma forma de se construir a imagem positiva da Princesa, associando seu esperado momento de felicidade ao momento de felicidade de outras pessoas que lhe deveriam ser gratas. Os beneficiados, mais do que notícias estampadas em jornais, agiriam como propagandas vivas do Imperador e de sua família que gradativamente cresciam em popularidade. A gratidão dos antigos escravos e prisioneiros espalhava-se pelas famílias e conhecidos dos mesmos, alimentando assim a boa aceitação do regime monárquico entre a população pobre.

De acordo com Leopoldo Bibiano Xavier, D. Pedro, ao alcançar a maioridade em 1840, libertou todos os escravos que herdara e os empregou na Quinta de Santa Cruz,

---

Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. POB. Maço 135. Doc. 6601.

<sup>53</sup> Hermes Vieira. Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras. p. 48.

<sup>54</sup> Lourenço Luiz Lacombe. Isabel: a Princesa "Redentora". p. 83.

dando-lhes assistência médica, educação aos seus filhos e salário mensal. Anos mais tarde, em viagem pela província de São Paulo alforriou escravos na cidade de Taubaté e de Lorena. Já em passagem pela província do Paraná concedeu o título de Barão a um fazendeiro que alforriou seus 70 escravos.<sup>55</sup>

Por outro lado, a comutação de penas de morte em galés perpétuas era uma prática recorrente do Imperador. Por meio desse exercício o monarca demonstrava suas intenções abolicionistas e sua benevolência. De acordo com Marc Bloch, até o Antigo Regime, a afirmação do poder monárquico se dava pela crença no poder taumatúrgico dos reis. Mas o advento do espírito racionalista do século XVII e do século das luzes (XVIII) matou o milagre.<sup>56</sup> Portanto, o apelo ao sobrenatural não era mais um instrumento eficaz na tarefa de tornar o regime e seus representantes aceitáveis entre a população. Por outro lado, a concessão de alforrias e a comutação de penas de morte em galés perpétuas serviam como demonstrações “taumatúrgicas” na medida em que tocavam em questões sociais sérias em torno das quais já havia uma grande expectativa. A escravidão vista como um cancro social recebia, em doses homeopáticas, remédios que a longo prazo teriam o efeito desejado por todos.

A escolha do Conde d’Eu, parecia ter sido acertada na medida em que trazia consigo a marca de um bisneto de Luís Felipe, inimigo do absolutismo. Este era, sem dúvida, um ponto positivo. Embora tenha recebido o conselho da Imperatriz Amélia, viúva de seu pai, o Imperador não julgou necessário conceder ao genro o título de Duque de Santa Cruz.<sup>57</sup> Se assim o fizesse, o título seria estendido naturalmente a Isabel, que

---

<sup>55</sup> Leopoldo Bibiano Xavier. *Revivendo o Brasil Império*. São Paulo: Artpress, 1991, pp. 85-88.

<sup>56</sup> Marc Bloch. *Os reis taumatúrgicos: o caráter sobrenatural do poder régio*. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 26.

<sup>57</sup> Lourenço Luiz Lacombe. *Isabel: a Princesa “Redentora”*, pp. 86-87.

ao invés de se tornar a Condessa d'Eu teria se tornado a Duquesa de Santa Cruz. Apagaria dessa forma o estrangeirismo, marcando simbolicamente a brasilidade do casal que se tornaria, futuramente, chefe da família Imperial. Mas o estrangeirismo do casal ainda não era um ponto negativo. Pelo contrário, a recusa do Imperador em conceder a titulação pode ser considerada mais um exemplo da tentativa de imprimir uma imagem de simplicidade ao regime, desvinculando-o da ostentação. Durante todo o período Imperial, o único a receber o título de duque foi Caxias por sua atuação na Guerra do Paraguai.<sup>58</sup>

Mas a herança trazida pelo Conde d'Eu tornou-se um problema a certa altura. Segundo Pedro Calmon, o genro do Imperador era um entusiasta da "Marselheza". Tinha inclusive um quadro de Rouget de Lisle, compositor do famoso hino, declamando-o com grande energia. A todo instante, o Conde aparentava aprovar o voto do bisavô, que mandara à guilhotina Luís XVI. Além disso, guardava ainda uma ponta de gratidão em relação aos liberais por ter seu casamento aprovado por um gabinete ocupado por estes. Leitor de Tocqueville, o Príncipe Consorte parecia desfraldar a cada instante a 'tricolor' que o bisavô defendera na Revolução Francesa. Isto alvoroçava os liberais jovens, ao mesmo tempo que preocupava os políticos conservadores.<sup>59</sup> A popularidade do Conde d'Eu chegou ao auge por ocasião da guerra do Paraguai, quando os liberais o tinham como grande aliado. Estes, diante da possibilidade de sua retirada para a Europa, espalham panfletos e boletins pela Corte, incitando o povo a não permitir a retirada da Princesa e de seu esposo. Em tom de denúncia, apregoam:

---

<sup>58</sup> Lilia Schwarcz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, p. 310.

<sup>59</sup> Pedro Calmon. *A Princesa Isabel: A "Redentora"*, pp. 58-64.

Cidadãos! Uma grande nova corre por todos os ângulos desta Corte. Sua Alteza o Sr. Conde d'Eu com a sua Augusta Consorte - herdeira presuntiva da Coroa deste Império - retira-se para a Europa, por motivos originados por S. Ex. O Sr. Ministro da Guerra, e mantidos pelo governo Imperial. Sua Alteza o Príncipe D. Luiz, descendente de nobre linhagem, que o distingue perante o mundo civilizado, e Sua Alteza Imperial a Princesa Dona Isabel, vão deixar a terra do Cruzeiro, e demandar o mundo europeu. Brasileiros! Nós, que vimos entre nós nascer a Augusta Princesa - nós, que vimo-la depois ligada perante a Igreja a um filho de heróis, não devemos abandoná-los, e curvarmo-nos diante dos caprichos do válido do Rei! Lembrem-nos da heroicidade, e valor com que este brioso e denodado povo do Rio de Janeiro opôs-se à vontade poderosa das Cortes de Lisboa - quando um dia foi decretada a saída do senhor D. Pedro I do Brasil. Foi este mesmo povo - que nas grandes crises tem sabido sempre resistir aos caprichos do poder - que nesse tempo opôs-se formidavelmente à semelhante decreto que nos vinha privar do Príncipe Regente, em quem depositava o povo brasileiro as esperanças de sua emancipação. Brasileiros! Agora não é um decreto do Reino-Unido, mas somente a vontade caprichosa do Poder, que quer nos privar de esperanças mais seguras da legítima emancipação da nação já constituída. Cidadãos! O momento é solene! O povo do Rio de Janeiro, o povo do Brasil inteiro que não se tem curvado ao estrépito injusto das armas em outras eras, não deverá curvar-se hoje à vontade caprichosa de pusilânimes caricatos de nossa pátria que a tem conduzido até o sacrifício real, que a nação observa com a maior dor. Brasileiros! A luz se encobre por entre um nevoeiro tempestuoso, façamos um esforço que romperemos o corpo frágil que a enevoa. Viva D. Isabel Princesa Imperial Viva o Príncipe Consorte." <sup>60</sup>

Desde o início da guerra do Paraguai, o Conde d'Eu tentou de todas as maneiras ir para o campo de batalhas. Inúmeros foram os pedidos feitos ao Imperador e a políticos influentes. A questão chegou inclusive a ser levada ao Conselho de Estado e ao Ministro da Guerra que desaprovou tal empreendimento. Dizia-se que o Príncipe

<sup>60</sup> Boletim concitando o povo a não permitir a retirada da Princesa Isabel e do Conde d'Eu para a Europa. Rio de Janeiro, Typographia Fraternidade de Tomé Madeira & Pessoa de Barroa, S.d.

Consorte ao alcançar glórias desprestigiaria toda uma série de generais legítimos, que além de brasileiros haviam seguido carreira e não tinham sido simplesmente nomeados como era o seu caso. Sua participação na guerra era vista como parte de uma estratégia de alcançar a popularidade brasileira.

Segundo Luís da Câmara Cascudo, o “acusado diretamente era o Imperador que desejava recomendar o genro à gratidão nacional numa folha de serviços excepcionalmente valiosos. Terminar a guerra garantiria a imortalidade na memória coletiva.”<sup>61</sup> A questão tornou-se delicada. As críticas feitas pelo Conde à atuação de Caxias na guerra são tomadas pela imprensa como questões partidárias. O genro do Imperador passou a ser apresentado como o anelo dos liberais, uma figura política descontente com a ação dos conservadores. Surge então a proposta dos conservadores para que o casal d’Eu tivesse assento no Conselho de Estado, afastando-os assim dos afagos dos liberais. Estes, afastados do poder após a queda do gabinete Zacarias, cogitam apoiar a ida do Conde para o campo de batalha, caso ocorresse a queda do novo ministério conservador.<sup>62</sup> Depois de muitas especulações, com a debilidade física de Caxias meses antes do fim da guerra, o Imperador, contrariando a vontade de Isabel, aprovou a participação de seu genro na batalha final de captura de Solano Lopez.

Cresce ainda mais a antipatia do ministério conservador com a figura do Conde. Segundo Pedro Calmon, havia um pacto formal detalhado entre Tavares Bastos e o Conde d’Eu em que apareciam como elementos centrais a reforma parlamentar e do Senado, o desenvolvimento das instituições provinciais, escolas, emancipação rápida, liberdade religiosa. Os liberais entusiasmaram-se com a participação do Conde d’Eu na

---

<sup>61</sup> Luís da Câmara Cascudo. O Conde d’Eu (1842-1922). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 80.

extinção da escravidão no Paraguai. Finda a guerra, ele foi recebido com delírio popular em inúmeras festas e homenagens. Os liberais que já o tinham como arma poderosa, um elemento de ataque aos conservadores, vêem nele um representante possível de seus interesses, capaz de tirá-los do ostracismo que viviam em suas disputas pelo gabinete. Naquelas circunstâncias, as folhas liberais empolgavam-se com a iminência de se voltar a discutir a questão da emancipação, tendo o Conde como um aliado. Mas, temeroso com a possibilidade de agitações partidárias, o Imperador resolve afastar o genro e a filha do país.<sup>63</sup> A retirada do Conde causou indignação nos meios militares e políticos. Em carta a Francisco Marcondes Homem de Mello, o Marquês de Herval lamenta o ocorrido

O Sr. Conde d'Eu escreveu-me ao partir para a Europa. Não me comunicou os seus desgostos, porém, é certo que o Exército contava com a proteção dele como a prometeu solenemente (...). Parece-me porém que o governo atual não é do país, é sim manivela do Sr. Caxias que não tem sentimentos de benevolência e justiça para com o Conde e creio nestes sentimentos de justiça e modéstia, o que falta no seu adversário que não tem dificuldade em faltar a verdade. Os fragmentos do nosso Exército rolam por esse mundo e a fronteira fica desguarnecida quando sobre ela se debatem nossas vizinhas e perigam os interesses e pessoas de brasileiros. Nada temos aprendido com o passado, nem o presente garante melhor futuro.<sup>64</sup>

Decepcionado o Marquês lamenta o fato de estarem as fronteiras desguarnecidas no imediato pós-guerra, em uma época crítica. Reconhece ser o fato resultado da inimizade entre o genro do Imperador e Caxias. Naquele momento de glórias e de reorganização do país, a saída do casal d'Eu causara estranhamento. A questão da

<sup>62</sup> Pedro Calmon. *A Princesa Isabel: A "Redentora"*. pp. 68-71.

<sup>63</sup> *Ibid.* pp. 71-100.

<sup>64</sup> "Carta do Marquês de Herval a Francisco Marcondes Homem de Mello." Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Coleção Instituto. Lata 334. Doc. 13.

emancipação do elemento servil, adiada para depois da guerra, era um assunto central e delicado. Era de se esperar que o Imperador fizesse sua viagem à Europa depois de tanto desgaste nos anos de guerra. Mas antes resolveu retirar o casal d'Eu da cena política e do entusiasmo dos liberais. Era preciso fortalecer o ministério conservador, partido pelo qual Caxias era senador, e preparar o terreno para que a Princesa pudesse posteriormente assumir a Regência durante sua viagem.

Parece ter sido estratégica a retirada do casal de cena naquele momento. Se Isabel assumisse a Regência imediatamente após o fim da guerra dificultaria o já delicado e complexo processo de aprovação da Lei do Ventre Livre. O Conde era insistentemente encarado como representante dos liberais, um Príncipe Consorte exageradamente interessado nas questões políticas do país e que exercia grande influência sobre a mulher. Nestas condições, a Regência da Princesa sob um Parlamento de maioria conservadora, chefiado por um gabinete conservador, seria mais um motivo de entrave nas discussões calorosas sobre a emancipação. Seria delicado o processo de aprovação da lei, defendida pelos liberais, num gabinete conservador tendo a oposição toda ligada ao Conde d'Eu que contava com boa popularidade. Assim, tirando-os de cena, o monarca arrumaria a casa, acalmaria os ânimos fortalecendo o gabinete que pudesse encaminhar a questão e evitar grandes problemas com os próprios conservadores, mais resistentes às mudanças. Em decorrência da figura do marido, a representação de Isabel entrava tangencialmente nas questões partidárias. Era preciso, mais do que nunca, inseri-la na cena principal e criar um consenso em torno de sua capacitação enquanto figura pública, impedindo que seu marido obtivesse maior destaque.

### **Isabel nas Regências do Império: intensificam-se as lutas de representações**

Seguindo a orientação do Imperador, o casal d'Eu viajou para a Europa. Embarcam em 20 de agosto de 1870 e só retornam em 1 de maio de 1871, após quase nove meses de ausência. O Imperador já havia convocado o conservador Rio Branco para chefiar o gabinete com a missão de aprovar a lei. Tratava-se de um típico conservador modernizante, cujo plano político era esvaziar o programa liberal realizando suas reformas.<sup>65</sup>

Antes de se retirar da cena política em favor de Isabel, o Imperador procede a uma interessante consulta junto ao Conselho de Estado, conforme demonstra Maria de Lourdes Viana Lyra.<sup>66</sup> Por uma questão de interpretação da Constituição, não estava claro se na ausência do Imperador a Regência seria assumida pela Princesa ou por uma Regência eletiva. Também suscitava dúvida a interpretação relativa à atribuição dos poderes do Regente. Na ausência do Imperador ele governaria com plenos poderes ou teria suas funções limitadas pela Assembléia? O posicionamento divergente dos conselheiros, conforme nos informa a referida autora, demonstra a intranquilidade reinante no cenário político nesta primeira viagem do Imperador à Europa e uma forte resistência à atuação de Isabel como chefe de Estado. A discussão foi então levada ao Parlamento e teve José de Alencar como o grande opositor. Finalmente, após discussões e debates calorosos, foi aprovado o projeto de lei permitindo a viagem do Imperador e a Regência de Isabel com as mesmas atribuições de seu pai, quais sejam: o exercício do

---

<sup>65</sup> José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem: a elite política imperial: Teatro de sombras: a política imperial*. p. 51.

<sup>66</sup> Maria de Lourdes Viana Lyra. "Isabel de Bragança, uma Princesa Imperial." Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 158, n. 394, pp. 10-36. Agradeço o recebimento, por intermédio da Professora Dra. Vavy Pacheco Borges, de um exemplar autografado pela autora.

poder moderador e a chefia do poder executivo. Resolvida formalmente a questão D. Pedro II embarca para a Europa, deixando sua filha em sua primeira experiência como Regente. Naquele instante de encaminhamento de uma primeira resposta ao problema do elemento servil, D. Pedro parecia preocupar-se com a imagem de sua filha. Ausentava-se do país em um momento crucial e colocava-lhe nas mãos a responsabilidade deste primeiro golpe à instituição escravista. Segundo Joaquim Nabuco, a retirada estratégica do monarca naquele momento teve como objetivo

popularizar o futuro reinado de sua filha. Para o mundo, o alcance dessa ausência do chefe de Estado em tal momento era outro: mostrava a solidez das instituições parlamentares em nosso país, e ao mesmo tempo a admirável cordura do caráter nacional, que deixava tocar, sem a mais leve comoção interior, no interesse da instituição.<sup>67</sup>

A lei do Ventre Livre, esperada como um grande golpe à escravidão, seria associada à imagem de Isabel que ganharia prestígio interno e externo. A lei já tinha precedentes no Chile, na Colômbia, em Portugal, nas colônias espanholas do Caribe além de ter sido recomendada pelo padre Manoel Ribeiro Rocha no século XVIII e por Abraham Lincoln no século XIX.<sup>68</sup>

Mesmo com os ânimos já acalmados após os quase nove meses de ausência do casal d'Eu, D. Pedro fez questão de registrar em seus "Conselhos à Regente", escritos às vésperas de sua viagem, um interessante parecer. Escreveu o monarca:

Para que qualquer ministério não tenha o menor ciúme da ingerência de minha filha nos negócios públicos é indispensável que meu genro, aliás conselheiro natural de minha filha, proceda

<sup>67</sup> Joaquim Nabuco. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975, p. 715.

<sup>68</sup> Robert Conrad. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 112.

de modo que não se possa ter certeza de que ele influiu mesmo por seus conselhos, nas opiniões de minha filha.<sup>69</sup>

Tratava-se portanto de minimizar a figura do Príncipe Consorte e de valorizar a figura da herdeira do trono, desvinculando-a de posições partidárias. Esta não era apenas a intenção do Imperador, mas também a dos parlamentares preocupados com a interferência do Príncipe Consorte nas decisões da Regente. O Conde d'Eu, na solenidade de juramento de Isabel em que a mesma assumia o trono pela primeira vez, foi proibido de acompanhá-la até a sala das sessões. Ficou estabelecido previamente que o mesmo deveria, durante a solenidade, assistir a cerimônia em uma das tribunas da Câmara Alta, lugar que cabia aos senadores e diplomatas. O Conde, aborrecido, preferiu não ir, causando surpresa a todos os presentes. Segundo Hermes Vieira, Isabel estampava no rosto o descontentamento pelo ocorrido.<sup>70</sup> Simbolicamente ficava oficializada a preocupação em desvincular Isabel da imagem do marido. Demonstrava-se a intenção de afastá-lo da cena política e expressava-se a desconfiança em relação a um Terceiro Reinado influenciado pelas intromissões de um estrangeiro. A Princesa prestou juramento prescrito pela constituição do Império. O ato foi registrado por Vítor Meireles em tela que se encontra hoje exposta no Museu Imperial de Petrópolis. O quadro buscava engrandecer o momento e construir a trajetória da Princesa rumo ao trono. Aquele importante momento precisava ser imortalizado.

Sobre a emancipação do elemento servil, o Imperador deixou em seus "Conselhos à Regente" a seguinte recomendação:

---

<sup>69</sup> D. Pedro de Alcântara. Conselhos à Regente. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958. p. 60.

<sup>70</sup> Hermes Vieira. Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras. pp. 109-111.

O principal embaraço à colonização, em maior escala, é o preconceito que ainda dura de que o trabalho escravo não há de faltar. Cumpre destruir quanto antes esse preconceito; mas empregando somente as medidas indispensáveis, as quais, segundo penso são as seguintes: a declaração da liberdade do ventre desde a data da lei, considerando ingênuos os nascidos depois, e havendo para os senhores das mães a opção entre quantia razoável paga pelo Estado ou serviço obrigado até certa idade dos nascidos, como indenização dos gastos da criação deles e a obrigação para os senhores de forrarem seus escravos, desde que estes lhes derem seu valor competentemente fixado.<sup>71</sup>

Embora estivesse se ausentando do trono, D. Pedro deixava prescritas as diretrizes a serem seguidas pela filha, que aos 24 anos assumia a Regência. O projeto, embora necessário, era ousado. Principalmente se pensarmos que o Manifesto Republicano havia sido publicado em dezembro de 1870, cerca de cinco meses antes do início da Regência em maio de 1871. A assinatura da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, certamente fomentou a insatisfação dos grandes proprietários de escravos em relação ao regime monárquico.

Segundo José Murilo de Carvalho, a Lei do Ventre Livre era um projeto de D. Pedro II e não das Câmaras. Segundo o autor, o relacionamento entre o Estado Imperial e a agricultura de exportação de base escravista caracterizava-se pela dialética da ambigüidade. Se por um lado, o Estado Imperial não podia se sustentar sem a agricultura de exportação que gerava 70 % das suas rendas por meio dos impostos de exportação e importação, a elite que o dirigia com relativa margem de independência em relação aos setores agro-exportadores se via livre para contrariar os interesses dessa mesma agricultura quando houvesse possibilidade de coalizão com outros setores agrários. Segundo o autor, a Lei do Ventre Livre foi um exemplo claro de tal possibilidade uma

---

<sup>71</sup> D. Pedro de Alcântara. Conselhos à Regente, pp. 39-40.

vez que foi aprovada a partir de uma aliança parlamentar de magistrados com proprietários rurais do Nordeste.<sup>72</sup>

Após a Lei do Ventre Livre, a Monarquia começava a perder suas bases de sustentação. A partir daí, a já complexa idéia de um Terceiro Reinado sob o governo de Isabel tornava-se mais complicada, seja pela emergência dos republicanos, seja pelo crescimento da insatisfação entre os partidos liberal e conservador, ou ainda pela progressiva perda de apoio dos grandes proprietários de terra. A partir da Primeira Regência intensificam-se as lutas de representações que buscam criar um consenso em torno da imagem da herdeira do trono. Até então, Isabel não havia ocupado o trono. As representações de sua figura circulavam de modo pacífico e sem grandes contestações nos meios sociais. A partir de 1871, no entanto, sua atuação como futura Imperatriz começou a ser alvo de inúmeras projeções e expectativas que rivalizavam entre si na busca da consolidação de um consenso, sobretudo com o crescimento do Partido Republicano e com sua entrada no cenário Imperial.

Na fala do trono, proferida por ocasião do encerramento da Assembléia Geral em 30 de setembro de 1871, declarava Isabel:

Agradecendo as providências com que atendestes as necessidades do serviço público, congratulo-me convosco pelas leis que decretastes a bem do desenvolvimento de nossas estradas de ferro, da reta administração da justiça, da extinção gradual do elemento servil. Esta última reforma marcará uma nova era no progresso moral e material do Brasil. É empresa que exige prudência, perseverantes esforços e o concurso espontâneo de todos os brasileiros. Tenho fé em que seremos bem sucedidos, sem prejuízo da agricultura, nossa principal indústria, porque este cometimento é a expressão da vontade nacional, inspirada

---

<sup>72</sup> José Murilo de Carvalho. A Construção da Ordem: a elite política Imperial: Teatro de sombras: a política Imperial. p. 286 e pp. 212-213.

pelos mais elevados preceitos da religião e da política. O governo fará quanto lhe cumpre para a mais pronta e perfeita execução de tão importantes reformas, dedicando-lhes a mais solícita atenção.<sup>73</sup>

As reformas são justificadas em nome do progresso e do desenvolvimento do país. A lei de 28 de setembro é representada como fundadora de uma nova era. Isabel deixa claro que as reformas são a expressão da vontade nacional e terão continuidade. Implicitamente afirma que não poupará esforços para a execução das transformações que se fizerem necessárias. Declara a importância da colaboração de todos os brasileiros na adesão das reformas que são fundadas nos preceitos da religião e da política. Busca assim legitimar seu desempenho, colocando-se como representante dos interesses nacionais. Em sua primeira experiência era preciso demarcar o lugar de onde falava, revelando suas intenções e demonstrando sua capacidade. No momento de emergência de um Partido Republicano que se apresentava como a melhor alternativa de governo para o Brasil, fazia-se necessário, mais do que nunca difundir uma imagem positiva da herdeira do trono. A tradição monárquica ocidental, ao longo dos séculos, afirmou-se por meio da constante elaboração e difusão de uma imagem positiva de seus reis e Rainhas. Por diferentes mecanismos foi sempre necessário convencer os súditos da superioridade de seus governantes. Estes, sempre enaltecidos e glorificados, eram apresentados como representantes que encarnavam as aspirações da própria nação. Nesse sentido, a exaltação da Princesa Isabel não escapava a esta tradição. Ao assumir o cargo público, precisava se pronunciar a favor da maior aspiração dos brasileiros desvinculados dos interesses agro-exportadores: o fim da escravidão.

---

<sup>73</sup> Secretaria da Câmara dos Deputados. Falhas do trono desde o ano de 1823 até o ano de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Câmara temporária. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, pp. 677-678.

Isabel permaneceu em sua primeira experiência como Regente de 20 de maio de 1871 a 31 de março de 1872, pouco mais de dez meses. O *Jornal do Comércio*, ao fazer um balanço dos acontecimentos passados durante o ano de 1872 avaliava da seguinte maneira a Regência de Isabel

Em perto de um ano de Regência a Princesa não recebeu (...) nem teve impressão de desgosto determinada pela censura indireta e ainda menos por apaixonada agressão dos partidos em oposição e, todavia, tinham-se travado em 1871 na tribuna e no Parlamento as discussões renhidas ardentes e impetuosas sobre o projeto que se tornou lei do Império a 28 de setembro daquele ano. Todos respeitaram o caráter provisório da Regência e fizeram justiça à prudência, dignidade e acerto com que se houve a Princesa.<sup>74</sup>

Criavam-se interpretações positivas do desempenho de Isabel. A circulação de tais afirmações buscavam criar o consenso em torno da idéia de um Terceiro Reinado possível e viável tendo Isabel à sua frente. A demanda pela construção de uma imagem positiva da Princesa deve ser relacionada à necessidade de estabelecimento de bases políticas sólidas. A situação dos partidos era delicada. Os liberais irritavam-se em ter suas idéias implementadas pelos conservadores e já não podiam mais ver no Conde um representante de seus interesses. O Partido Conservador se viu dividido após a aprovação da lei. Diante da crescente insatisfação dos partidos e do conseqüente aparecimento do Partido Republicano ampliavam-se as discussões em torno das distintas alternativas de governo e conseqüentemente cresciam as críticas ao regime monárquico e à herdeira do trono que daria continuidade ao mesmo regime. Diferentes opiniões povoavam o campo político, entendido aqui como “o lugar em que se geram, na concorrência entre os

---

<sup>74</sup> *Jornal do Comércio*, 5 de janeiro de 1873.

*agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos.”*<sup>75</sup>

A estabilidade do regime monárquico esbarrava constantemente e, em escala cada vez maior, com os ideais republicanos. Estes se colocavam como portadores de um projeto político alternativo e superior à ordem Imperial. Na busca de sua afirmação empregavam severas críticas ao regime monárquico e aos membros da dinastia reinante. O próprio D. Pedro II era constantemente criticado por sua dedicação aos estudos e ironizado pelos jornais que o chamavam de “Pedro Banana” e “dorminhoco”, sátiras que apontavam para sua falta de preocupação e despreendimento pelo exercício do poder público. A doença, associada à velhice, contribuía para o aumento das críticas relacionadas ao seu despreparo e também alimentava expectativas discordantes quanto ao futuro do país, após a sua morte que parecia se aproximar.

Diante destes aspectos, a Princesa Isabel precisava de uma atenção especial. Em uma interessante carta, recebida tempos atrás, ela obteve a seguinte declaração de um missivista anônimo:

Senhora, O Povo Brasileiro não está satisfeito com o Desgoverno de Sua Majestade o Imperador e espera que Vossa Alteza se mostre já na estacada. A Nação já está cansada de se deixar roubar. É preciso Vossa Alteza salvar o Trono do Sr. Príncipe do Grão Pará. Tenho a honra e a satisfação de me assinar com muito respeito e acatamento: De Vossa Alteza Imperial humilíssimo e obediente servo, Um brasileiro.<sup>76</sup>

O autor da carta parece apostar na superioridade do Terceiro Reinado em relação ao Segundo. Era mais fácil acreditar na potencialidade do novo. Sobretudo se considerarmos que um Príncipe simboliza “a promessa de um poder supremo, (...) as

<sup>75</sup> Pierre Bourdieu. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 164.

virtudes régias no estado da adolescência, ainda não dominadas nem exercidas. Uma idéia de juventude e de radiância”.<sup>77</sup> Um Príncipe encarna em sua figura um potencial ainda não explorado. E, neste sentido, o Terceiro Reinado era alvo de freqüentes projeções, tanto por seus defensores, quanto por seus críticos. Em meio à crise do regime monárquico, pensar o futuro político do Brasil passava necessariamente por uma análise que vislumbrasse as decorrências da continuidade da Monarquia no Brasil.

Mas o fato da herdeira do trono ser do sexo feminino criava alguns problemas, sobretudo se pensarmos na compreensão, corrente no século XIX, de que “o marido retira a sua superioridade da idéia da fragilidade do sexo feminino. Vinda do direito romano, a *fragilitas* não é verdadeiramente uma enfermidade natural, mas antes o motivo de proteção de um menor.” De acordo com o artigo 213 do código civil francês “O marido deve proteção à sua mulher, a mulher deve obediência ao seu marido”, idéia que também está na base das legislações italianas, alemãs e norueguesas do final do século XIX.”<sup>78</sup> Tais proposições também serviam de parâmetros para a sociedade brasileira. Fato que pode ser observado nos manuais de civilidade que prescreviam orientações para comportamentos entre os membros da sociedade que pautavam-se pelos padrões europeus. A percepção da mulher como inferior e submissa ao marido era parte integrante das críticas atribuídas a Isabel pelos republicanos, como transparece em um artigo publicado no jornal republicano do Recife assinado sugestivamente pelo pseudônimo de Marrat. Diz o jornal:

Serão porém exatos os boatos de que Sua Magestade [D. Pedro II] acha-se inibido de governar em vista de seu estado mental? Se

<sup>76</sup> Otávio Aires. “*Cartas anônimas à Família Imperial*”. *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, 1948, p. 97.

<sup>77</sup> Jean Chevalier & Alain Gheerbrant. *Dicionário de símbolos*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, p. 744.

<sup>78</sup> Nicole Arnaud-Duc. As contradições do direito. In: George Duby & Michelle Perrot. *História das Mulheres: o século XIX*. pp. 117-119.

assim é, o que farão os brasileiros? Resignarem-se e aceitarem o 3º reinado, o reinado de uma mulher sem educação e sem princípios; de uma mulher cuja mocidade gasta em prazeres só lhe deixou no espírito o produto dos excessos de gozo – o carolismo de uma mulher que será o instrumento de um estrangeiro, seu marido, que só procura enriquecer e enriquecer a custa de tudo e de todos? Resignar-se-ão os brasileiros a ver dirigindo-lhes os destinos, uma mulher, que será instrumento de um estrangeiro usuário e destes monstros – os padres? Teremos a desgraça de trabalhar para enriquecer o alugador de cortiços a quem chamamos Conde d’Eu? Não, não é possível. O povo brasileiro que tantas e tão irrecusáveis provas tem dado de independente, não se sujeitará a tanta ignomínia!”<sup>79</sup>

A fragilidade e submissão, vistas como inerentes à condição feminina, eram apontadas como um perigo ao futuro da nossa Independência, caso o país viesse a ser governado por uma mulher. Considerando-se que o marido carregava o nobre dever de vigiar e dirigir o comportamento da mulher, sobre quem exercia plena autoridade, os republicanos temiam e disseminavam o medo de que o país pudesse vir a ser governado de acordo com interesses franceses. Tal temor era alimentado ainda pelo fato do Conde d’Eu ser membro de uma dinastia não reinante.

Outra questão que preocupava sobremaneira era a ausência de filhos que pudessem dar continuidade à Monarquia. Enquanto a Princesa Leopoldina, falecida em fevereiro de 1871, deixara quatro filhos do sexo masculino, dos quais dois foram criados por D. Pedro II, Isabel não tinha filhos. Passados muitos anos, já se falava ser Isabel portadora de uma esterilidade irreversível.<sup>80</sup> Somente em 1874, portanto dez anos após o casamento, é que a Princesa conseguiu engravidar. Porém, estando em viagem pela Europa e em adiantado estado de gravidez, seu esposo enviou ao Imperador pedido de

<sup>79</sup> *A República. 17 de maio de 1888. In: Leonardo Dantas Silva. A imprensa e a abolição. Recife: Massangana, 1988.*

<sup>80</sup> Dúilio Crispim Farina. *Tempo de vida, doença e morte na Casa de Bragança (Ramo do Brasil)*. São Paulo: Hucitec, 1975, p. 88.

permissão para que a criança nascesse na França. Tal pedido se deu em virtude de constar no artigo segundo do contrato matrimonial a seguinte declaração:

Sua Alteza Imperial e Seu Augusto Esposo deverão fixar o seu domicílio e fazer a sua residência habitual no Império do Brasil. Poderão, porém, fazer viagens e residir por algum tempo fora do Império e com o consentimento de Sua Majestade o Imperador. Enquanto Sua Majestade o Imperador não julgar bem segura sua descendência masculina ou a sucessão de Sua Alteza Imperial, Sua Augusta Filha,, para o fim da hereditariedade da Coroa, Sua Alteza Real, o Príncipe Luís Felipe Maria Fernando Gastão de Orléans , Conde d'Eu, obriga-se a trazer ao Brasil Sua Augusta Esposa para que tenha lugar aqui o nascimento de seus Augustos Filhos.<sup>81</sup>

A cláusula, uma das primeiras do contrato, era clara. O nascimento de um Príncipe ou Princesa em solo estrangeiro certamente comprometeria a legitimidade do futuro herdeiro. O Conde estava ciente disto. Sabia da dificuldade de afirmação da futura Imperatriz e das críticas e temores quanto a um Terceiro Reinado sob sua influência. O nascimento de um Príncipe em solo francês certamente daria margem para maiores dissabores. Mas, por outro lado, temia-se a perda do filho tão esperado em uma travessia do Atlântico que, em circunstâncias normais, provocava sérios incômodos e abatimentos em Isabel. Diante do impasse, Gastão escreveu ao Imperador uma carta em que pedia autorização para “não correr o risco da viagem” e solicitava instruções, em caso de resposta positiva, sobre as formalidades a ser observadas para autenticar o fato do nascimento, guardando os direitos de seu futuro filho. Junto ao pedido, anexou o parecer de três médicos, um deles obstetra da Rainha Vitória, no qual os consultados não se responsabilizavam pelo sucesso do parto, caso a Princesa decidisse empreender a viagem de volta ao Brasil em seu sexto mês de gestação. A questão era delicada. O

Imperador resolveu convocar o Conselho de Estado, só consultado em ocasiões especiais. O então ministro do Império, João Alfredo Correia de Oliveira, enviou aos membros do Conselho junto com o parecer dos médicos, quatro questões formuladas por D. Pedro, as quais deveriam ser respondidas na reunião do grupo junto ao monarca. São elas:

- 1º Sendo bom o estado de saúde de Sua Alteza Imperial, e devendo o parto verificar-se em julho, convirá negar a licença pedida, em respeito ao contrato matrimonial e as conveniências políticas inerentes ao nascimento que se espera?
- 2º No caso de conceder-se a licença, deve-se ou não deixar a Suas Altezas a responsabilidade da resolução definitiva?
- 3º Se o parto der-se fora do Brasil a nacionalidade do nascituro poderá ser posta em dúvida?
- 4º Será preciso ou conveniente que o parto tenha lugar na Casa da Legação Imperial em Paris (onde se achavam Suas Altezas)? Que outras formalidades devem ser observadas para autenticar o fato do esperado nascimento?<sup>82</sup>

Ao buscar o parecer do Conselho de Estado, composto por membros dos dois partidos, D. Pedro aproveitava a oportunidade de evitar dúvidas quanto à legitimidade da nacionalidade de um futuro herdeiro. Na formulação das questões, evidencia-se também a intenção implícita em verificar a opinião dos conselheiros sobre a futura Imperatriz e o empenho e preocupação dos mesmos em relação ao futuro do regime. Ao antecipar-se às críticas futuras, esvaziava-as ao ouvir diferentes opiniões, procurando elaborar soluções em conjunto para futuras divergências.

Dos dez pareceres cinco posicionaram-se favoráveis ao retorno imediato da Princesa, enquanto cinco manifestaram-se contrários. Estavam em jogo, e em lados

---

<sup>81</sup> “Contrato de Casamento de Sua Alteza Imperial a Princesa Imperial do Brasil D. Isabel Cristina com Sua Alteza Real o Príncipe Luis Felipe Maria, Conde d’Eu.” Arquivo Nacional. CDE/SDE Códice 982. Microfilme 003. 0-76.

completamente opostos, questões de interesse geral do Estado e do regime político e questões de ordem pessoal. A melhor solução para a Princesa Isabel não era a melhor solução para Isabel.

Após ouvir a deliberação dos conselheiros, o ministro João Alfredo, em nome do Imperador, escreveu ao Conde d'Eu, comunicando ter o governo decidido permitir que o contrato matrimonial fosse desrespeitado em função das circunstâncias especiais em que se achava a Princesa. Recomendou a cautela de que o nascimento do Príncipe ou Princesa, segundo na sucessão do trono, ocorresse na Legação Brasileira em Paris. E ainda que o ato fosse cercado das formalidades e cerimônias equivalentes às que são usadas na Corte para garantir a autenticidade do fato.<sup>83</sup> Embora a permissão legal tivesse sido concedida, ainda pairava o mal estar da inconveniência daquele nascimento em tais circunstâncias e das decorrências negativas advindas da questão. Diante de tamanha inquietação, a Princesa Isabel resolveu enfrentar a viagem de volta ao Brasil. Alguns dias depois de sua chegada ao país em julho de 1874, nascia morta uma criança do sexo feminino.

A análise da argumentação dos membros do Conselho de Estado revela posições distintas e manifestações que permitem observar suas perspectivas em relação à imagem da Princesa. O Visconde de Souza Franco demonstra-se preocupado em legitimar a ausência de Isabel, sempre vista como privilégio e mordomia pelos seus opositores.

Favorável ao retorno de Isabel apregoa o nobre:

Sua Alteza Imperial, tem como herdeira do trono, e terá quando o ocupar, a especial posição de Chefe de sua Família, Chefe

---

<sup>82</sup> "Consulta e decisão sobre a licença pedida por Sua Alteza, o Sr. Conde d'Eu em 19 de março de 1874 para que sua Augusta Esposa a Sra. Princesa Imperial Dona Isabel durante a gravidez fosse dispensada de vir da Europa para o Brasil." Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874, p. 4.

<sup>83</sup> Ibid. pp. 51-52

político sem dúvida. É nessa qualidade que tem pelo artigo 105 da Constituição o título de Princesa Imperial, que não comunica ao esposo; que prestou perante as duas Câmaras reunidas o juramento do artigo 106; que Entrou para o Conselho de Estado por direito próprio (artigo 144) (...) e finalmente é nessa qualidade que regerá o Império. Tem assim, Sua Alteza Imperial missão permanente a cumprir, a de habilitar-se para bem satisfazer no futuro os árduos deveres do trono; e para este fim são feitas as suas viagens, que afastando-a do Império, com interrupção dos estudos práticos da administração, tem plena justificação nos exemplos e experiência que facultam os países mais adiantados. Exerce portanto em suas viagens uma missão de caráter público, e pode dizer-se que viaja em serviço da Nação, em serviço do Império.<sup>84</sup>

A argumentação do Visconde deixa claro o fato de se estar em debate no Conselho não somente a questão específica do nascimento de um Príncipe, mas a própria imagem de Isabel como futura governante. Ele tenta desvincular a imagem da Princesa da interferência de seu consorte, minimizando-o. Em seguida, apresenta ordenadamente a trajetória de Isabel no cumprimento legal de seu dever enquanto sucessora do trono. O cumprimento de todas as etapas previstas pela Constituição confere legitimidade à Princesa que caminhava de modo seguro para o cumprimento de sua missão. A intenção do político em defender o reinado de Isabel fica evidente em sua tentativa de qualificá-la. Para tanto, argumenta que a mesma teria interrompido seus estudos de administração para presenciar governos mais adiantados. No entanto, a informação de que a Princesa era submetida a tais estudos no Brasil não aparece em nenhum dos biógrafos consultados e nem na documentação levantada nos arquivos pesquisados. Além disso, de acordo com Ricardo Martim a educação das Princesas e seus estudos foram dados por concluídos após o casamento das mesmas em 1864.<sup>85</sup> Tais considerações permitem

---

<sup>84</sup> *Ibid.* pp. 28-29.

<sup>85</sup> Ricardo Martim. *A educação das Princesas*, p. 3.

detectar uma exagero do Visconde em buscar valorizar a capacitação de Isabel. Sua argumentação caminha no sentido de atestar a capacidade de exercício da função pública da Princesa Isabel, em contraposição às críticas que apontavam freqüentemente para a fragilidade de condição feminina, expressa em sua submissão ao marido e em seu excesso de religiosidade, elementos ligados ao domínio do privado. A interferência da imagem do Conde fica evidente na fala do Visconde de Niterói ao declarar em resposta à questão número três que

uma circunstância ingrata pesará nos inconvenientes da ausência de Sua Alteza Imperial, e é a suspeita, embora injusta, que poderá recair no ínclito Príncipe Consorte, de ter de plano preferido que Sua Augusta Progenitura visse à luz em França, tendo deixado tanto adiantar-se a gravidez de Sua Alteza Imperial, sem atender ao dever de voltar ao Brasil, que é assim preterido em um assunto que não pode haver competência possível de qualquer concorrente.<sup>86</sup>

O Visconde preocupa-se em demonstrar a possibilidade de futuras críticas decorrentes da decisão e suas conseqüências para a imagem de Isabel.

Apesar dos inúmeros esforços, a figura do Conde d'Eu continuou carregada de aspectos negativos e não recuperou nem mesmo o prestígio que tinha nos meios liberais. Carregava a marca de um marido intruso. Sua ambição política era sempre ressaltada, como pode ser observado no texto que se segue. Em tom de alarme, o autor, defendendo os interesses dos agricultores, proclama a seguinte afirmação

Estamos sob o domínio do marido dessa mulher, ao qual, estrangeiro, pouco se lhe importa o Brasil. Ela faz o que o marido quer e não o que é desejo do povo; faz mais – afronta os interesses do povo para afagar os desejos do marido. Cumpre reagir: cada cidadão tem o dever do patriotismo.<sup>87</sup>

<sup>86</sup> Ibid. p. 48.

<sup>87</sup> O Pharol. 5 de junho de 1888.

O texto busca desqualificar a imagem de Isabel enquanto representante dos interesses dos brasileiros. Antes, a Princesa é representada como emissária dos desejos do marido. Era portanto pertinente a preocupação do Visconde de Niterói em relação às críticas feitas ao casal d'Eu e seus reflexos na imagem da Monarquia e do Terceiro Reinado.

Outro aspecto freqüentemente ressaltado na figura da Princesa Isabel era seu apego à religião. Vista como beata, por seu excesso de dedicação ao catolicismo, era considerada uma reacionária ultramontana. A associação da Princesa com o apego ao catolicismo parece ter ganhado fôlego em sua participação na chamada “Questão Religiosa” em que interferiu energicamente junto ao Imperador a favor da anistia dos bispos, presos por desacatarem a ordem Imperial e expulsarem dos quadros clericais os membros da maçonaria. A intervenção da Princesa provocou-lhe certa impopularidade.

<sup>88</sup> Segundo Valeriano Altoé, a “atitude intransigente dos bispos foi vista como uma possível interferência papal nos negócios internos do Estado”. <sup>89</sup> Apesar da questão ter sido dada como encerrada com a anistia dos bispos em 1875, a preocupação do Imperador com a possibilidade de emergência de novos problemas entre Igreja e Estado Imperial continuava. Tanto que, ao se ausentar do país deixando a Regência nas mãos de Isabel pela segunda vez em 1876, escrevia em seus conselhos à filha, que se desse prosseguimento ao projeto de lei que regulamentava o casamento civil e os cemitérios públicos. Sobre a questão religiosa declarava:

A questão dos bispos cessou; mas receio ainda do de Olinda quando voltar a sua diocese. (...) O Bispo do Maranhão está

---

<sup>88</sup> Hermes Vieira. *Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras*, p. 120.

<sup>89</sup> Valeriano Altoé. “O altar e o trono: um mapeamento das idéias políticas e dos conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil. (1840-1889)” Niterói: Dissertação de Mestrado. UFF, 1993, p. 242.

gravemente enfermo. Todo o cuidado na escolha do novo bispo. Há padres dignos do cargo sem serem eivados de princípios ultramontanos.<sup>90</sup>

A religiosidade de Isabel parecia preocupar ao próprio Imperador que, antes de se ausentar deixa mais uma vez registradas as diretrizes a ser seguidas, embora tente negar sua participação no governo de Isabel. A preocupação em colocar a filha na cena principal transparece de sua declaração feita ao *Jornal do Comércio* em que afirma o desejo de que todos saibam que durante sua viagem não inspirou nenhum dos atos do governo.<sup>91</sup> Era preciso demonstrar a autonomia conquistada por Isabel por meio de sua experiência. E, nesse sentido, tornava-se necessário que a mesma apresentasse a capacidade de caminhar pelos próprios pés, como deveria acontecer após a morte do Imperador.

O retorno do Imperador ao país suscitou observações diversas, como pode ser observado em artigo publicado pela *Revista Illustrada*:

Mais por cálculo do que por ingenuidade, todo esse mundo é zabolho. Os que não são do olho direito são do olho esquerdo. Daí vem que o mesmo acontecimento é sempre comentado por dois modos. Cada qual trata de vê-lo por seu lado, isto é, pelo lado que mais convém a cada um. A chegada de S.M. veio também dar lugar a duas interpretações perfeitamente antagônicas. Uns dizem: havia pouca gente no cais, por ocasião do desembarque, o Rio de Janeiro mostrou-se indiferente à volta de seu monarca, etc e etc. dizem outros: e ainda há quem duvide das simpatias do público por esse homem! Vejam essa rua do Ouvidor como está apinhada de povo! O entusiasmo não se encomenda, é espontâneo etc. e etc. e prosseguem as observações sempre feitas a lorgnon.<sup>92</sup>

<sup>90</sup> "Conselhos do Imperador à Regente por ocasião de sua segunda viagem." Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. Arquivo da Casa Imperial. Maço 175. Doc. 7972.

<sup>91</sup> A declaração é reproduzida e comentada na *Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1877.

<sup>92</sup> *Ibid.*

Quanto mais o tempo passava, aumentavam mais as lutas de representações em torno da figura da Princesa e do regime. Interpretações diversas circulavam em torno de um único acontecimento. Fazia-se necessário empreender severa campanha a favor de Monarquia, em crescente desprestígio.

Mas que Monarquia esperava-se? Ou melhor, que tipo de governante seria Isabel? O que pensava a Princesa em relação ao governo de seu pai? Como se posicionava em relação aos principais problemas enfrentados? Como se apresentava publicamente como herdeira do trono? Podemos nos aproximar destas questões a partir da leitura dos escritos de Isabel.

### **Isabel, em sua agência: a apresentação pública de si**

A Princesa, preparada desde os primeiros anos de vida para substituir o Imperador, parecia ter plena consciência e preocupação com sua imagem. Suas diversas viagens, fora do Brasil ou nas províncias do Império, são espaços privilegiados de análise da apresentação que Isabel fazia de si mesma. Além disso, possibilitam uma maior aproximação de seu pensamento e de seus valores, a partir de suas observações, impressões e comentários.

Inúmeras foram as viagens empreendidas pela Princesa pelas províncias do Império. Da documentação pesquisada foram encontrados relatos de sua passagem pelas províncias de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul. Comparando-se as informações presentes nos relatos que registraram ocasionalmente a passagem da Princesa pelas cidades de Guaratinguetá, São Paulo,

Santos, Campinas, Recife, Pelotas, Caxambú e Campanha da Princesa pode-se perceber um roteiro básico recorrente.<sup>93</sup>

As fontes, anotadas em diferentes épocas e por pessoas distintas são unânimes em informar que em todas as ocasiões Isabel era recebida pelo Presidente da Câmara Municipal da cidade que se encontrava especialmente ornamentada para receber a filha do Imperador. Nas viagens realizadas antes do ano de 1871, quando o Imperador aboliu o beija-mão, Isabel lançava mão do referido cerimonial para receber a população que acorria às ruas para vê-la. Autoridades locais como Presidente da Câmara, vereadores, juizes, padres, delegados dirigiam cerimônias, prestando-lhes homenagens via discursos, vivas, aplausos e flores. O casal hospedava-se sempre na casa do cidadão mais ilustre da cidade. Após a recepção, participava de um “Te Deum” na Igreja Matriz da Cidade, onde era sempre recepcionada pelo padre local ou pelo bispo da diocese. As viagens costumavam durar em média vinte dias. Nesse período, o casal d’Eu percorria a região em visita à fazendas e pequenas fábricas e usinas acompanhando de perto o processo produtivo. Participavam de jantares e saraus em recepções oferecidas pelos nobres locais. A Princesa também visitava orfanatos, hospitais, asilos e escolas como forma de se apresentar solidária aos problemas sociais. Desta forma, ao mesmo tempo em que o Império se fazia presente em regiões distantes, Isabel tornava-se conhecida das populações longínquas que se encantavam com as visitas imperiais. Nestas ocasiões era como se as autoridades locais curvassem-se às autoridades nacionais. Demonstrava-se a

---

<sup>93</sup> Os relatos acima referidos foram encontrados nas seguintes fontes: “A Princesa Isabel em Guaratinguetá. Guaratinguetá” In: História n. 128. Museu Frei Galvão, mimeo, 1995; Guilherme Auler. “A Princesa na terra campista”. In: Jornal do Brasil, 3 de agosto de 1958; “Diário da Princesa Isabel em Caxambu.” In: [www.palacehotel.com.br](http://www.palacehotel.com.br); Guilherme Auler. “A Princesa no interior fluminense em 1868”. In: Jornal do Brasil, 6 de julho de 1958; Lourenço Luiz Lacombe. A Princesa Isabel em Pernambuco. Ci & Trop. Recife, 6 (2): 265-269. Jul/Dez. 1978; Ricardo Gumbleton Daunt. Diário da Princesa Isabel: excursão dos Condes D’Eu à província de São Paulo. São Paulo: Anhembi, 1957.

hierarquia presente naquela sociedade em que as pessoas mais respeitadas da cidade rendiam-se em homenagens à Princesa, legitimando assim o seu prestígio entre a população em geral que passava a conhecer de perto sua futura Imperatriz.

Em carta escrita ao pai em 1867, poucos anos após o seu casamento interroga-o:

Veio cá hoje o Victor Meirelles para nos convidar a ir às Bellas Artes e me pedir que expusesse algumas das minhas pinturas, este ano havendo muitas de amadores. Se Papai não acha isso má eu lhe pediria que mandasse pelo portador desta carta os cães de caça e a paisagem escocesa que lhe fiz. Uma vez que se expõe alguma coisa é melhor expor uma coisa bem feita, e feita só pela pessoa.<sup>94</sup>

Isabel sabia que qualquer aparição pública de seu nome suscitaria comentários diversos. Apesar da resposta de D. Pedro não ser conhecida, importa observar o fato de que a Princesa tinha o cuidado de sondar o pai sobre a conveniência de sua participação em um concurso que implicaria na exposição de seu nome e, por conseguinte, da própria Monarquia.

A preocupação com a boa recepção de sua imagem acompanha-a também ao exterior. Ao comentar sua passagem pela cidade inglesa de Manchester, escreve ao pai

Estou abismada pela quantidade de coisas de que tenho de lembrar-me e de escrever-lhe sobre o que vi hoje. (...) Em Birmingham e aqui [Manchester] estiveram à roda de nosso carro para nos verem sair todas as vezes que o fizemos, não é só no Brasil que há gente curiosa e vadia.<sup>95</sup>

<sup>94</sup> “Carta da Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II.” Rio de Janeiro, 14 de junho de 1867. Arquivo do Grão Pará. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d’Eu. Pasta XL, item 2’.

<sup>95</sup> “Carta da Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II.” Manchester, 5 de abril de 1865. Arquivo do Grão-Pará. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d’Eu. Pasta XL, item 2’.

Em suas viagens à Europa, Isabel fazia anotações sistemáticas sobre os locais visitados em cadernetas de anotações que são enviadas pelo correio ao Imperador. Tais anotações mesclavam anotações precisas e detalhadas sobre o funcionamento das fábricas, hospitais, conventos, minas de carvão, Câmaras municipais e etc. com notícias pessoais e apreciações e impressões diversas.

Em sua primeira viagem à Europa, realizada meses depois do casamento, Isabel vai conhecer a Inglaterra. Contudo, a visita não poderia ser oficial. Na ocasião, a Rainha Vitória declarou que só receberia Isabel como esposa do Conde e não como Princesa Imperial. Isso porque o Brasil estava com relações diplomáticas cortadas com a Inglaterra em decorrência da chamada "Questão Christie". Não puderam visitar a França pois os Orleans só puderam retornar à França depois da queda de Napoleão III.<sup>96</sup>

Em caderno de notas, escrito por ocasião desta passagem pela Inglaterra, Isabel comenta passeios, visitas e acontecimentos. Procura apresentar as impressões gerais do país e de sua estrutura. Lembre-se de que D. Pedro nunca havia saído do Brasil até então. Isabel era ao mesmo tempo sua representante e seus olhos. Na viagem, a Princesa entusiasma-se com o volume de correspondência em circulação no "General Post Office" de Londres, que de acordo com suas palavras atingia o número de 1.200.000 cartas e jornais por dia. Ao visitar a cidade de Greenwich, relata não só o famoso observatório, mas também a fabricação do cabo elétrico que ligaria a Inglaterra aos Estados Unidos. Assim o descreve:

Este cabo deve ter 2000 milhas de comprimento, 800 já estão feitas, fazem-lhe 25 por dia. É composto de sete fios de cobre cobertos

---

<sup>96</sup> Lourenço Luiz Lacombe. *Isabel: a Princesa "Redentora"*. pp. 92 e 103.

por 4 camadas de gulsaperca, cobertos depois de cânhamo e por fím, de fios de aço.<sup>97</sup>

Mas, entre todos os relatos, os que merecem maior detalhamento são exatamente aqueles relacionados ao conhecimento das fábricas visitadas. Isabel envia ao pai as descrições do processo de fabricação de papel “marché”, lustres e objetos de latão, alfinetes, velas, punhais de aço, algodão, objetos de prata e de vidro, carros destinados ao caminho de ferro, objetos de ferro machados, enxadas e etc. Entre todas estas fábricas visitadas, destaca-se uma explicação dada por um funcionário encarregado de fiscalizar a produção de machados e enxadas. Em meio à descrição das máquinas, Isabel relata uma explicação dada pelo profissional.

Perguntaram para que servia uma muito grande enxada que lá vimos, e o moço que explicava o que víamos, disse-nos que era para os negros do Brasil, que são tão preguiçosos que querem, sem esforço, só pelo próprio peso da enxada que esta caia e cave.<sup>98</sup>

Isabel não fez comentários sobre a explicação recebida. Limita-se às linhas transcritas acima, prosseguindo sua descrição técnica. De qualquer forma, a simples preocupação em relatar o ocorrido ao pai constitui-se num fator significativo. Talvez quisesse demonstrar a visão europeia da escravidão como forma de trabalho irracional e degradante. Sabe-se que o Imperador preocupava-se muito com a imagem do Brasil no exterior. Por trás desse comentário simples estava embutida uma grande questão. Informava ao pai uma espécie de senso comum em relação à escravidão vista como irracionalidade. Isabel, em meio a tantas inovações técnicas desconhecidas até então, ao olhar a Inglaterra, pensava o Brasil. Ao final do relato de um dia comenta

<sup>97</sup> “Caderno de notas enviado pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II” 4 de abril de 1865, p. 4” Arquivo do Grão Pará. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d’Eu. Pasta XL.

Quanto gostaria que nosso bom Brasil estivesse tão adiantado como a Inglaterra. Ele é muito moço ainda, o mundo não se fez em um dia. Já ele tem feito bastante, espero que ainda fará muito mais.<sup>99</sup>

A Inglaterra é tomada como um modelo de inspiração para o Brasil, que é colocado por Isabel em uma escala menor de desenvolvimento e civilização. Em seus escritos, a Princesa não tece nenhum comentário sobre a Rainha Vitória, sua anfitriã. Sabe-se que Isabel não havia agradado a Rainha, ao casar-se com o Conde d'Eu e não com o duque de Saxe, que além de sobrinho da soberana era ainda um Coburgo como o Príncipe Alberto. De acordo com Luiz Loureço Lacombe, a Rainha Vitória teria se sentido desprestigiada com a troca de casais. Era ela viúva de um Coburgo e se sentiu ofendida ao ver o sobrinho ser "trocado" por um Orleans.<sup>100</sup> Pedro Calmon, outro biógrafo da Princesa, comenta que Isabel nunca seria como aquela senhora fria e digna que acariciava a viuvez taciturna com dois orgulhos: família numerosa e Império rico.

<sup>101</sup> A figura da soberana inglesa como modelo de governante, será recusada por Isabel, como veremos mais adiante.

Enquanto a soberana inglesa encarnava o modelo protestante e era vista como o protótipo da mulher burguesa do século XIX, Isabel apresentava-se como uma católica fervorosa e aristocrática. Seu excesso de fervor religioso, passou a ser usado como argumento contra a implantação do Terceiro Reinado, a partir de sua intervenção declarada a favor da anistia dos bispos envolvidos na chamada "Questão Religiosa" que indispôs as relações entre a Coroa e a Igreja Católica. Segundo Pedro Calmon, o fato de

---

<sup>98</sup> Ibid, p. 4.

<sup>99</sup> Ibid, p. 4.

<sup>100</sup> Lourenço Luiz Lacombe. *Isabel: a Princesa "Redentora"*, p. 77.

<sup>101</sup> Pedro Calmon. *A Princesa Isabel: A "Redentora"*, p. 160.

confessar-se muito, ouvir muitas missas, estar à frente dos festejos religiosos e quermesses significava para os inimigos do clero "a garra da teologia a pairar sobre o Estado."<sup>102</sup> E, de fato, o clericalismo de Isabel levava-a a dirigir críticas ao próprio Imperador e à condução da política Imperial, sobretudo no relacionamento com a Igreja. Sobre a questão que evoluiu a prisão dos bispos por perseguição aos maçons escreve Isabel ao Imperador:

Suas cartinhas me trazem sempre tanto prazer. Vá-me escrevendo todas as vezes que puder. O negócio dos bispos também me inquieta bastante. Poderiam eles ser mais prudentes? O que acho porém é que o governo quer se também meter demais em coisas que não deveriam ser de seu alcance. E além disso, se os maçons tem tanto apego às coisas da Igreja que não queriam ser expulsos desta, por que não abandonam a maçonaria? Ou há medo ou então pouco favor da parte deles. Devemos defender os direitos dos cidadãos brasileiros, os da constituição, mas qual a segurança de tudo isso, dos juramentos prestados se não obedecemos em primeiro lugar à Igreja? Porque os sócios da maçonaria brasileira não formaram uma outra sociedade, às claras, que nada tivesse de repreensível e que ao mesmo tempo continuasse com o fim de beneficência que principalmente tem assumido em nosso país? Seria um meio de não lesar os direitos a socorros que seus adeptos tenham adquirido. Deus nos ajude! E esclareça ao Penedo, com quem já tive há dias uma terrível discussão a esse mesmo respeito, antes que ele e eu soubéssemos que talvez teria ele de ir para Roma para tratar da questão com o Santo Padre."<sup>103</sup>

Isabel coloca claramente a obediência à Igreja como prioridade sobre o juramento da Constituição. Sem isso, as questões constitucionais não têm sentido. Acusa o governo de estar se metendo demais numa questão que não diz respeito ao poder temporal. Posiciona-se contrária à maçonaria e em defesa dos bispos. Em carta seguinte,

<sup>102</sup> Ibid. p. 121.

<sup>103</sup> "Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II em 31 de agosto de 1873" Arquivo do Grão Pará. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d'Eu. Pasta XL.

escrita de Paris, anuncia sua volta ao Brasil e solicita ao Imperador que quando chegar os bispos já estejam soltos.

Uma coisa que me causa [pedaço da carta queimado] ter que lher dar com os ministros. Felizmente que não os verei muito! Estes senhores tão zelosos pela Constituição por que não reprimem "O Mosquito" que mete verdadeiramente nojo. A constituição também diz que a imprensa é livre uma vez que não venha abalar as instituições, a moral e a religião. O que eu estou vendo é que a religião do Brasil vai sendo a maçonaria. [pedaço da carta queimado] <sup>104</sup>

Em tom de revolta, Isabel pede que a constituição seja aplicada na defesa da Igreja e não contra como estava ocorrendo. Indignada, Isabel parece criticar implicitamente ao próprio pai na condução da questão. Em correspondência privada, trocada entre pai e filha, durante a Primeira Regência, a personalidade excessivamente católica de Isabel já havia ficado evidente, bem como a repercussão de sua opinião religiosa em assuntos políticos. Ocupando a Regência pela primeira vez, comenta a última carta recebida do Imperador que viajava pela Europa. Diz Isabel:

Perdoa-me meu Papaizinho, mas às vezes Papai tem umas idéias que não me quadram. Quem lher mandou ir à abertura do Parlamento italiano? Não podia muito bem descansar ou, se as pernas lher correm tanto, visitar curiosidades? A Reforma deseja que este ato de Papai seja aproveitável, deseja que Papai tome por modelo V. E. [Victor Emmanuel] (Este rei liberal, rei comelão do que é dos outros, e que tira por violência o que não lher pertence.) [A Reforma] deseja que Papai tivesse ouvido as aclamações que partiam entusiásticas dos corações italianos (provavelmente muitas compradas ou arrançadas). A Reforma tem bons artigos às vezes mas este meteu-me raiva. Ultimamente tem saído com alguns que não são conseqüentes. Graças a Deus têm me poupado, mas muita pena me faz quando vejo que são injustos para com outros. Duas coisas não aprovo de sua viagem:

<sup>104</sup> "Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II de Paris em 17 de maio de 1874". Arquivo do Grão Pará. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d'Eu. Pasta XL. Observações minhas entre colchetes.

esta ida ao Parlamento italiano e o seguir as rezas na sinagoga que nem se fosse um judeu! Papai dirá que me empata com que o que você me está dizendo, mas a matraquinha há de representar o seu papel. Ainda uma vez perdoa-me meu Papaizinho (...) Adeuzinho, as outras notícias verá pelos jornais e pela carta que escrevo à Mamãe. Aceite este abraço bem do coração desta sua filha e amiga, Isabel, Condessa d'Eu.<sup>105</sup>

Isabel, em poucas linhas, expõe importantes características de sua personalidade e pensamento. Condena D. Pedro por ter visitado uma sinagoga judaica e o Rei Vitor Emmanuel, a quem considera usurpador. A Princesa demonstra-se assim insatisfeita com a recente unificação da Itália que teria submetido o Vaticano e o Papa a uma situação de sujeição política dentro daquele novo Estado. E, lamenta-se ainda pelo fato estar sendo tomado pelo jornal “A Reforma” como uma aproximação do Imperador aos princípios liberais representados pelo soberano italiano. O periódico sobre o qual Isabel despende sua crítica fora fundado pelos liberais em 1869, com o objetivo de combater o governo conservador e exigir reformas profundas na estrutura política do Império. Deste grupo de liberais, saíram os republicanos, que em 1870 publicaram o manifesto.<sup>106</sup> Segundo José Murilo de Carvalho, as principais reivindicações dos liberais naquele momento eram: a eleição direta nas cidades maiores, o Senado temporário, a adoção de um Conselho de Estado meramente administrativo, a abolição da Guarda Nacional, as clássicas liberdades de consciência, educação, indústria e

---

<sup>105</sup> “Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II em 5 de janeiro de 1872.” Arquivo do Grão Pará Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d'Eu. Pasta XL.

<sup>106</sup> Nelson Werneck Sodré. A História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 242-243.

comércio, reformas judiciárias e abolição gradual da escravidão.<sup>107</sup> Além destas questões, os liberais reivindicavam ainda a liberdade de culto. Indignados reclamavam:

Pois como se no século dezenove desenterrando-se o fanatismo da inquisição degrada-se dos direitos políticos os que têm a infelicidade de não acreditar no pecado original ou na presença real da Eucaristia?! Pois como nasceu o cristianismo senão pedindo a liberdade de cultos, e responsabilizando perante os céus os que derramavam o sangue inocente dos martírios?<sup>108</sup>

Isabel certamente temia a possibilidade de uma repercussão negativa sobre a Igreja Católica destes ideais reformistas pregados pelos liberais. Posicionava-se assim, contrária à liberdade de culto no país, o que implicaria em desprestígio do catolicismo. Sua postura de católica fervorosa impedia-a de aceitar aquelas atitudes do Imperador. Lembremos que a troca de correspondência é datada do início de 1872, quando a questão religiosa que envolveria os bispos contrários à maçonaria ainda não tinha ocorrido. D. Pedro responde às críticas da filha nos seguintes termos:

Vamos agora aos reparos de minha boa Matraquinha. Porque andei pelo bairro dos ladrões de Londres deixei de ser honrado? Virei-me portanto judeu nas sinagogas? A abertura do Parlamento em Roma era festa nacional porque a maioria dos italianos queria e quer a unidade de toda a Itália. Disse ao Papa e a Victor Emmanuel tudo aquilo que pensava e por consequência havia de ter reprovado as violências como o emperramento do Papa, que aliás sempre estimei por suas qualidades e admirei no princípio de seu governo. Tudo lhes contarei e ficarão ainda mais certos de que seu Pai é liberal de coração e por isso mesmo respeitador dos direitos alheios que muitas vezes sucumbem à fatalidade política ou antes imprevidência. De Espanha talvez possa ser menos breve. Dos negócios de nossa Pátria nada direi não só pela confiança que tanto me inspira como por espírito de coerência bem aconselhada no interesse de todos. (...) Adeus!

<sup>107</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política Imperial; Teatro de sombras: a política Imperial*, pp. 187 e 188.

<sup>108</sup> Juvenal. *O povo e o throno: profissão de fê política de Juvenal (Romano da decadência)* Rio de Janeiro: Typographia e Litographia Franceza, 1869, pp. 22-23. O livro publicado com o pseudônimo de Juvenal foi provavelmente escrito por Nabuco de Araújo, um dos líderes dos liberais reformistas.

Talvez ainda espere um baile que vai haver no Hotel e depois darei repouso ao corpo que não pode estar sempre em movimento como uma matraca. Adeus! Tomem o abraço saudosíssimo de seu Pai extremo. D. Pedro de Alcântara.<sup>109</sup>

O Imperador buscava esclarecer que sua visita à sinagoga não indicava adesão ao judaísmo. Tal resposta implicitamente atinge também a questão italiana. Ao dizer que visitou as duas partes e que havia criticado a violência de Vitor Emmanuel e o emperramento do Papa, D. Pedro tenta apresentar-se isento de juízo de valor. Diz que admira o Papa e que tudo ficará esclarecido. Ou seja, recusa a aproximação com os liberais temida por Isabel e desejada pelos partidários do jornal “A Reforma”. Ao dizer que é liberal de coração, parece querer enfatizar sua adesão aos princípios mais abstratos desta corrente de pensamento como o direito às liberdades e não uma adesão ao programa partidário daquele grupo. Tenta portanto tranquilizar a Regente, representando-se como um Imperador isento de partidarismo e portanto capaz de dialogar com diferentes posturas, sejam elas católicas ou judaicas, liberais ou conservadoras.

Mas D. Pedro não conseguiu convencer a filha que, insatisfeita com a resposta recebida, escreve-lhe outra carta onde reproduz os argumentos paternos recusando-os. Para facilitar a compreensão, os trechos transcritos por Isabel da carta de D. Pedro II serão grifados. Escreve Isabel:

A abertura do Parlamento em Roma era festa nacional porque a maioria dos italianos queria e quer a unidade de toda a Itália. Disse ao Papa e a Victor Emmanuel tudo o que pensava, e por

<sup>109</sup> “Carta de D. Pedro II a Princesa Isabel. Lyon, 4 de fevereiro de 1872.” Arquivo do Grão Pará. Correspondência Ativa de D. Pedro II. Pasta XXXVIII, item 1.

consequência, havia de ter reprovado [tanto] as violências como o emperramento do Papa que aliás sempre  
 (...) Não discuto se a unidade da Itália era pedida pela maioria dos italianos, mas o que digo e direi é que ela foi obtida de uma maneira abominável. V. E. [Vitor Emmanuel] que esperasse que a dita maioria lhe pedisse de ser rei! A abertura do Parlamento em Roma era festa nacional e por isso lá fui, também em Paris em 1793 as festas da Deusa Razão eram festas nacionais e Papai lá teria ido figurar porque como curioso não sei quem lhe amarraria as pernas. O emperramento do Papa ou o que Papai chama por esse nome não será a maneira porque esse bom velho julga poder sustentar a sua dignidade que não é sua só mas a de todos os católicos? Não será a sua tenacidade?! Esta minha carta deve-lhe cheirar a artigo de fundo de jornal. Não se espante disso. Confesso minha fraqueza: estes tempos tenho lido e dou ainda muita atenção a alguns artigos de fundo de jornais. Ainda não me acostumei a ler censuras como se ouve o grasnar dos cães. Será isto um defeito? Talvez não de todo. É uma boa ou má nota como as que tínhamos quando estudávamos e que tanto nos estimulavam a bem proceder; os mestres atuais são pouco imparciais é verdade dizer-se. E olhe que não são censuras feitas a mim, irrita-me porque as vejo às vezes bem injustas e temo também que um dia não me cheguem muito por casa. O meu maior fantasma é o tal poder pessoal de que o acusam meu bom Papaizinho e que julgo dever provir do emperramento que lhe atribuem. Vou por tudo em pratos limpos. A culpa não é sua. Ao menos não é sua só. Papai tem inteligência, tem vontade (tenacidade ou emperramento se quiser) e meios de a por em obra. Os nossos ministros em geral são menos firmes, tenazes ou emperrados, e portanto a corda arrebenta pelo mais fraco. O que fazer? Não se julgue tão infalível, mostre-se mais confiante neles, não se meta tanto em negócios que são puramente da repartição deles (e eu terei mais de seu tempo). E se algum dia não puder, de todo, continuar a dar-lhes a sua confiança ou se ver que a opinião pública (verdadeira) é contrária a eles, rua com eles!!! Falando de outro ponto pelo qual meu Papaizinho peca dir-lhe-ia que não leve a abnegação ao ponto a que a levou até agora, não tenha medo de proteger, segundo a justiça e o bem público, os seus amigos, que não poderão fazer a mesma distinção que Papai entre o Sr. D. Pedro de Alcântara e o Sr. D. Pedro 2º e, portanto, o Brasil, para o qual, ao menos até o presente o governo monárquico julgam, na generalidade, ser o melhor que pague o pato. Sei bem que me virá a dizer que se pudessem haver idênticas circunstâncias, nelas escolheria primeiro seus amigos. Tome bem sentido porém que o próprio

medo de ser parcial não faça colocar estes abaixo de outros que valham tanto ou menos. Defeito contrário: não me encha de graças aqueles que (quando a justiça e o bem público não pedirem diferentemente) lhes são contrários. É o melhor meio de fazer falar contra o Sr. D. Pedro 2º para obter dele tudo (não pelo medo que lhe inspire, mas por sua excessiva abnegação), e com o Sr. D. Pedro 2º lá se vai a rastos muitas vezes os princípios que ele representa. São estes os conselhos, o testamento político de sua matraquinha com quem poderá discutir sobre todos estes pontos quando cá estiver. Perdoa-me tanta ousadia, mas é para seu bem e para o bem de todos. Aceite um abraço desta sua filha que tanto o ama. Isabel, Condessa d'Eu.<sup>110</sup>

Isabel, mais uma vez aponta a ação de Vitor Emmanuel como arbitrária e em desacordo com a vontade dos italianos. Questiona ainda a isenção de D. Pedro, ao interrogar-lhe se teria ido às festas republicanas de 1793, ano em que o rei francês é guilhotinado. Em defesa do Papa Pio IX, discorda do Imperador e diz que a condução das ações papais não podem ser qualificadas como uma política de emperramento mas de tenacidade. Aproveitando-se da situação, Isabel passa a fazer críticas ao modo pelo qual D. Pedro conduz a política Imperial. Aconselha ao pai um menor envolvimento com as questões ministeriais, dividindo responsabilidades e penalizando ou demitindo os que não agradarem a opinião pública. Assim, a imagem do Imperador estará isenta da responsabilidade dos negócios mal sucedidos. Sugere que o Imperador não tema ser parcial. Aconselha somente a nomeação de amigos e o não beneficiamento dos inimigos ao poder. Para a Princesa, o problema estava na insistência do pai em separar os interesses de D. Pedro de Alcântara dos interesses do Imperador D. Pedro II. Os amigos não fariam esta separação e portanto não prejudicariam a imagem pública do soberano.

---

<sup>110</sup> "Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II de Petrópolis, em 6 de março de 1872" Arquivo do Grão Pará. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d'Eu. Pasta XL.

Isabel parecia, portanto, preocupada com a imagem do pai, querendo imprimirlhe um caráter de Imperador mais católico do que realmente ele era. Em outra carta, condena o pai por uma visita considerada, por ela, indevida. Escreve:

Vou já começando ralhando. Nenhuma linhazinha para mim e acha tempo para visitar Georges Sand, uma mulher de muito talento é verdade, mas também tão imoral! Coiba-se meu Papaizinho de sua fome de ver tudo. Olhe que já vai virando fome canina, que lhe pode fazer cometer indiscrição. Por mais incognitozinho que vá, sempre se sabe quem é o Sr. D. Pedro de Alcântara e não deve ser ele antes de tudo um bom católico e portanto afastar de si o que for imoral? Tudo o mais (exceto as outras duas coisinhas que lhe disse) o que tenho lido nos jornais me enche de prazer e de orgulho. Se pudesse lhe mandava um figo francês que aqui tenho perto de mim (...) Venha depressa comê-los. Só falta agora menos de dois meses! Que belo! Amanhã descemos para o triste aniversário do dia 7 [um ano de falecimento da Princesa Leopoldina]. Iremos ouvir missa em São Cristóvão. Amanhã terei despacho e audiência. Quando me ver livre de tais negócios darei graças a Deus. As vezes é de meter frenesi. Felizmente que duram pouco e que só desabafo em particular. [sic]A pasmaceira! A pasmaceira! Mas nem tudo é verdade. (...) Adeusinho, estou com uma boa camada de fluxo, espero que o calor do Rio o curará. Aceite um abraço desta sua amiga e filha tanto do coração. Isabel, Condessa d'Eu." <sup>111</sup>

A mulher imoral para a Princesa era a escritora francesa Aurore Dupin, que publicava livros de inspirações ao mesmo tempo sentimental, social, motivada por temas rurais. Tudo isso sob o pseudônimo de George Sand, a fim de driblar os preconceitos contra as mulheres escritoras. <sup>112</sup> Aurore era, sem dúvida, uma mulher fora dos padrões aristocráticos e religiosos de Isabel, que critica ao pai o fato de tê-la visitado, um papel inconcebível a um bom católico. O padrão de comportamento do Imperador afastava-se

daquele desenhado por Isabel. D. Pedro II, amante dos livros, da arte e da ciência, pouco importava-se com prerrogativas excessivamente religiosas que o impedisse de dar prosseguimento às suas descobertas. É o próprio Imperador que, ao fazer um balanço de sua vida, sugestivamente no dia 31 de dezembro de 1861, com um olhar retrospectivo lamenta nas páginas de seu diário:

Sou dotado de algum talento, mas o que sei devo-o sobretudo à minha aplicação, sendo o estudo, a leitura e a educação de minhas filhas que amo extremosamente, meus principais divertimentos. Louvam minha liberalidade; mas não sei porque com pouco me contento e tenho oitocentos contos por ano. Nasci para consagrar-me às letras e às ciências e, a ocupar posição política, preferia a de presidente da república ou ministro, a de Imperador. Se ao menos meu pai imperasse ainda estaria eu há 11 anos com assento no Senado e teria viajado pelo mundo.<sup>113</sup>

Na representação que o Imperador faz de si mesmo transparece, ao menos naquele momento, uma indisposição em ocupar o trono. Seu maior valor parece ser viajar e conhecer o mundo e dedicar-se aos estudos. A curiosidade e aplicação aos conhecimentos diversos frequentemente presentes nos escritos do Imperador e reforçados por seus biógrafos não acham correspondência na personalidade da Princesa Isabel. Na correspondência analisada, destaca-se uma insistência na defesa dos valores católicos e na boa apresentação pública do pai. Sua religiosidade transparece também pela defesa arraigada do Papa e dos bispos envolvidos na “Questão Religiosa”. No entanto, ao detectar a presença dessa característica, não pode-se concluir automaticamente que Isabel não tinha capacidade para o governo, como queriam os

<sup>111</sup> “Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II – Petrópolis, 4 de fevereiro de 1872” Arquivo do Grão Pará. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d’Eu., Pasta XL. As observações entre colchetes são minhas.

<sup>112</sup> Abraão Roogan & Antônio Houaiss. *Enciclopédia e Dicionário Ilustrado*. 3 ed. Rio de Janeiro: Edições Delta, 1998, p. 1439.

republicanos. Sem entrar no mérito do julgamento se Isabel seria ou não uma boa governante, deve-se concordar que, em seus conselhos ao pai, a Princesa demonstra estar inteirada do jogo político com mais astúcia e interesse pela imagem pública do pai, mais que o próprio Imperador. Deve-se lembrar, conforme ressalta José Murilo de Carvalho, que

Durante o Império o governo insistiu em não abrir mão do controle da Igreja, pois além de ser ela um recurso administrativo barato (os párcos recebiam na década de 1870 um salário equivalente ao do proletariado burocrático), possuía um grande poder sobre a população, de que o governo indiretamente se beneficiava.<sup>114</sup>

A atuação de grande parte dos padres era, segundo o autor, muito próxima da população, o que os tornava líderes populares em potencial. Além disso, diversos padres se envolveram em praticamente todos os movimentos de rebelião no Brasil, desde 1789 até 1842.<sup>115</sup> Nesse sentido, a popularidade da religião e dos padres junto ao governo Imperial, poderia ser um bom veículo de propaganda e sustentação para o Terceiro Reinado. Ou seja, a religiosidade de Isabel não significava despreparo ou alienação para o governo, e sim uma certa forma de governar que não condizia com os padrões anticlericais em franca expansão naquela época. A opção pela religião também era uma posicionamento político.

---

<sup>113</sup> "Página do Diário escrito por S. M. o Imperador, o Sr. D. Pedro II" em 31 de dezembro de 1861. Arquivo Histórico do Museu Mariano Procópio. Coleção Família Imperial. Registro Provisório 002.

<sup>114</sup> José Murilo de Carvalho. A construção da ordem: a elite política Imperial: Teatro de sombras: a política Imperial. p. 171.

<sup>115</sup> *Ibid.* pp.167-171.

## Capítulo 2

### No ocaso da monarquia: vida e morte da “Redentora”

No presente capítulo discuto o processo gradual de aproximação da Princesa com a luta em prol da abolição, nos últimos anos que antecederam o 13 de maio de 1888, quando a “Redentora” teria, num gesto doador, abençoado os oprimidos e lhes restituído a liberdade. Em um segundo momento, acompanharei o engrandecimento da figura pública de Isabel a partir de sua associação como responsável máxima pelo fim do escravismo no Brasil, glória dividida somente com a vertente moderada do movimento abolicionista, nos últimos meses de sobrevivência do regime monárquico, quando empenhava-se em anunciar o seu reinado de glória. O desenrolar do processo de formação da imagem da Princesa “Redentora”, em suas respectivas fases, é analisado no texto a partir de uma analogia com a história de Cristo.

A construção da figura de Isabel como governante capaz de dar fim ao sistema escravista era um empreendimento promissor que iria possibilitar flores e glórias à herdeira do trono. Era portanto preciso que a Princesa se aproximasse dos ideais abolicionistas, apresentando-se como partidária dos mesmos que estavam em grande efervescência nos últimos anos de sobrevivência do regime escravista brasileiro. Deve-se notar, no entanto, que Isabel relacionou-se com uma corrente específica de abolicionistas: a vertente moderada cujos principais expoentes eram: Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio. Este último, embora oscilasse entre a adesão ao republicanismo e a fidelidade ao regime monárquico, sustentava a mesma visão de que a abolição deveria ser alcançada por meio da legalidade de um movimento pacífico que

não provocasse uma alteração brusca na organização do país. Patrocínio valia-se da imprensa como meio de divulgação do pensamento abolicionista e dirigia seus textos mais especificamente à Família Imperial e aos políticos, por entender que estes seriam capazes de acabar com a escravidão num prazo de tempo muito curto, se assim o desejassem.<sup>1</sup>

Diferente das oscilações de Patrocínio, André Rebouças nutria um forte sentimento monarquista acompanhado de um bom relacionamento com D. Pedro II e com a Família Imperial, considerando-os amigos dos “mulatos” e solidários às pessoas de cor. Essa identificação positiva intensificou-se durante os últimos meses da campanha abolicionista.<sup>2</sup>

Em seu discurso abolicionista, Rebouças mostrava-se partidário do progresso e da civilização, mas com a preocupação de se manter a ordem. Conforme ressalta Andréa Santos da Silva Pessanha

a campanha levada a cabo pelos grupos aos quais Rebouças pertencia fez questão de dissociar-se de qualquer tendência mais radical do movimento. Tais militantes preocupavam-se com a estabilidade social e o não uso da violência de maneira que favorecesse a atração de setores proprietários para as fileiras do abolicionismo.<sup>3</sup>

Tratava-se, assim, de empreender a modernização do país sem aderir aos movimentos que defendiam propostas radicais. Uma tendência semelhante pode ser percebida na postura de Joaquim Nabuco. De acordo com Célia Maria Marinho de

<sup>1</sup> Márcia Amantino. “Os diferentes lados de uma mesma moeda: o Abolicionismo de Patrocínio e de Lacerda”. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Juiz de Fora: UFJF, v. 3, n. 1, jan./jun. 1999, p. 24.

<sup>2</sup> Leo Spitzer. “Assimilação, marginalidade e identidade: os dois mundos de André Rebouças, Cornelius May e Stephan Zweig.” In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 3, Rio de Janeiro, CEEA, 1980, pp. 42-43.

<sup>3</sup> Andréa Santos da Silva Pessanha. “André Rebouças: da abolição da escravatura à abolição da miséria – uma proposta no Rio de Janeiro oitocentista.” *Niterói: Dissertação de Mestrado*. UFF, 1997, pp.79-80.

Azevedo este sustentava um pensamento coerente com a corrente abolicionista internacional de teor liberal, moderada e pragmática, corrente que saíra vitoriosa em detrimento de uma outra corrente abolicionista francesa de teor anarquista e radical. Os escritos abolicionistas de Nabuco, conforme ressalta Azevedo, revelam o apelo previdente em defesa da grande propriedade que preferia conciliar para não perder, defendendo a abolição dentro da lei e silenciando as vozes do abolicionismo radical. Tratava-se, assim, de garantir a continuidade da grande propriedade agrícola e, por meio da imigração européia, preservar a paz racial e social sem conflitos maiores como os que haviam acontecido nas colônias inglesas e francesas em sua história pós-emancipacionista.<sup>4</sup>

Extinguir a escravidão, de acordo com os discursos deste grupo, era exterminar o atraso e abrir as portas do país ao desenvolvimento verificado em outras nações. Leia-se: arquitetava-se uma solução pacífica que garantisse a continuidade do desenvolvimento econômico do Brasil a partir de um encaminhamento estatal do processo de extinção da escravidão. E, neste sentido, a ação de Isabel no processo de aprovação das leis abolicionistas poderia colocar a Princesa em sintonia com as expectativas gerais da população desvinculada dos interesses de uma minoria de proprietários agrários cada vez mais insatisfeitos com a Coroa que feria seus interesses. Ao afastar-se dos proprietários, a Monarquia precisava construir uma nova base de legitimidade junto aos grupos econômicos emergentes e à população em geral. Aproximar-se desta facção abolicionista seria um bom caminho para este árduo empreendimento. O relacionamento de Isabel com o grupo de abolicionistas moderados

---

<sup>4</sup> Celia Maria Marinho de Azevedo. "Quem precisa de São Nabuco?" In: Revista de Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, Junho de

não era simplesmente reduzido a laços de amizade. Por vezes, era marcado por conflitos e insatisfações expressas por meio de críticas severas quanto à demora em exterminar legalmente a escravidão. Mesmo assim, importa observar que a Princesa gradativamente assumia a responsabilidade de encaminhar o processo de aprovação legal da abolição, recebendo apelos até mesmo em momentos em que não ocupava a Regência do Império. Diante da inevitável insatisfação dos fazendeiros era este o abolicionismo que interessava ser conduzido por Isabel: pacífico, previdente, moderado e dirigido no sentido de garantir, na medida do possível, os interesses materiais dos grandes proprietários. Desta forma é que a proposição da abolição como caridade e doação benevolente adequava-se como a melhor maneira de se conduzir o processo de extinção do escravismo. Como meros receptores, fiéis e agradecidos, os negros deveriam se comportar de modo a permanecerem conformados com sua posição inferior dentro do quadro social mantido por seus benfeitores. Não precisavam se preocupar em agir, na medida em que tinham uma representante junto aos poderes públicos que se condoía por suas mazelas.

Conforme observamos no capítulo anterior, a continuidade do regime monárquico no Brasil estava diretamente relacionada à imagem e ao nível de aceitação da herdeira do trono entre os diversos setores da sociedade oitocentista no Brasil. Embora fossem personificadas na figura da Princesa, estas críticas traziam embutidas um diagnóstico dos principais problemas presentes no sistema monárquico brasileiro. Nas discussões em torno da viabilidade de um Terceiro Reinado, sob o governo de Isabel I, apareciam como principais empecilhos apresentados pelos republicanos: a

religiosidade da herdeira do trono, sua submissão ao marido francês, sua incapacidade de compreender e resolver os problemas do país (o principal deles era a escravidão) e a estrutura corrupta do sistema monárquico. De modo implícito, tais questões traziam embutidas respectivamente: a relação entre a Igreja e o Império no Brasil, a insatisfação do Exército com o regime monárquico, o problema da escravidão, o nível de representatividade das elites provinciais junto ao governo, bem como o beneficiamento das mesmas. Promover a imagem pública de Isabel era, portanto, uma tentativa de responder aos problemas mais sérios a serem enfrentados pela Monarquia no final do século. Problemas estes, protelados por muito tempo e que cresciam à medida em que o Segundo Reinado parecia caminhar para o fim. Dentre todas as questões levantadas acima, a escravidão aparecia como a mais urgente. Era também a mais delicada uma vez que esbarrava nos interesses dos grandes proprietários ainda dependentes do trabalho escravo. De qualquer forma, mesmo que de modo gradual, era preciso agir.

### **Os primeiros passos de uma governante abolicionista rumo ao Calvário**

Inicialmente, a participação da Princesa na aprovação da Lei do Ventre Livre não foi destacada como um grande feito do regime monárquico, nem serviu de motivo para seu engrandecimento no ano de 1871. Tratava-se de sua primeira atuação como Regente do Império, após uma calorosa discussão que havia proporcionado uma oportunidade para se questionar de forma clara a viabilidade de sua participação na condução daquele regime, como foi visto no capítulo anterior. Naquele momento, enfatizar sua autoria como responsável maior pela Lei do Ventre Livre poderia provocar incômodos e inconvenientes, principalmente se considerarmos o fato de ter sido aquele

um forte golpe contra os proprietários de escravos. Era, portanto, mais prudente enfatizar a ação do Visconde do Rio Branco, um respeitável conservador que poderia se entender mais facilmente junto aos demais membros de seu partido, irados com a aprovação da lei. Uma primeira e modesta demonstração do esforço de se engrandecer a Princesa em decorrência de sua atuação em favor da lei do Ventre Livre ocorreu em 1877 na encenação teatral da peça “Lei 28 de setembro, drama em 5 atos.” A encenação servia, na verdade, para reinaugar o antigo Teatro Alcasar, que após uma reforma passava, sugestivamente, a se chamar Teatro Santa Isabel. Embora o conteúdo da peça infelizmente não tenha sido preservado, podemos dele nos aproximar a partir dos comentários apresentados por críticos de arte, após sua primeira apresentação em uma cerimônia solene, que contou com a presença de Isabel e de Rio Branco, exaltados como responsáveis pela aprovação da lei. Naquele momento, Isabel aparecia de forma pública na inauguração de um teatro que lembrava seu nome. Além disso, tratava-se da encenação de uma peça que se prestava a elogiar a lei de 1871 e seus efeitos beneméritos. Ou seja, um elogio a um processo gradual de extinção da escravidão, conduzido pelo Estado. Mas, ao que parece, as repercussões não foram boas. No dia seguinte, circulavam pela Corte comentários reproduzidos pela imprensa que apontavam como negativa uma evidente semelhança da peça com o texto de “A Cabana do Pai Tomás”, famoso e polêmico por enfatizar uma visão idílica e pacífica dos negros felizes e submissos aos brancos.<sup>5</sup> Não era ainda o momento adequado para se associar Isabel aos interesses anti-escravistas.

---

<sup>5</sup> *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1877.

Somente na década de 1880, em um contexto em que a expectativa pelo fim da escravidão tornou-se quase um consenso entre a população, é que a herdeira do trono passou a apresentar-se publicamente como crítica à instituição escravista, construindo sua imagem como defensora da abolição. A associação de Isabel ao empreendimento abolicionista passou a ser realizada, de forma ainda modesta, nas comemorações da assinatura da Lei do Ventre Livre ocorridas a partir da década de 1880. O jornal *A tribuna*, em sua edição de 28 de setembro de 1882 em que celebrava o décimo primeiro aniversário da Lei do Ventre Livre, estampou o nome da Princesa Isabel na primeira página em letras garrafais.<sup>6</sup> No aniversário de 1884, em meio as homenagens, atribuiu “Glórias à Sereníssima Princesa Imperial cuja a Augusta mão teve a dita de sancionar a lei que não deixou mais nascer escravo, o brasileiro.”<sup>7</sup> Isabel passava a ser retratada, embora de maneira ainda tímida, como defensora das idéias abolicionistas. Em seu primeiro número, o jornal *O Homem*, publicado no Recife com o objetivo de promover a união, a moralização e a instrução dos homens de cor pernambucanos, relatou com destaque o fato da Princesa ter dançado com André Rebouças. Segundo o periódico, o engenheiro

é tão considerado no Rio de Janeiro e tão estimado que em uma ocasião solene teve a honra de dançar com Sua Alteza Imperial, a Sra. D. Isabel! Lição sublime que partindo de tão alto, deveria calar no espírito de todos para acabar com infundados preconceitos.<sup>8</sup>

Isabel aparecia assim como o exemplo a ser seguido. Em uma sociedade em que a distinção era a marca fundamental dos membros da Corte cercados de privilégios e

<sup>6</sup> *A Tribuna: jornal político, literário e noticioso*. Recife, 28 de setembro de 1884. In: Leonardo Dantas Silva. *A imprensa e a abolição*.

<sup>7</sup> *Ibid*, 28 de setembro de 1882.

honorárias que os diferenciavam dos demais brasileiros, ela distinguia-se pela ausência de preconceito. Ao dançar com um homem negro, demonstrava-se defensora da igualdade social impedida pela permanência da escravidão.

A tentativa de se construir a aproximação da Princesa Isabel com a causa abolicionista prosseguia no decorrer da década de 1880. Embora não tivesse participação direta na aprovação da Lei dos Sexagenários em 1885, buscava-se associá-la a todo custo aos momentos de aprovação das leis contra a escravidão. Em seu aniversário, neste mesmo ano, promoveu-se uma solenidade no Paço Municipal em que foram alforriados vários escravos, cujos nomes iam sendo anunciados pelo vice-presidente da Câmara, João Florentino Meira de Vasconcellos. Perante grande assistência, a Princesa fez entrega dos certificados de libertação, recebendo de cada beneficiado um beijo na mão.<sup>9</sup> A solenidade de aniversário, além de marcar o caráter abolicionista da futura Imperatriz, servia também para incentivar a gratidão dos libertos pela alforria, que deveria ser interpretada como sinônimo de graça alcançada, uma liberdade doada. Era a primeira manifestação pública de Isabel em favor da abolição. A doação de cartas soava como seu primeiro discurso abolicionista.

Gradativamente a Princesa Isabel passava a ser encarada como uma dirigente abolicionista. Em tela do pintor Pedro Peres, Isabel aparece próxima ao "trono, emoldurado por um riquíssimo docel, diante do qual vê-se o Imperador, a Imperatriz, o Conde d'Eu e a Princesa entregando as cartas a um grupo de escravos."<sup>10</sup> Em março de 1888, surge entre os vereadores na Câmara Municipal do Rio de Janeiro a

<sup>8</sup> O Homem: realidade constitucional ou dissolução social. Recife, 13 de janeiro de 1876. In: Leonardo Dantas Silva. A imprensa e a abolição.

<sup>9</sup> Maurílio Gouveia. História da Escravidão. Rio de Janeiro: Tupy, 1955, p. 285.

<sup>10</sup> Revista Ilustrada. 8 de janeiro de 1887.

proposta de se declarar livre os escravos da Corte até o dia 29 de julho, dia do aniversário da então Regente. Embora a imprensa abolicionista não nomeie o autor da proposta, enfatiza-se que a mesma foi recebida com grande entusiasmo.<sup>11</sup> À medida em que se intensificava o sonho da abolição, crescia também a expectativa de que ela se concretizasse pelas mãos da Princesa Isabel.

A proximidade de Isabel com as questões abolicionistas só fazia crescer sua popularidade. Em sua viagem à Europa em 1887, meses antes de assumir a Regência pela terceira vez, Isabel parece já ter alcançado grande prestígio ou pelo menos essa era a intenção demonstrada pelas mensagens expressas por ocasião de sua viagem. Os jornais noticiavam sua partida e a aglomeração de pessoas que acorriam ao porto para dela se despedir. No relato da imprensa abolicionista, a população misturava-se com nobres, ministros, militares, vigários, artistas no intuito de presenciar sua partida.<sup>12</sup> Note-se que o periódico abolicionista que carregava nas tintas ao tentar demonstrar a popularidade da Princesa era o mesmo que tradicionalmente empreendia críticas ao Imperador por meio de “charges”, acusando-o de uma excessiva dedicação aos estudos de astronomia, literatura, línguas, etc, em detrimento do exercício de sua função pública.<sup>13</sup> Com a esperança de se ver concretizado o fim da escravidão pelas mãos de Isabel, os abolicionista projetavam-na como uma governante futura.

O apelo à herdeira do trono vinha de todos os lados, sejam abolicionistas monarquistas ou republicanos. No primeiro caso, pode-se observar o artigo escrito por Joaquim Nabuco, na edição de 29 de Julho de 1886 do jornal *O País*, exatamente no dia

---

<sup>11</sup> Revista Ilustrada, 17 de março de 1888.

<sup>12</sup> Revista Ilustrada, 8 de janeiro de 1887.

do aniversário de Isabel. No artigo, Nabuco denunciava o caso de quatro escravos condenados pelo Júri de Paraíba do Sul, interior da província fluminense, a trezentos açoites, em consequência dos quais faleceram dois dos condenados. Aproveitando-se do fato, Nabuco dirigia o seguinte apelo à Isabel: *“Será triste para a Princesa Imperial ler esta notícia no dia de seus anos, e eu sinto profundamente dever publicá-la hoje; mas esse quadro habilitará a futura Imperatriz a conhecer a condição dos abolicionistas no reinado de seu pai.”*<sup>14</sup> Implicitamente, o abolicionista reclamava à Princesa a solução do problema da emancipação, mesmo não estando esta exercendo a Regência naquele momento. Entregava em suas mãos a tarefa de postular mudanças no quadro caótico que se apresentava, conferindo certeza ao advento do Terceiro Reinado ao chamar-lhe de futura Imperatriz.

A expectativa em relação à extinção da escravidão era grande. Ao assumir a Regência pela terceira vez em 1887, Isabel já havia se tornado alvo das esperanças abolicionistas. Já era vista como o messias que trazia a boa nova da abolição. Por outro lado, era pressionada para acabar com a escravidão o mais rápido possível. A boa nova já anunciada por tanto tempo precisava tornar-se realidade. Em um artigo publicado na *Revista Illustrada*, o abolicionista Júlio Verim criticava a Regente por não dar ouvido ao clamor da nação pela abolição. Afirma que a questão servil dependia das Câmaras e da Princesa. Argumenta que a omissão das Câmaras é fácil entender por terem sido eleitas tendo como suporte o escravismo, mas a falta de atitude de Isabel é apontada como incompreensível. Diz o abolicionista

---

<sup>13</sup> Robert Daibert Junior. “Isabel, a “Redentora”: heroificação da Princesa brasileira frente à crise monárquica e no advento da República.” In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora: UFJF, v. 2, n. 1, jan./jun. 1998. <http://www.ufjf.br/~cliconet/rehb>, p. 94.

<sup>14</sup> *O País*. 29 de julho de 1886.

A indiferença da Princesa não têm, porém, explicação. Nem o provisório, nem as preocupações da família, nem a inexperiência dos negócios, nem a timidez do sexo, nem a solicitude pela música, explicam essa abstração por uma questão que nasce do coração e domina tudo entre nós!<sup>15</sup>

Ao assumir a Regência, Isabel era pressionada a assumir de forma mais enérgica o que vinha prometendo por meio de tímidas demonstrações e atitudes simbólicas em favor da extinção da escravidão, como a concessão de cartas de alforrias. Recebia críticas e pressões de todos os lados. Assim como Cristo, era intimada a cumprir sua missão. Em artigos dirigidos à Isabel, o abolicionista José do Patrocínio, ainda em sua fase republicana, despendia severas críticas à Princesa como a que se segue abaixo. Dirigindo-se à herdeira do trono afirma:

Senhora, - enquanto ontem Vossa Alteza Imperial assistia contente e radiante, cercada das atenções da corte e do bem-querer dos dilettanti e dos artistas, à matinée musical do cassino, o povo campista era violentado no seu direito de reunião (...) Na ingênua simplicidade feminina, Vossa Alteza pensa que para reinar basta dispor de dinheiro, de tropa, de ministros, de Câmaras e de magistratura. Faz do governo uma questão de forma e não de substância. (...) Os concertos clássicos, os teatros e os ministros sanguinários podem ser mais gratos à Vossa Alteza do que a vida de um povo; mas o que vos posso afirmar é que na balança da História pesam muito mais o sangue e as lágrimas das vítimas, que os bemóis da música cortesã e a adulação dos favoritos e válidos.<sup>16</sup>

A fragilidade mental feminina e as ocupações com divertimentos contrastam com a necessidade de saber governar e ocupar-se com os problemas do país. Note-se que o apelo é acompanhado por uma crítica ao seu desempenho junto ao trono. A resolução da questão escravista estava diretamente associada a um bom governo, uma boa relação

<sup>15</sup> Revista Ilustrada, Rio de Janeiro. 11 de setembro de 1887.

<sup>16</sup> José do Patrocínio. "A Sua Alteza, a Regente." Cidade do Rio, 21 de novembro de 1887. In: José do Patrocínio. Campanha abolicionista: coletânea de artigos. Introdução de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996, pp. 187-191.

com as distintas instâncias de administração pública do Império: as Câmaras, o Ministério e a Magistratura. Patrocínio reclama de Isabel uma postura de governo onde o executivo, o legislativo e o judiciário não sejam apenas um formato, mas utilizados em favor da resolução do problema. Naquele contexto, apelava para Isabel, que detinha o poder moderador, instância que situava-se acima daqueles três poderes. Ou seja, naquele momento, cobrava-se e esperava-se uma competência política de Isabel, como uma governante abolicionista.

Em 12 de fevereiro deste ano, anotava brevemente André Rebouças em seu diário a seguinte frase "Primeira batalha de flores em Petrópolis. Primeira manifestação abolicionista de Isabel I." <sup>17</sup> Em duas frases resumia, em um simples relato, a associação entre a então Regente, a abolição e o Terceiro Reinado. A promoção da batalha de flores era uma forma de se angariar fundos para a emancipação por meio da compra de alforrias. Tratava-se assim de associar Isabel a uma interpretação corrente na época que encarava a emancipação como benesse e caridade. De acordo com esta visão abolicionista, mereciam grande destaque as personalidades que tomavam atitudes em prol da abolição. A atitude era divulgada como um exemplo a ser seguido. Pequenos esforços ganhavam grande repercussão, como é o caso do Bispo do Mato-Grosso:

Mais um nome, a juntar ao dos prelados, que, inspirando-se na verdadeira doutrina do Evangelho, se levantam contra a escravidão e incitam os seus diocesanos a efetuar a obra da Redenção da Pátria! A pastoral, publicada por este venerando apóstolo do cristianismo, é uma das mais impressionadoras e comoventes. S. Ex. não se limita a pedir a libertação dos escravos; faz mais: destina a essa santa obra a quinta parte dos rendimentos da mitra e da caixa pia, testemunhando pesar por não poder destinar ao mesmo fim, a terça parte de sua cômputa, já destinada há oito anos a outra obra de caridade. Saudamos o

---

<sup>17</sup> Diário de André Rebouças, 12 de fevereiro de 1888.

virtuoso prelado. É por atos desses que o homem se aproxima da divindade, impondo-se ao respeito e à veneração de todos.<sup>18</sup>

Em lugar das prerrogativas de liberdade e igualdade civil entre os brasileiros cidadãos, aparecem a doutrina do evangelho como inspiração para a atitude do bispo. A libertação ganha teor religioso com a analogia da Redenção da Pátria. Sua postura é valorizada por que vai além de uma simples propaganda, sacrifica a quinta parte de seus rendimentos em favor da emancipação. Reforça-se ainda o fato de ele não poder ajudar mais por já estar comprometido com outra obra de caridade. Por fim, afirma-se que o Bispo se aproxima da divindade por praticar tal ato em favor da abolição. Por meio deste corriqueiro ato, a imprensa abolicionista divulgava e reforçava uma certa visão da abolição como doação caridosa, proveniente de um coração religioso e merecedor de veneração. Defendia-se uma solução pacífica em que os beneficiados eram representados como pobres coitados que recebiam a liberdade como um presente. Forjava-se nos discursos a imagem dos negros como pessoas pacíficas. No entanto, não era essa a realidade que se vivenciava. Nas fazendas, ao longo da década de 1880, era notório o recrudescimento da violência expressa em revoltas coletivas, insurreições, atentados contra senhores e feitores. Temia-se a impossibilidade de se manter a ordem e a autoridade. Além disso, dificilmente alguma medida disciplinar conseguiria conter o avanço da violência.<sup>19</sup>

Mesmo diante de tais fatos, pregava-se um abolicionismo benevolente, com teor pacífico e gradual a ser resolvido por idealistas intelectuais, parlamentares e associações

<sup>18</sup> *Revista Ilustrada*, 11 de fevereiro de 1888.

<sup>19</sup> Celia Maria Marinho de Azevedo. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites. Séc. XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 199-205.

beneficentes e atos de caridade. Os partidários desta corrente abolicionista realizavam festas beneficentes, quermesses, espetáculos em teatros, conferências e concertos com o fim de angariar recursos para a compra de alforrias. Em festas, entregavam aos novos libertos as cartas de alforria vistas como doação de proprietários e não como restituição de um direito que havia sido retirado à força. Além disso, os jornais descreviam as reuniões como fruto do esforço dos abolicionistas e da generosidade de alguns senhores que em troca recebiam trabalhadores dóceis e agradecidos pela atitude “bondosa” de seu “benfeitor”.<sup>20</sup>

Em uma crônica de 1887 intitulada “O resultado da emancipação” também fica evidente a idéia da abolição doada, fruto da caridade e benevolência.<sup>21</sup> Trata-se de uma apologia ao Visconde da Silva Figueira, agricultor do Rio de Janeiro, que havia libertado seus duzentos e um escravos. Em sua análise, o cronista não poupou esforços para elogiar a atitude do Visconde, bem como os resultados obtidos pelo mesmo. Assinala que o fazendeiro praticou um “nobre ato” que a “História registrará em suas páginas áureas.”<sup>22</sup> Destaca que os libertos “mostram-se, em geral, satisfeitos e gratos” e que os que seguirem a atitude do Visconde receberão “uma quantia 10 ou 20 vezes maior do que o mais elevado saldo que tiveram nos seus tempos de escravismo.”<sup>23</sup> O discurso abolicionista é claro ao afirmar que aos adeptos daquela causa “não haverá superlativos que lhes cheguem, como hoje não os ha nos Estados Unidos para esse punhado de patriotas e de heróis, que desvendaram o futuro aos seus concidadãos obcecados!”<sup>24</sup>

---

<sup>20</sup> Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves & Humberto Fernandes Machado. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 371-376.

<sup>21</sup> S. Marcial. “O resultado da emancipação”. *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, 15 de março de 1887.

<sup>22</sup> *Ibid.*

<sup>23</sup> *Ibid.*

<sup>24</sup> *Ibid.*

O resultado da emancipação é colhido tanto pelos negros receptores quanto pelos brancos doadores.

Tudo isso virá com certeza, amanhã. Mas a homens, como Visconde da Silva Figueira, que, seguindo os impulsos de sua nobre índole e tendo a visão do futuro, se antecedem um pouco (...) ninguém poderá recusar a sua admiração e a sua mais íntima estima. Honra a esse benemérito.<sup>25</sup>

Atitudes como a daquele nobre fazendeiro eram abertamente elogiadas e exaltadas. Como um proprietário consciente, o Visconde sacrifica os seus bens em prol de um gesto maior, movido por uma visão de futuro que lhe proporciona admiração e bons resultados. Após um sacrifício colhe-se bons frutos por se tratar de uma ato benemerente. A recompensa ofuscaria o prejuízo decorrente do sacrifício. Naquele momento, os maiores sacrificados com o encaminhamento de uma abolição imediata e sem indenização seriam os proprietários de escravos.

A interpretação de que o fim da escravidão no Brasil dependia de uma solução jurídica a ser concretizada como doação da liberdade aos negros e não como um conquista dos escravos estava disseminada em toda parte. Tal fato pode ser observado no desfile carnavalesco ocorrido na Corte em fevereiro de 1888, às vésperas portanto da assinatura da “Lei Áurea”. Entre todas as questões comentadas mereceu destaque o carro do desfile que simbolizava

a questão abolicionista, e que o público recebia com palmas e bravos, testemunhando assim, a sua simpatia pela grandiosa idéia ali exibida. Representava ele um grupo de escravos, maltratados pelo senhor, que julgando-se seguro, entregava-se a todas as sanhas. Quando, porém, menos pensava, surgia a figura de um grande parlamentar abolicionista e aplica-lhe um vigoroso

---

<sup>25</sup> Ibid.

pontapé, no lugar em que as costas mudam de nome. O povo ria e aplaudia, a mais não poder. Acompanhavam esse carro 17 pretos montados em burricos e fazendo discursos às massas, sobre a escravidão e a almejada liberdade. Seguiam-se clarins e uma banda de música antecedendo o carro que representava o batismo dos congressistas. Uma linda mulher sentava-se sobre um cálice colossal, de cujo bordo jorrava champanhe sobre um bebê de 7 meses, que representava o Congresso, com sua idade atual. Não era o caso de dizer-se: - dá esperanças! Porque ele as estava realizando, aos olhos de todos.<sup>26</sup>

No desfile, o protagonista e herói é o ‘grande parlamentar abolicionista’ que enfrenta o proprietário de escravos e põe fim às atrocidades por ele cometidas. O povo ria e aplaudia entusiasmado. Aos negros, restava apenas o papel de discursar às massas, um discurso proferido em cima de burricos que serviam para atestar-lhe a humildade, reforçando seu papel secundário de coadjuvantes na cena aplaudida. O Congresso, simbolizado por um bebê, foi representado como alvo das esperanças e futuras e certas concretizações. Recebia a criança um sugestivo batismo nas mãos de uma mulher que o amparava. Ou seja, ao mesmo tempo em que se atestava seu estado pueril esperava-se que, após o amadurecimento das discussões parlamentares em torno da extinção do escravismo, tudo iria ser resolvido.

A partir da década de 1880, crescia a expectativa popular em torno da abolição.

<sup>27</sup> A opinião pública era em grande parte favorável ao fim da escravidão.<sup>28</sup> Tal fato era freqüentemente ressaltado pelos abolicionistas que reforçavam o peso da aspiração popular em torno da questão. Desta forma, enfatizava-se a visão de que havia um grande e impaciente público à espera do espetáculo final. Após assistir pequenos ensaios,

<sup>26</sup> *Revista Ilustrada*. 18 de fevereiro de 1888.

<sup>27</sup> Leôncio Basbaum. *História sincera da República: das origens à 1889*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. Vol. 1, p. 245.

<sup>28</sup> George Reid Andrews. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998, p. 76.

esperava-se pelo grande dia. Para convencer a protagonista a atuar, argumentavam que a satisfação da platéia iria se converter em fidelidade irrestrita. Isto é, a abolição da escravidão teria como principal desdobramento a garantia do trono, uma vez que Isabel se tornaria extremamente amada pelo ato doador, patriótico e humanitário. A partir daí, o Terceiro Reinado estaria garantido. Era preciso, entretanto, enfrentar os obstáculos. Sua atitude, assim como a do Visconde e a do Bispo do Mato-Grosso exigiam coragem, despreendimento e abnegação. Dispondo de tais elementos, poderia se tornar uma grande governante, digna de honras e de glórias, coroadas pela divindade.

O primeiro obstáculo a ser derrubado era o próprio gabinete visto como escravista. Enquanto dentro do palácio começava a ser impresso o *Correio Imperial*, jornalzinho abolicionista elaborado pelos Príncipes, filhos de Isabel, e que a imprensa da Corte divulgava com grande destaque, aumentava a indisposição da Regente com o Ministério, chefiado pelo Barão de Cotegipe, um conservador resistente em aprovar qualquer medida que ameaçasse a propriedade escravista. Os esforços de Isabel em aprovar qualquer medida anti-escravista esbarravam nas recusas do ministério chefiado pelo conservador Cotegipe. Já nesta ocasião, tornava-se notório o interesse de Isabel em eliminar a instituição servil, principalmente a partir do agravamento de sua insatisfação com o Ministério, massacrado na imprensa abolicionista como o principal empecilho para o fim da escravidão.

O pretexto para a queda do Gabinete surgiu da demissão de Coelho Bastos, chefe de polícia da Corte, odiado pelos abolicionistas por serem por ele perseguidos. Um incidente entre militares em que Coelho Bastos agiu de forma extremamente violenta para dissipar o conflito causou grande indignação entre a opinião pública, repercutindo

de forma negativa sobre o ministro da justiça que havia nomeado o chefe de polícia, sobre o próprio Ministério e sobre a Princesa que chegou a ser vaiada como conivente com uma atitude arbitrária. Diante destes fatos, a Regente indis põe-se com Cotegipe que acabou pedindo demissão.<sup>29</sup>

O episódio, além de possibilitar a convocação de um novo ministério em harmonia com as perspectivas abolicionistas da Regente, contribuiu para aumentar a popularidade de Isabel nos meios abolicionistas, cada vez mais confiantes de que sua vitória tinha grandes chances de ser executada durante a Regência de Isabel. Em um artigo publicado na *Revista Illustrada*, o abolicionista S. Maciel comenta os episódios que levaram à demissão do gabinete, posicionando-se a favor da Princesa:

Em verdade, nas emergências havidas na Corte, durante esses dias de tumulto, ninguém se tornou em maior grau credor da gratidão popular, do que a graciosa senhora, em cujas mãos está, hoje, o poder moderador. Ela compreendeu, que o ministério se tornava solidário com os arbitrários das suas autoridades subalternas, e não vacilou em aceitar-lhe a exoneração, fato que por si só bastou para restabelecer a ordem como por encanto.<sup>30</sup>

Ao que parece, as atitudes de Isabel foram conduzidas no sentido de obter a aprovação da abolição incondicional da escravidão. Por trás deste incidente entre militares e a decorrente demissão do gabinete, estava em jogo o encaminhamento da abolição. Dias antes de abandonar a chefia do ministério, e ciente de que sua demissão seria inevitável, Cotegipe decreta uma medida em que proíbe os alunos do Colégio Pedro II de publicar jornais, atingindo assim o *Correio Imperial* dirigido pelos Príncipes e pelo Príncipe do Grão-Pará, aluno do Colégio. De modo claro, dizia, ao sair, que não

<sup>29</sup> Hermes Vieira. *Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras*. pp. 149-151.

<sup>30</sup> *Revista Illustrada*. 17 de março de 1888.

era conveniente ao Palácio (leia-se Isabel) defender ardentemente a abolição.<sup>31</sup> Segundo José Murilo de Carvalho, Cotegipe teria criticado a Regente por estar “escandalosamente na vanguarda dos abolicionistas”.<sup>32</sup> De acordo com o autor, embora a iniciativa nesta fase final tenha passado para a ação popular, o incentivo da Coroa em prol da abolição era constante. Seja pelas manifestações pessoais da Princesa ou do Imperador, ou pelos títulos nobiliárquicos dedicados aos que libertassem escravos a atuação dos abolicionistas era encorajada, ao mesmo tempo em que a credibilidade das medidas repressivas do governo eram reduzidas.<sup>33</sup>

Diante de todas estas questões, tornava-se claro o esforço de Isabel em favor da abolição. Perseguindo este objetivo é que a Regente agia, por meio de manobras políticas ousadas e incomuns, no sentido de obter a aprovação de um projeto de lei que eliminasse a escravidão do Brasil. Estas manobras podem ser depreendidas, de início, de sua movimentação política em torno da convocação do novo ministério. De acordo com Carolina Nabuco, filha do abolicionista Joaquim Nabuco, a ação de Isabel em relação à demissão do Gabinete Cotegipe foi de suma importância para os desencadeamentos dos fatos que levaram à abolição no dia 13 de maio.<sup>34</sup> Após insistentes tentativas frustradas de levar o Barão a escrever sua carta de demissão, Isabel consegue a demissão de Cotegipe. No entanto, como era de praxe ao longo do Segundo Reinado, Isabel deveria dar a habitual moção de confiança ao Ministério demitido, deixando-o indicar seu sucessor. Além disso, era também comum que se aceitasse a demissão do presidente do gabinete somente após ouvir o Parlamento. Todavia, o protocolo foi quebrado. A

---

<sup>31</sup> *Revista Ilustrada* 24 de março de 1888.

<sup>32</sup> José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem: a elite política Imperial: Teatro de Sombras: a política Imperial*. p.295.

<sup>33</sup> *Ibid.*

Regente, além de não ouvir a sugestão de Cotegipe, convocou o novo ministério antes da abertura anual das Câmaras. Se agisse em conformidade com os costumes políticos já enraizados por D. Pedro II, a Regente deveria aceitar o nome sugerido pelo gabinete demissionário conservador ou chamar os liberais para a composição de um novo ministério. Na primeira opção, configuraria a vitória de Cotegipe que indicaria um nome condizente com sua postura contrária à emancipação imediata e sem indenização. Se optasse por convocar os liberais, Isabel deveria dissolver o Parlamento, convocando novas eleições, o que acarretaria meses de espera e, conseqüentemente, as discussões seriam esvaziadas. Corria o risco de encerrar a Regência sem aprovar a lei ou perder o apoio completo dos conservadores já tradicionalmente contrários à abolição imediata. Chamando o conservador João Alfredo, que já havia feito parte do Gabinete que aprovara a Lei do Ventre Livre, evitaria um racha dentro deste partido. Um conservador poderia pedir o máximo aos seus sem que nenhum partido lhe negasse apoio. Enquanto isso, os liberais não recusariam a abolição, sua bandeira sustentada há muito tempo. Mas, se o projeto de lei fosse apresentado por um gabinete liberal, seria rapidamente recusado entre os conservadores já insatisfeitos.

As repercussões desta jogada política foram claramente entendidas pelos abolicionistas como demonstração de força contra seus inimigos. Na fala do trono, de 3 de maio de 1888, ao abrir a 3ª Sessão da 20ª legislatura da Assembléia Geral, leu a Regente as seguintes palavras:

A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo que é hoje aspiração

---

<sup>34</sup> Carolina Nabuco. "A "Redentora" e os abolicionistas". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 192. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. jul./set.1946, pp. 89-90.

aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação por parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal de nossas instituições.<sup>35</sup>

Isabel, abria a sessão do Parlamento já com o novo Gabinete definido e o programa claramente apresentado. Em sua fala, a abolição aparece como uma aspiração de todas as classes, nas quais incluiu os proprietários elogiados por sua abnegação. O interesse privado (leia-se dos senhores de escravos) é representado como um aliado no processo de extinção da escravidão, regime que se opõe ao espírito cristão e liberal das instituições monárquicas. Isabel apresenta como fatos concretos uma expectativa dupla: em primeiro lugar o apoio de abnegados proprietários que conscientes colaboram para o progresso do país e, em segundo, a dissociação da Monarquia como regime político compatível com a escravidão, que é representada como sua inimiga.

Nesta pequena fala traduz uma linha de ação a ser desenvolvida em relação ao período pós-abolição: garantir a continuidade do apoio dos fazendeiros e, ao mesmo tempo, construir uma imagem da Monarquia isenta da responsabilidade de manutenção da escravidão, um regime político pautado pelos valores cristãos e liberais. Com este programa, poucos dias após a abertura das Câmaras e a posse oficial do novo ministério, era aprovada na Câmara e no Senado a lei que extinguiu a escravidão, sancionada pela Regente em um domingo, dia 13 de maio de 1888.

### **A construção das representações da “Redentora” nas comemorações da abolição**

<sup>35</sup> Secretaria da Câmara dos Deputados. *Fallas de trono desde o anno de 1823 até o ano de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Câmara temporária*. p. 504

Entusiasmado com a abolição e tornando-se um monarquista ardoroso, Patrocínio manifesta sua nova opinião a respeito da Princesa Isabel afirmando que se

Os reis educam Princesas, o Imperador criou uma Mulher. Em vez de uma Imperatriz educou simplesmente uma Mãe, isto é, um coração que reparte e multiplica dia a dia carinho e bondade e repassa o ambiente pátrio de um suave perfume de virtude. Eu não lisonjeio o Soberano; congratulo-me com o Pai.<sup>36</sup>

Em outra ocasião, num discurso público diante da Princesa, Patrocínio emocionado apregoa as seguintes palavras:

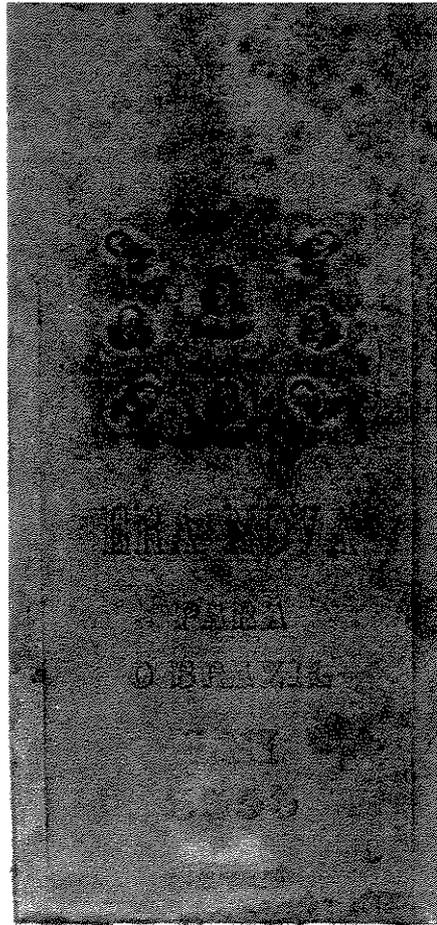
toda esta grande revolução social (...) foi feita por um coração, e esse coração aninha-se no peito de uma senhora, que é filha, que é esposa, que é mãe, reunindo as três fases sublimes da mulher na humanidade! Filha, quis aureolar o reinado de seu pai; esposa, reabilitou o lar doméstico, reabilitando o trabalho que é a consolidação e a moralização da família; mãe não quis que seus filhos corassem algum dia ao lembrarem-se de que eram filhos de uma terra de escravos. Para os que se deixavam atemorizar por alguns interesses feridos, ela realizou a máxima de Pascal – o coração tem suas razões que a razão não compreende.<sup>37</sup>

Como pode-se observar, a assinatura da Lei Áurea causou grande impacto sobretudo no que diz respeito às opiniões, valores e esperanças que alimentavam por décadas o sonho de liberdade. Mas tanto nas críticas quanto nos elogios apresentados por Patrocínio, a condição feminina de Isabel aparece como pressuposto explicativo de seus atos. A esfera privada consagra-se como o melhor fundamento para a construção de uma imagem positiva da Princesa como uma governante. Suas qualidades de boa filha, boa esposa e boa mãe complementam-se como características positivas de sua figura como futura Imperatriz.

<sup>36</sup> *Album de autographos oferecidos a sua magestade o Sr. D. Pedro II – Imperador do Brazil por ocasião de seu regresso a Patria em setembro de 1888.* Voiron: Typographie et Lithographie A. Mollaret, 1892, pp. 37-38.

<sup>37</sup> Comissão Executiva Permanente do Professorado Público Primário da Corte. *A festa das crianças: comemoração da lei de 13 de maio que aboliu a escravidão no Brazil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, pp. 36-38.

A partir da assinatura da lei, buscou-se retratar a Princesa como uma líder monárquica corajosa, aquela que teria coroado e concretizado os ideais reclamados pelos também ilustres membros da Confederação Abolicionista. No panteão abolicionista, Isabel aparecia ao centro como a principal figura de destaque.<sup>38</sup> Cercada por membros do ministério João Alfredo e da Confederação Abolicionista, a princesa circula em propagandas de produtos comerciais como nesta etiqueta de tecido.



<sup>38</sup> Etiqueta de tecido. Arquivo Nacional. Fundo Boullier. Série Indústria e Comércio, Junta e Tribunal. Pacote 5. Foto 155. Ic3-13.

Na etiqueta, a inscrição “Era nova para o Brasil, lei 3353” indicava a expectativa de inauguração de um novo tempo, carregado de mudanças para o país. Em destaque, a principal responsável por este momento apresentado como divisor de águas. No panfleto comercial, encontrava-se uma clara propaganda política de exaltação ao regime monárquico e de sua representante.

A assinatura da lei ganhou enorme destaque na imprensa da época, em suas diversas facções. A *Gazeta da Tarde* estampava no dia 15 o seguinte texto:

Lei 3.353 de 13 de Maio de 1888 Declara Extinta A Escravidão no Brasil". A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Magestade o Imperador, o senhor D. Pedro II faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e Ela sancionou a Lei seguinte: Art 1º - É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art 2º - Revogam-se as disposições em contrário. Manda portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios da Arquitetura, Comércio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, a faça imprimir e correr. Dada no palácio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, 67 da Independência e do Império. Princesa Regente Imperial - Rodrigo Augusto da Silva.<sup>39</sup>

A imprensa representante dos abolicionistas moderados festejava a vitória do da abolição irrestrita da escravidão sem indenizações ou prazos. Embora a aprovação da lei tenha sido fruto de um conjunto maior de pressões como fugas, revoltas, insurreições escravas,<sup>40</sup> o grupo de abolicionistas moderados se auto-celebravam como condutores do processo. Neste sentido, a lei que extinguiu a escravidão vinha coroar seus esforços

---

folha 88

<sup>39</sup> *Gazeta da Tarde*, 15 de maio de 1888.

<sup>40</sup> A esse respeito ver: Celia Maria Marinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites. Séc. XIX*, pp. 199-205.

expressos por anos de propaganda na imprensa, no Parlamento e nas ruas. Celebrar Isabel era exaltar a condução pacífica e previdente pela qual a lei havia sido aprovada. Embora tivessem que enfrentar a ira dos proprietários não precisavam mais se preocupar com a possibilidade de uma grande revolta social, conduzida por negros revoltados em busca de liberdade. Ao festejar a vitória alcançada, reproduziam o conteúdo da lei e davam início ao processo que a transformava em documento/monumento. Segundo Jacques Le Goff o que faz do documento um monumento é a sua utilização, uma vez que o mesmo é sempre fruto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de força que aí detinham o poder. O documento se torna monumento em função do esforço das sociedades históricas em impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si própria.<sup>41</sup> Ao imortalizar a extinção da escravidão como resultado da assinatura da “Lei Áurea”, os abolicionistas moderados buscavam cristalizar uma interpretação para aquele período, considerando-o um momento de ruptura na História do Brasil. Dividia-se dois tempos históricos distintos a partir do dia 13 de maio de 1888: o passado, marcado pela irracionalidade, pelo retrocesso e pela paralisia e o futuro, então inaugurado, caracterizado pelo progresso, pela racionalidade e pelo desenvolvimento.<sup>42</sup>

Com o intuito de perpetuar e consagrar a “Lei Áurea” como um divisor de águas, os abolicionistas relatavam detalhadamente os passos de sua aprovação, com destaque para a ação de Isabel nas formalidades de sanção da lei.

Desde 1 hora da tarde de anteontem começou a afluir no Arsenal da Marinha da corte grande número de senhoras e cavalheiros que ali iam esperar a chegada de Sua Alteza a Princesa Imperial

---

<sup>41</sup> Jacques Le Goff. *História e memória*. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 545-548.

<sup>42</sup> Esta visão foi reproduzida pela historiografia conforme ressalta Azevedo. *Onda negra, medo branco*. pp. 217-218.

Regente. As 2 horas e 3/4 da tarde chegou a galeota Imperial trazendo a seu bordo Sua Alteza a Princesa Regente acompanhada de seu augusto esposo Sua Alteza o Sr. Conde d'Eu, general Miranda Reis, e chefe de divisão João Mendes Salgado e dos ministros de agricultura e Império. Sua Alteza trajava um vestido de sêda cor de pérolas, guarneado de rendas valencianas. Ao saltar no Arsenal foi Sua Alteza vistoriada pelas senhoras que ali se achavam, erguendo-se vivas a Sua Alteza e a Sua Majestade o Imperador. Às 2 1/2 horas da tarde já era difícil atravessar-se o perímetro compreendido nas proximidades do paço da cidade. Calculamos para mais de 10.000 o número de cidadãos, que ali aguardavam a chegada de Sua Alteza Princesa Regente. (...) Pouco antes das 3 horas da tarde, anunciada a chegada de Sua Alteza por entusiasmáticos gritos do povo, que em delírio a aclamava, abrindo alas, ministério, camaristas e damas do paço vieram recebê-la à porta. Acompanhada de seu augusto esposo, subiu a Princesa, tendo formado alas na sacada grande número de senhoras que atiravam flores sobre a excelsa Regente. Em seguida a comissão do senado fez a sua entrada na sala do trono para apresentar a Sua Alteza os autógrafos da lei. Nesta raia acham-se à direita do trono ministros e à esquerda os semanários e damas do paço. A comissão colocou-se em frente ao trono, junto ao qual estava Sua Alteza, de pé, então o Sr. Senador Dantas, relator da comissão, depois de proferir algumas palavras, entregou os autógrafos ao presidente do conselho, para que este, por sua vez, os entregasse a Sua Alteza. O Sr. ministro da agricultura, depois de traçar por baixo dos autógrafos o seguinte: - Princesa Imperial Regente em nome de S.M. o Imperador, consente - entregou-os a Sua Alteza que os assinou bem como o decreto, servindo-se da riquíssima e delicada pena de ouro que lhe foi oferecida. O povo que se aglomerava em frente do paço, ao saber que já estava sancionada a grande Lei chamou Sua Alteza, que aparecendo à janela, foi saudada por estrepitosos vivas.<sup>43</sup>

A Regente aparece na descrição como a atriz principal do cenário que, após gloriosa atuação, recebe os exaustivos aplausos da platéia.

Várias são as fontes que nos apresentam um painel das festas, comemorações, passeatas, missas e celebrações diversas que ocorreram a partir da assinatura da chamada

<sup>43</sup> *Gazeta da Tarde*, 15 de maio de 1888.

“Lei Áurea”. O envolvimento do povo foi exaltado como delírio e entusiasmo nunca vistos no país. A alegria manifestada por pessoas das diversas classes sociais, não só na corte, mas também em diversas províncias e sua efetiva participação popular nos eventos comemorativos foi afirmada em diversos testemunhos de contemporâneos.<sup>44</sup>

Entre a população a “Lei Áurea” era celebrada juntamente com a Monarquia. Mas como explicar o propalado entusiasmo popular em relação à Princesa Isabel? Para Marc Bloch, o que criou a fé no poder curador do toque dos reis europeus foi justamente a idéia de que ali devia haver um milagre. Os monarcas só puderam se tornar milagrosos porque já eram antes personagens sagrados.<sup>45</sup> Deles, já se esperava de antemão um milagre. A perpetuação desta crença serviu, segundo o autor, para a afirmação do poder monárquico. Era um instrumento dinástico por meio do qual os reis adquiriam um poder dominante.<sup>46</sup> De forma semelhante, a Monarquia, aproveitando-se do impacto e da grande repercussão popular causada pela abolição, buscou a todo custo enfatizar a presença da população, seja em torno dos eventos relativos à aprovação da lei, seja nas comemorações posteriores a ela. Tentava-se empreender uma associação triade: abolição-Princesa-povo. A busca desta associação pode ser melhor percebida se observarmos as notícias veiculadas por monarquistas, onde fica evidente a necessidade de heroificação e de aproximação com o povo. Vejamos o que noticia um periódico, poucos dias antes da assinatura da lei Áurea, quando o projeto ainda tramitava na Câmara e no Senado do Império. Diz o artigo:

---

<sup>44</sup> José Américo Miranda. Maio de 1888: poesias distribuídas ao povo no Rio de Janeiro em comemoração à Lei de 13 de maio de 1888. Coleção Afrânio Peixoto, n. 45. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999, pp. 68-73.

<sup>45</sup> Marc Bloch. Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 27 e 70

<sup>46</sup> *Ibid.* p.21.

A abolição promulgada já, de ha muito pelos corações traduzida em facto, consumado pelo povo, (...) todos compreenderam que à excelsa Princesa se devia um testemunho de apreço, pelo muito que também fez em prol dos cativos. Assim, espontaneamente, quase sem acordo prévio, cada qual se preparou para glorificar e cobrir de flores a herdeira do trono, acontecendo que, concorrendo todos para esta manifestação, ela tornou-se, por si mesma grandiosa, sublime, única. Nunca se viu cena igual, desde que o Brasil existe! A efusão popular chegou ao auge na hora em que o trono se consorciava com a população, no mesmo afã de tornar o Brasil um pais livre, espalhando sobre ele, como uma bênção, os primeiros clarões da liberdade.<sup>47</sup>

Como se pode perceber, a Princesa é representada como uma figura generosa que se aproxima do povo, respondendo aos anseios de seus corações. Por isso é merecedora de glorificação e reconhecimento público. Através de seu gesto, esperava-se que a Monarquia se conciliasse com o povo. A expectativa popular foi fortemente destacada pelo mesmo periódico num artigo sugestivamente intitulado “*Na rua*”. Diz o texto:

Ao sair a Princesa acompanhada de seu esposo, o povo fez-lhe uma estrondosa ovação. O carro seguia, literalmente, sob uma chuva de flores desfolhadas e, de todos os lados os lenços e os chapéus acenavam saudando a Princesa libertadora! Gratas recordações deve Sua Alteza ter levado do dia de anteontem, sentindo bater tão de perto o coração, puro e magnânimo, do povo brasileiro.<sup>48</sup>

O apelo às massas se fazia necessário. O povo foi retratado como participante dos momentos de glória da nação e da própria Monarquia. O sentimento de nacionalidade, de amor à pátria e ao regime político precisavam ser aguçados. A associação assumia gradativamente aquela forma tríade abolição-Princesa-povo, que

<sup>47</sup> *Revista Ilustrada*, 3 de maio de 1888.

<sup>48</sup> *Ibid*

proporcionaria a construção de uma imagem democrática da instituição e da própria herdeira do trono.

A imprensa monarquista favorável ao Terceiro Reinado, aproveitando-se da inquestionável expectativa popular, empreendeu uma efetiva propaganda das comemorações abolicionistas, procurando enfatizar a presença da Monarquia e sobretudo da regente como responsável pelo grande acontecimento. Buscou-se aproveitar ao máximo este momento para melhorar sua imagem. As celebrações na Corte prolongaram-se por dias: a elite assistiu a corridas de cavalo no Derby Clube e o povo passeou de graça nos trens da Estrada de Ferro D. Pedro II. Os teatros também foram franqueados ao público. E em Botafogo realizou-se uma regata comemorativa. Nos meses subsequentes ao 13 de maio de 1888 a idéia da Lei Áurea como a proporcionadora de uma grande mudança no relacionamento dos brasileiros a partir da intervenção do regime monárquico circulava de todas as maneiras pela Corte. Multiplicavam-se elogios e saudações à Princesa que começava a ser chamada de “Redentora”.

Destas e de inúmeras outras formas, a assinatura da lei ganhou grande repercussão em todas as camadas sociais, impregnando a atmosfera social. Era preciso perpetuar aquele acontecimento, entendendo-o como um fruto da ação corajosa da futura Imperatriz que, de antemão, demonstrava sua potencialidade a ser desenvolvida. Tal intenção transparece em uma estátua, fundida pelo Jokey Club do Rio de Janeiro, em que Isabel aparece empunhando a “Lei Áurea” nas mãos, tendo aos pés um negro em posição de adoração. Com a mão sobre o peito, olhando para o horizonte e com uma coroa na cabeça, assume a postura de compromisso com o futuro Terceiro Reinado, que

parece ser legitimado pelo seu nobre e sagrado ato de bravura.<sup>49</sup> George Balandier, inspirando-se no conceito de “teatrocracia” sustentado pelo russo Nicolau Ereinov, defende a idéia de que o poder “só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial”.<sup>50</sup> No caso do Brasil, a pompa deveria ser aproveitada como um instrumento de afirmação política para a futura governante.

A ênfase na responsabilidade de Isabel é satirizada por Machado de Assis, ao comentar a missa campal realizada em São Cristóvão, com a presença da Regente, para cerca de trezentas mil pessoas em comemoração ao 13 de maio. Observe a foto:



A missa constituiu-se num grande acontecimento da época, atraindo pessoas de todas as partes que compareceram ao evento com bandeiras e estandartes. No altar, ao

<sup>49</sup> Ver a análise detalhada da peça em anexo, na página 184.

<sup>50</sup> Georges Balandier. O poder em cena. Brasília: EDUNB, 1982, p.7.

lado do celebrante, estavam o casal d'Eu, homenageados com vivas.<sup>51</sup> Em crônica, datada de 21 de maio de 1888, apresenta em tom de deboche e em forma de versículos bíblicos, a descrição do evangelho lido na missa. Escreve o cronista as seguintes palavras:

“24. E tendo a Regente abençoado a João e seus discípulos, foram estes para as Câmaras, onde apresentaram o projeto de lei, que depois de algumas palavras duras e outras cálidas de entusiasmo, foi aprovado no meio de flores e aclamações.

25. A Regente que esperava a lei nova, assinou com sua mão delicada e superna.

26. E toda a terra, onde chegava a palavra da Regente, de João Alfredo e de seus discípulos, levantou brados de contentamento, e os próprios senhores de escravos a ouviam com obediência.”<sup>52</sup>

Em sua analogia com o evangelho, Machado de Assis refere-se à Princesa como Cristo e ao projeto de lei como a boa nova do evangelho. Uma pregação divina capaz de encantar a todos. O cronista satirizava assim, a interpretação da abolição como ação exclusiva de Isabel, que após uma idealização e pregação pelos discípulos/abolicionistas, conseguira a vitória tão esperada. O ideal da “Redentora” alcançava a todos que se convertiam ao ouvir sua boa-nova, inclusive aqueles mais resistentes, os senhores de escravos. A conversão destes últimos não passava, na verdade, de uma expectativa monárquica não concretizada.

O apelo ao sagrado também estava presente nos discursos abolicionistas. Em livro publicado em 1887, na Bahia, Luís Anselmo da Fonseca fez severas críticas ao clero por fazer vistas grossas à escravidão. Para o autor, cristianismo e escravidão são inconciliáveis. Argumenta o autor:

<sup>51</sup> A foto encontra-se reproduzida em ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.) História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2. p. 366-367.

<sup>52</sup> Machado de Assis. Crônicas (1888-1889). São Paulo, Hucitec, 1990, p. 68.

É inquestionável que uma doutrina que ensina a igualdade e recomenda o amor do próximo, não se pode harmonizar com a escravidão, que, ao mesmo tempo, que estabelece o máximo de desigualdade é uma expressão tirânica do egoísmo e do desprezo pela humanidade. A moral de Jesus é a do amor universal. E da obrigação de fazer o bem a todo homem indistintamente. A igualdade civil é para ele a lei fundamental da sociedade, e pode-se dizer que ela constitui a fisionomia principal de sua reforma social. Pelo que toca à liberdade, defendeu-a sempre e usou da sua inteiramente. O seu grande amor à liberdade de consciência e de pensamento, mais do que nenhuma outra coisa, lhe conquistou os ódios da parte dos grandes e dos poderosos, habituados ao exercício do absolutismo.<sup>53</sup>

As qualidades do Redentor (Cristo) são portanto ingredientes indispensáveis na construção da representação de Isabel enquanto governante envolvida nas questões abolicionistas. Sua ação como benfeitora foi associada à imagem de Cristo, aquele que redimiu os oprimidos, tirando-os do inferno. A imagem de Isabel tornou-se viável por que apelou para a imagem de Cristo. Assim, a herdeira do trono, mesmo sem se tornar Imperatriz, afirmou-se com sucesso por que contou com um elemento básico fornecido pela imagem do fundador do cristianismo que lhe conferiu carisma: a majestade na simplicidade. A analogia com o cristianismo se dá a partir da afirmação da igualdade dos homens, entendida pelos abolicionistas como igualdade civil a ser alcançada por meio de uma reforma social. Cercava-se Isabel de um discurso que apelava para imagens religiosas que de fato traduziam expectativas de atuação política, dentre as quais destacava-se a luta pela igualdade civil. Não se tratava portanto de um mero chavão religioso. A este respeito podemos lembrar as observações de Peter Burke, descontente com a forma de conceber a relação entre poder e simbologia de forma utilitária. Se por um lado a imagem pintada de Luís XIV enganava o povo, por outro era também resposta

<sup>53</sup> Luís Anselmo da Fonseca. A escravidão, o clero e o abolicionismo. Bahia, Imprensa Econômica, 1887, pp. 84-85.

a uma demanda, não era só ilusão. Propõe então uma síntese: “Tanto o rei como seus conselheiros tinham consciência dos métodos pelos quais as pessoas podem ser manipuladas por meio de símbolos (...) Contudo, os objetivos com que manipulavam os demais eram obviamente escolhidos a partir do repertório oferecido pela cultura de seu tempo”.<sup>54</sup> No caso aqui estudado, pode-se afirmar que o apelo ao cristianismo era um empreendimento promissor por ser popular e sustentar uma linguagem simbólica acessível à maioria da população.

Com esses ingredientes, acreditava-se poder exaltar Isabel proporcionando-lhe credibilidade como futura governante a partir da popularidade alcançada. Também foram adotados como referencial as proposições de Raoul Girardet, entendendo a interpretação de um abolicionismo redentor como construção de uma mitologia política em torno da herdeira do trono. O sagrado e o político, segundo o autor se unem e se confundem na busca de uma ordem, que se pretende unitária e conquistadora.<sup>55</sup> Segundo Girardet, em política “o tema do Salvador, do chefe providencial aparecerá sempre associado a símbolos de purificação: o herói redentor é aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forças más.”<sup>56</sup> Entre as poesias distribuídas ao povo nas primeiras comemorações que se seguiram pelo mês de maio de 1888, encontram-se os seguintes versos:

És grande, enfim Brasil! ... Quebrou teus vis grilhões  
Um coração de Mãe! ... Podes hoje, a sorrir,  
O lugar que te cabe altissono, pedir  
Entre as livres nações! ...  
Salve! Rainha! A ti, que da história riscaste  
As páginas cruéis de séculos de horrores! ...

<sup>54</sup> Peter Burke. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV.* pp. 22-24.

<sup>55</sup> Raoul Girardet. *Mitos e mitologias políticas.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 62.

<sup>56</sup> *Ibid.* p.17

No coração da Pátria o trono teu firmaste  
Entre bençãos e flores! <sup>57</sup>

Os versos traduzem a expectativa de, a partir da abolição, se alcançar grande credibilidade para o regime monárquico entre o povo. A Princesa era, nos versos, chamada de Rainha, como se sua atitude no encaminhamento da “Lei Áurea” antecipasse sua futura condição. Ao mesmo tempo, o “Salve! Rainha!” remetia a uma imagem religiosa, uma vez que apelava para a oração católica destinada à Virgem Maria. Era como se, em sua atitude, Isabel firmasse seu trono no coração da pátria, para que fosse aceito o Terceiro Reinado que parecia se aproximar.

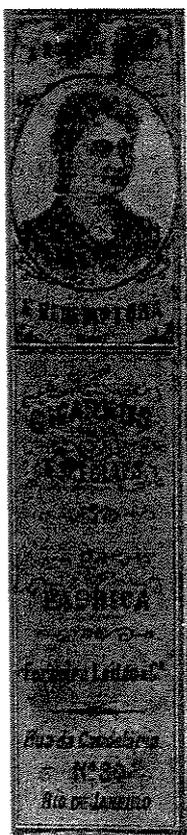
Grande parte das comemorações da abolição ocorridas na Corte em 1888 foram organizadas por um comitê de jornais criado para unificar os festejos e intitulado Centro da Imprensa Fluminense. <sup>58</sup> O apoio da Coroa aos eventos foi marcante. Além da presença da Princesa Isabel, acompanhada do Conde d'Eu e de seus filhos (o Imperador encontrava-se na Europa e só retornou ao Brasil em agosto de 1888) em várias celebrações e desfiles, foram mobilizadas diversas unidades da Marinha e do Exército para desfilar nos festejos emprestando um caráter oficial às comemorações a fim de marcar a presença da Monarquia com seus símbolos. O interesse em fazer da abolição um espetáculo popular que envolvesse de forma grandiosa a Corte, fica evidente no fato de ter a Monarquia arcado com parte dos custos dos festejos, todos eles comandados

<sup>57</sup> Oscar Pederneiras. “Ave! Libertas! 13 de maio de 1888”. In: José Américo Miranda. Maio de 1888: poesias distribuídas ao povo no Rio de Janeiro em comemoração à Lei de 13 de maio de 1888. p. 121.

<sup>58</sup> Os seguintes jornais, identificados com o abolicionismo aderiram à iniciativa: Gazeta Nacional, Jornal do Comércio, Gazeta de Notícias, Cidade do Rio, Diário de Notícias, Revista Ilustrada, Época, Novidades, Apóstolo, Gazeta da Tarde, Etoile du Sud, Itália, Sportman, Jornal dos Economistas, Estação, Mãe de Família, Voce del Popolo, Revista de Engenharia, Revista Tipográfica, Revista das Estradas de Ferro, Corrière d'Itália, Correio Português, O Bisbilhoteiro, A Chrisálida, O Escândalo, Revista Financeira, Corriere Italo Americano, Dia, Acadêmica, Instrução Pública. A esse respeito ver: José Américo Miranda. Maio de 1888: poesias distribuídas ao povo no Rio de Janeiro em comemoração à Lei de 13 de maio de 1888. p. 50.

juntamente com a imprensa.<sup>59</sup> Introeção da Monarquia no coração dos brasileiros: esse era o programa político dos abolicionistas moderados junto à Coroa e que devia ser seguido a partir da abolição da escravidão.

O entusiasmo popular em torno do 13 de maio e da Princesa Isabel, vista como sua protagonista maior, era alimentado por interesses comerciais como o que podemos observar abaixo, em propagandas circuladas na época.<sup>60</sup>



UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

<sup>59</sup> Ibid. pp.72-73.

<sup>60</sup> Etiquetas coletadas no Arquivo Nacional. Fundo Boullier. Série Indústria e Comércio, Junta e Tribunal, Pacotes 5 e 8. Fotos 177,199 e 188.



Embora não tenham sido produzidas sob encomenda da Coroa, as etiquetas demonstram que o 13 de maio e a figura de Isabel eram elementos extremamente populares e, portanto, vendáveis, naquele momento. Em especial, nesta última imagem, Isabel aparece em trajes de Imperatriz. Estampada em glória na propaganda dos cigarros “13 de maio”, Isabel é representada com a coroa na cabeça e com o manto Imperial, reinando de braços abertos sobre negros prostrados em admiração e gratidão. Todos acobertados pelo seu manto.

Um esforço concreto e objetivo em promover a imagem de Isabel como “Redentora”, a fim de garantir o sucesso do Terceiro Reinado, pode ser observado com a criação da Guarda Negra pelo então entusiasmado José do Patrocínio. De acordo com Osvaldo Orico, inúmeros libertos, ligados pela gratidão à herdeira do trono, passaram a se organizar em forma de milícia, num sobrado da Rua da Carioca, número 77. Tinham como objetivo fortalecer a dedicação dos negros pela causa da futura Imperatriz. A milícia tinha um programa de ação fundamentado em um estatuto que previa eleições internas. Neste estatuto apresentavam-se os seguintes estatutos e regras, divulgadas pela *Cidade do Rio*:

1. Criar-se uma associação com o fim de opor resistência material a qualquer movimento revolucionário que hostilize a instituição que acabou de libertar o país.
2. Só podem fazer parte, como sócios ativos, os libertos que se comprometerem a obedecer os mandatos de uma diretoria eleita por maioria absoluta, em votação que se efetuará em momento oportuno.
3. Podem ser sócios efetivos unicamente os que consideram o ato memorável do dia 13 de maio um acontecimento digno da admiração geral e não motivo para declarar guerra à humanitária Princesa que o realizou.
4. Pedir à Confederação Abolicionista o seu apoio para que esta sociedade se ramifique por todo o Império.

5. Pedir a imprensa que participe desse sentimento com o seu valioso concurso.

6. E último. Aconselhar por todos os meios possíveis aos libertos do interior que só trabalhem nas fazendas daqueles que não juraram guerrear o 3º Reinado. <sup>61</sup>

A organização apresentava-se de modo a obedecer rígidos compromissos solenes e rituais. O teor isabelista é claro. A organização deveria defender a Monarquia e a futura Imperatriz como prova de sua gratidão. Além disso, ambicionava expandir-se por todo o país, neutralizando a maior ameaça dos monarquistas naquele momento: a insatisfação dos antigos proprietários. Ao entrar para a milícia, cada liberto, colocava-se de joelhos e, com a mão sobre os evangelhos, prestava o seguinte juramento:

Pelo sangue de minhas veias, pela felicidade de meus filhos, pela honra de minha mãe e pureza de minhas irmãs, e sobretudo por este Cristo, que tem séculos, juro defender o trono de Isabel, a “Redentora”. Em qualquer parte que os meus irmãos me encontrarem, digam apenas, - Isabel, a “Redentora”, porque essas palavras obrigar-me-ão a esquecer a família e tudo que me é caro. <sup>62</sup>

Uma milícia política com ares religiosos. De acordo com Carlos Eugênio Líbano Soares, a Guarda Negra despertava sentimentos de medo, suspeita e inquietação entre a grande maioria dos moradores da Corte, que estranhava a movimentação de escravos, que se exibiam pelas ruas vestindo uniformes, medalhas, e estampando o título de defensores do Império e 'heróis da pátria'. <sup>63</sup> A Guarda Negra portava-se tendo como principal foco de ação o ataque às conferências republicanas. Entre os inúmeros

<sup>61</sup> A Cidade do Rio, 10 de julho de 1888.

<sup>62</sup> Osvaldo Orico. O tigre da abolição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977, p.199.

<sup>63</sup> SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro (1850-1890).” Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1993, p. 270.

conflitos ocorridos entre republicanos e membros da milícia destaca-se o ocorrido no dia 14 de julho de 1888, dia em que os republicanos movimentavam-se para apresentar uma comemoração pública da queda da Bastilha. Para tanto, organizaram um cortejo onde desfilavam com estandartes dos Centros Republicanos da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina, além de uma grande bandeira, onde se lia: 'Homenagem à França'. Tratava-se de um ataque claro ao regime monárquico que acabou em conflito e pancadaria ao se depararem com a milícia isabelista. Mas o conflito não se dava somente nas ruas. Jornais republicanos e monarquistas degladiavam-se por causa da Guarda Negra. É o que pode ser percebido em um artigo publicado pela *Cidade do Rio*. Trata-se da repercussão de uma crônica sobre a Guarda Negra no jornal *O liberto* de Paraíba do Sul e no jornal republicano *A Revolta* de Campinas. Dois jornais interioranos, o primeiro da província fluminense e o segundo da província de São Paulo. No artigo reproduzido abaixo podem ser observadas duas visões relativas ao surgimento da guarda isabelista:

*O liberto* (...) diz: Aí está uma nobilíssima idéia (...) [que] deve germinar, crescer e formar rapidamente a frondosa árvore, a cuja sombra se deve acolher seguro e firme o sacrossanto solo que brilhantemente ocupa a imortal ISABEL, nossa prezada "Redentora". A alma reconhecida de cada liberto a quem a SANTA SENHORA, com a mais viril das coragens, arrancou da medonha noite da escravidão, (...) não pode deixar de abrir-se ampla e dedicada para aplaudir e consagrar como a um dogma sacrossanto, toda a idéia que (...) traduz legítima veneração e devido respeito à nossa divina LIBERTADORA. Ignóbeis interesses, (...) ousam levantar ameaçadora, grita contra essa HEROÍNA (...) Estamos certos que o berreiro dos neo-republicanos, não irá além do barulho e da ameaça que lhes inspira o despeito: mais não importa! Seja a nossa divisa: - Defender a "Redentora" ou morrer por ela. Diz por outro lado *A Revolta*, folha neo-republicana de Campinas: 'A lavoura é quem

paga mais impostos no país, é quem sustenta o tesouro roubado da nação. Entretanto, os que escrevem por conta da Princesa e do ministério, com o dinheiro que os lavradores pagam de impostos ...' Peço aos honrados libertos de Paraíba do Sul, que respondam francamente aos neo-republicanos de Campinas, aos antigos senhores de escravos, aos que hoje insultam covardemente a EXCELSA "REDENTORA", quanto dinheiro receberam do ministério e da Augusta Regente em pagamento do artigo que acabo de transcrever.<sup>64</sup>

Enquanto o primeiro posiciona-se favoravelmente e de forma elogiosa em relação à criação da Guarda, o segundo acusa o envolvimento do ministério e da Princesa como patrocinadores dos artigos enaltecedores de Isabel. Mais uma vez, o jornal abolicionista apresenta a Princesa como imortal, santa, libertadora e heroína. Lançando mão de uma figura religiosa, enaltece seu papel no combate contra a escravidão, gesto divino pelo qual os libertos precisam ser eternamente gratos, venerando-a.

Ao comemorar seus quarenta e dois anos em 29 de julho de 1888, quase três meses após a abolição, a Princesa recebia uma interessante homenagem da *Revista Ilustrada*, reproduzida a seguir.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> *Cidade do Rio*, 28 de julho de 1888.

<sup>65</sup> Cláudio Prado de Mello.(org.) *Princesa Isabel - 150 anos: roteiro dos eventos comemorativos*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Imprensa Oficial - SMA, 1996, p. 6.



A estampa, situada na primeira página, apresenta uma mesa que assume o papel de altar doméstico onde se vê uma fotografia da Princesa cercada de flores. Diante da mesa percebemos a presença de um casal negro e de uma criança, que ensinada pela mãe, presta homenagem a sua “Redentora”. Ao fundo, vemos uma porta à qual se dirigem uma série de pessoas negras (possivelmente todos são ex-escravos) com a mesma intenção de prestar homenagem. A intenção não poderia ser mais clara. A própria presença do casal e da criança já simboliza o valor da família que era agora definitivamente garantido mesmo àqueles mais miseráveis. O homem, em atitude de respeito, diferencia-se dos demais que ainda não entraram na sala ao retirar o chapéu. Sua atitude será seguida certamente pelos demais ao entrarem no recinto, que assume

assim o caráter sagrado de um lugar de adoração. A presença da criança revela-nos a necessidade de se ensinar às gerações futuras a importância da “Redentora” que deveria ser por todos reconhecida e admirada. Deve-se ressaltar ainda a inclinação da mulher diante da imagem reforçando com isso a idéia de adoração e gratidão. Todos estes elementos confluem para a exaltação da Princesa, uma idéia que era transmitida através de um discurso pedagógico, evidenciado na estampa.

Buscou-se de todas as formas reforçar a bondade, a caridade e o humanitarismo como elementos fundamentais no caráter da Princesa que mereceria a veneração de todos os brasileiros, em especial dos libertos que deveriam demonstrar eterna gratidão à “Redentora” por ter lhes proporcionado a tão sonhada liberdade. Isabel era por tudo isso merecedora do trono que a esperava em um Terceiro Reinado. A abolição servia assim para reforçar sua posição como futura Imperatriz. A Monarquia, tantas vezes condenada por favorecer a continuidade da escravidão, precisava livrar-se desta imagem, apresentando-se como fiel intérprete da opinião pública, atendendo aos brasileiros em sua maior aspiração.

#### **A “Redentora” rumo ao Calvário**

Se por um lado, os momentos do pós-abolição foram sistematicamente interpretados como tempo das luzes trazidas pela “Redentora”, representação que forjava-se nos discursos de políticos, na euforia dos abolicionistas e nos festejos dos negros, uma outra representação de Isabel começava a emergir. Descontentes, os agricultores reclamavam da abolição sem indenização, considerando-a fruto de uma atitude autoritária e absolutista. A assinatura da Lei Áurea pela Regente era encarada como um assalto à propriedade. A Princesa, antes criticada por sua submissão e

fragilidade no exercício do poder público, passava agora a ser encarada como detentora de um poder absolutista. A abolição proporciona assim uma mudança brusca de sentido nas representações da Princesa. Sua atuação, encarada anteriormente por seus críticos como invasão indevida da esfera privada sobre a pública, passa agora a ser vista como uma invasão da esfera pública sobre a privada. Proclamam os republicanos que a Regente havia abusado do exercício de sua função pública ao decretar o fim da escravidão sem indenização, numa espécie de assalto à propriedade privada. Enquanto os monarquistas esforçavam-se por propagar a capacidade e potencialidade de Isabel como futura governante marcada por seu caráter humanitário, capaz de atender as expectativas dos brasileiros, brindando-os com um novo tempo, os republicanos tentavam apresentá-la como déspota e autoritária, incapaz de governar.

Mas, se por um lado as festas e elogios à Princesa espalhavam-se, por outro, o descontentamento dos fazendeiros servia para engrossar as fileiras republicanas, como pode-se observar em um inflamado artigo intitulado “Nós os lavradores e a Monarquia” em um jornal da província mineira:

Os atuais deputados deixaram levar-se pelas ovações das levas das ruas da Corte, esquecendo-se de que foram eleitos por nós, a quem traíram. (...) Quem governa este infeliz país é a gritaria embriagadora da capital (...) [ou] as classes laboriosas, que trabalham no campo, e que não pode desperdiçar o tempo em festins, porque precisam sustentar o Estado com os impostos ?(...) A nossa propriedade foi invadida sem indenização para satisfazer desejos de glória da Monarquia. (...) A Monarquia, que vive de nós, pode tudo. Se nos tira a propriedade e o direito, pode também nos tirar a vida. Mas também nós podemos erigir a República dos Estados Unidos do Brasil.<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> O Pharol. 30 de maio de 1888.

O artigo, assinado com o pseudônimo de “Um lavrador”, expressa a insatisfação com a glorificação e popularidade da Monarquia entre a população da Corte. Sugere assim que a Monarquia, deva da mesma forma ser abolida uma vez que aqueles que a sustentavam com seus impostos foram traídos. Em seu lugar reclamam a implantação do federalismo republicano.

Em outro artigo, intitulado “A lavoura e a Regente”, a insatisfação dos agricultores foi expressa da seguinte maneira:

Os camponeses, os agricultores, os proprietários rurais deixaram-se imolar perante o altar da pátria, e agora cobrem-nos de baldões! A escravidão subsiste, não há dúvida, não mais a escravidão do homem; mas a escravidão do cidadão para a honra e glória da dinastia de Bragança-Orleans. (...) presenciamos o tristíssimo espetáculo de um povo que aplaude os golpes de Estado, entoa hinos à ditadura Imperial e corre pressuroso atrás do carro triunfal de uma Princesa fanática e caprichosa, aos gritos de ‘Viva D. Isabel, a “Redentora”’ (...) Os epítetos da lisonja e da subserviência não quadram em um rei constitucional. O rei Leopoldo I da Bélgica foi simplesmente o rei Leopoldo. A Rainha Vitória da Inglaterra, é simplesmente a Rainha Vitória. O desinteresse é a primeira virtude de um rei constitucional. (...) Entre nós, o chefe de Estado faz conhecida a sua opinião sobre os negócios públicos, ou, o que pior, impõe a sua política dos representantes da nação e distingue-se pelo seu egoísmo, pelo seu demasiado aferro à lista civil e dos interesses dinásticos. Está consumada a obra da demolição. O governo paternal da Regente nada edifica. As nossas finanças precipitam-se pelo plano inclinado dos empréstimos e vão direto ao abismo da bancarrota. (...) O esbanjamento do dinheiro dos cidadãos contribuintes é a regra dos governos da Monarquia; a economia é a exceção.<sup>67</sup>

O proprietário, que não se identifica, apresenta-se incomodado com a glorificação da Princesa entre a população da Corte. Encara como absurda e servil a atitude de se atribuir o título de “Redentora” para a Princesa. Toma como modelo de governantes o Rei Leopoldo I e a Rainha Vitória, que não precisam ostentar nenhum

título além de seu próprio nome. Tal fato, segundo o agricultor, revela o desinteresse pelo poder, marca de governos constitucionais. A recorrência à Rainha Vitória como um modelo de soberana na qual Isabel deveria se espelhar aparece também em um diálogo entre Isabel e Cotegipe, comentado por Pedro. Ao pedir uma ação enérgica do ministério em favor da abolição, Isabel teria ouvido do Barão o conselho para se manter neutra nesta disputa (abolição) que dividia tão profundamente os partidos. Solicita que ela siga o exemplo da neutralidade da Rainha Vitória. Diante do conselho, Isabel teria respondido possuir o direito de manifestar-se, argumentando que a soberana inglesa era acusada de prejudicar a Inglaterra justamente por sua neutralidade.<sup>68</sup>

A perda do apoio dos proprietários agrícolas era certamente uma questão que preocupava os monarquistas. Temerosos, os monarquistas condenavam sua ligação com os republicanos. E, neste sentido argumentavam:

Aproveitar um momento de crise social como o da abolição, para condensar o descontentamento de uma classe até ontem senhora do país e hoje inconsolável pela liberdade de uma raça oprimida, é aumentar a anarquia e não constituir a disciplina de caráter que pode ser única ressalvar a nação, quer sob a Monarquia, quer sobre a república. Os republicanos respondem que as revoluções foram sempre feitas por descontentes. De acordo, mas por isso mesmo o que imprime o caráter à revolução é a natureza do descontentamento que a cria. Eles dizem que a revolução de 1789 foi feita por um povo a quem faltava pão. Mas porque faltava pão a este povo? Pelo sistema político debaixo do qual ele vivia. Esse sistema era a desigualdade e o privilégio. O descontentamento era justo e isso deu à Revolução Francesa o caráter de uma imensa sublevação da igualdade humana. Qual o descontentamento entre nós em nome do qual se pretende justificar a república? É o descontentamento de uma classe que perdeu os seus escravos, é uma rebelião de privilégio destruído contra a igualdade humana proclamada, é o contrário, portanto, da Revolução Francesa e quem justifica um movimento não pode

---

<sup>67</sup> O Pharol. 6 de junho de 1838.

<sup>68</sup> Pedro Calmon. *A Princesa Isabel: A "Redentora"*. p. 173.

ter simpatia com o outro. O que seria justificável, à maneira da Revolução Francesa, é se o povo brasileiro, reduzido à miséria e à fome pelo monopólio escravista, quisesse fazer a República para destruí-lo, ou se os escravos a tivessem proclamado.<sup>69</sup>

Buscava-se convencer os defensores do republicanismo da impropriedade de se adotar o novo regime político no Brasil. Implicitamente, afirma-se a proximidade da abolição com a Revolução Francesa, uma vez que a igualdade humana pode ser alcançada com o fim da propriedade do homem sobre o homem. Era necessário convencer os insatisfeitos de que não houve prejuízo da lavoura em decorrência da abolição da escravidão. É com este intuito que José do Patrocínio escreve um artigo na comemoração do primeiro aniversário da abolição, em 13 de maio de 1889, meses antes de se proclamar a República. Em letras garrafais glorifica aqueles que considera “redentores da raça africana” citados nesta ordem: D. Pedro II, Euzébio de Queirós, Visconde do Rio Branco, João Alfredo, Princesa Isabel, Gaston d'Orleans, José Bonifácio, Luiz Gama, Ferreira de Menezes, Joaquim Serra e a Confederação Abolicionista. Leia-se o nome de seus representantes mais famosos: o próprio Patrocínio, Joaquim Nabuco e André Rebouças. No artigo, o abolicionista argumenta:

Não há, na legislação do mundo, nada mais extraordinário que essa emancipação de um milhão de homens, seguida da mais plena confiança do Estado, nos sentimentos deles. Franqueiam-se-lhes as portas da sociedade, canonizando-se-lhes apenas o passado e dotando-os com as flores do triunfo. Era em véspera da colheita. Essa gente saía pobre da riqueza que havia acumulado em três séculos de trabalho forçado, vinha com o coração sangrando a saudade secular do direito. E não há uma desordem, não há um atentado cometido contra os senhores da véspera, compatriotas do dia grandioso. Ao contrário, um quadro tocante de confraternização se desdobra pelo interior. O novo cidadão sobreesta no alvoreço íntimo para dissipar

<sup>69</sup> O Paiz, 17 de setembro de 1888.

cavalheirosamente a nuvem da tristeza que paira sobre a frente dos proprietários, e, enquanto não mistura lágrima de solidariedade, enquanto não se compromete a assegurar ao ex-senhor a fortuna ameaçada, não continua no hosanar a liberdade recém-proclamada. (...) Depois dos primeiros dias de festa, como um enxame depois de uma revoada entre a primavera, voltam ao trabalho, e, há um ano, a sociedade só se apercebe da existência do liberto, pela continuidade da produção, pela fartura dos mercados. Por toda parte trabalho, paz profunda, esquecimento do passado. Bendito contraste! Enquanto muitos dos que foram feridos pela reparação necessária de uma injustiça secular, se revoltam e procuram vingar-se tornando-se o pesadelo da evolução nacional, os ex-escravos consideram-se pagos de toda uma vida de dor e humilhação com a simples liberdade. (...) Todos esses fatos, de profundo valor social e que não passam desapercibidos ao historiador e ao filósofo, testemunham que o dia 13 de Maio não foi a explosão romântica de um coração de mulher, mas a sanção da lei natural da mutualidade, que não é impunemente violada.<sup>70</sup>

Após colocar o Imperador D. Pedro II e a Princesa Isabel no alto de um panteão abolicionista seguido pelo Conde d'Eu e outros nomes, Patrocínio tenta engrandecer o 13 de maio e a atmosfera pacífica que se seguiu após a data, enfatizando a ausência de conflitos de libertos contra senhores. Tenta ainda minimizar a idéia de que os fazendeiros perderam sua mão-de-obra ao declarar que todos voltaram ao trabalho impedindo que a fortuna de sus antigos senhores estivesse ameaçada. Patrocínio investe exatamente na principal questão que ameaçava a sobrevivência do regime monárquico. Em seu panteão de heróis, enaltece o Conde d'Eu como o redentor dos escravos do Paraguai, a quem faz questão de apresentar como despretensioso, numa clara resposta aos republicanos que o acusavam de excessivo interesse e participação nas questões políticas brasileiras. Em contraste, os republicanos, como vimos, tomavam a Rainha Vitória como modelo de governante séria e despretensiosa, contrastando-a com o

---

<sup>70</sup> Cidade do Rio. 13 de maio de 1889.

interesse de Isabel por adulações e títulos, a atitude do Príncipe Alberto era elogiada em sua postura de neutralidade, contrastada com o posicionamento do Conde d'Eu.

Ruy Barbosa, em artigo publicado no *Diário de Notícias* de 29 de março de 1889, faz a comparação entre os dois consortes, vendo como opostas suas atitudes em relação aos cargos de chefia que lhes haviam sido oferecidos.<sup>71</sup> O consorte inglês, segundo o articulista, havia recusado um convite para assumir o comando em chefe do Exército em 1850 para não prejudicar a respeitabilidade do trono. Já o marechal Gastão de Orleans, “consorte da Princesa, já de fato entronizada”, dispunha irresponsavelmente do Exército.

Travava-se uma luta de representações entre monarquistas e republicanos. Enquanto uns esforçavam-se por exaltar a herdeira do trono por seu grande feito em benefício dos negros, outros enfatizavam a destruição da lavoura como fruto de uma atitude impensada da inexperiente Princesa. O sacrifício da lavoura deveria ser acompanhado, na opinião dos republicanos, pelo sacrifício do trono. A “Redentora” deveria sacrificar seu maior bem em favor de seus redimidos, completando a obra salvadora pregada pelo cristianismo. O caminho do calvário era preparado pelos republicanos associados aos fazendeiros insatisfeitos.

---

<sup>71</sup> *Diário de Notícias*. 29 de março de 1889.

### A “Redentora” nas comemorações do Primeiro “13 de maio”

*“os traços de heroísmo, de virtudes cívicas oferecidas aos olhos do povo, eletrificam suas almas e fazem surgir as paixões da glória, da devoção à felicidade de seu país.”*

**David, pintor da Revolução Francesa**

Enquanto isso, as comemorações do primeiro aniversário da abolição em 13 de maio de 1889 foram mais uma oportunidade para que a Monarquia novamente celebrasse a “Lei Áurea” associando-se a este nobre ato. A Câmara Municipal do município neutro (Corte) recomendou, com antecedência, aos seus munícipes que embandeirassem e ornassem a frente de suas casas. Na ocasião, decretou-se feriado nas repartições públicas e organizou-se uma grande passeata cívica pelas ruas da Corte. A Família Imperial marcou presença, ao assistir, ao lado dos membros da Confederação Abolicionista, o grande festival realizado no Teatro D. Pedro II.<sup>72</sup> Consagrava-se neste primeiro aniversário, inúmeros elogios à Família Imperial e à Princesa Isabel, vistos como condutores e responsáveis pela abolição.

De inúmeras partes do Império recebiam telegramas com congratulações. O arcebispo da Bahia, por exemplo, além dos elogios protocolares, comunicava a realização de uma missa campal pelo 13 de maio em Salvador. Explicava ainda ter ordenado também a realização de “*Te Deum*” em todas as freguesias daquela província.<sup>73</sup> O mesmo ocorreu na Corte. Monsenhor Brito, vigário geral, em nome do bispo diocesano, ordenou a todos os vigários do município neutro, que em ação de graças a Deus pela passagem pacífica da lei que extinguiu a escravidão, celebrassem dignamente o seu primeiro aniversário, e cantassem em suas matrizes, com a solenidade e cerimonial

---

<sup>72</sup> Cidade do Rio. 11 de maio de 1889.

prescrito, um “*Te Deum*” pela comemoração da “Lei Áurea”. Os jornais distribuíam com antecedência e de forma detalhada a programação com horários e lugares das missas, convocando a população a comparecer às diversas celebrações.<sup>74</sup> Já o Instituto Histórico, por sua vez, nomeou uma comissão para entregar ao Imperador e à Princesa Isabel, uma medalha comemorativa da “Lei Áurea”.<sup>75</sup>

No primeiro aniversário do 13 de maio percebe-se claramente uma tentativa de imortalizar a data e seus doadores, cercando-os em uma atmosfera festiva que combinava política e religião. O *Jornal do Comércio*, em extenso editorial publicado em 13 de maio de 1889, trazia interessantes considerações em uma tentativa de historicizar o processo de extinção da escravidão no país. O artigo, ao abordar o processo de extinção da escravidão no Brasil, busca organizar fatos, descrever leis, atribuir papéis de destaque e valores aos personagens da história da abolição. Exaltava o esforço de pessoas consideradas honradas e patriotas, dentre as quais destacam-se Euzébio de Queirós, Visconde do Rio Branco e a Princesa Isabel. Estas pessoas, vistas como condutoras ilustres do processo, aparecem como verdadeiros intérpretes da vontade nacional. Imbuídos de sabedoria política, teriam executados leis doadoras e portanto mereciam lugar de destaque nas páginas da História. Somente a partir da ação corajosa das mesmas teria sido possível colocar o Brasil em sintonia com os países civilizados, abandonando de vez a situação de barbárie. Após exaltar os heróis da abolição, o editorial trazia as seguintes considerações:

A escravidão tinha invadido todo o nosso organismo, era outrora principal fator de trabalho, representava capital elevadíssimo;

---

<sup>73</sup> *Jornal do Comércio*. 13 de maio de 1889.

<sup>74</sup> *Ibid.*

<sup>75</sup> *Ibid.*

entrelaçava-se a todos os interesses, a todas as fortunas, prendia-se a toda a organização social como elemento que parecia insuprível de produção e de riqueza. Por isso, só por isso, foi preciso ao Brasil caminhar com lentidão que, pouco a pouco, afastando obstáculos, aplainando dificuldades, incutindo convicções e dominando resistências encaminhasse a solução pacífica e legal que já passou pela prova de um ano sem desmerecer os elevados intuitos e a sábia previsão com que foi decretada. (...) O efeito moral da expansão da generosidade dos proprietários foi extraordinário e força é recordar que a divulgação de tais fatos, e o largo caminho vencido pela aspiração nacional vivamente manifestada, incutiram nos mesmos escravos desgosto de sua condição, consciência da sua miséria, e desejo intenso de liberdade que há muito, induzia abandonar os campos em êxodo pacífico. (...) A ínclita Princesa, que o sancionou, o ministério que se honrou com iniciativa tão gloriosa, as duas casas do Parlamento, foram realmente interpretes de ardente aspiração da pátria. A História reserva-lhes página honrosa. (...) A nobre resignação ante a extraordinária resolução foi digna de cidadão obedientes à lei. Os efeitos da extinção do cativo no Brasil, quais podem ser aferidos no prazo de um ano, não são para desgostar-nos nem para abalar a confiança no futuro. O milhão de homens beneficiados (...) não têm dado causa à apreensões nem a perturbações que sejam para incutir qualquer receio pela propriedade nacional. (...) A experiência está feita e podemos congratular-nos pelos seus resultados. (...) Ninguém poderá avaliar qual caminho teriam levado as coisas sem a intervenção enérgica mas oportuna dos poderes públicos. A sua intervenção foi sábia e o Brasil não poderá recordá-la senão com os transportes de júbilo com que a provocou, apoiou e saudou. Isabel, a “Redentora” Salve, Princesa! Redimiste do cativo as almas.<sup>76</sup> (grifos meus)

O jornal celebra a forma pacífica e legal pela qual foi conduzida a abolição, bem como os frutos positivos que tem sido colhidos após aquele primeiro ano. Justifica a demora em resolver o problema pelo fato da escravidão estar arraigada no organismo social brasileiro constituindo-se em principal fator de riqueza. Ou seja, o processo foi lento por que a Monarquia não poderia prejudicar os interesses envolvidos neste

---

<sup>76</sup> Ibid.

principal fator de trabalho. Por esse motivo, o país teria demorado a encontrar uma solução que não trouxesse prejuízos maiores como foi a de 13 de maio. Ao final, termina por exaltar a Princesa Isabel por sua atitude enérgica na condução dos poderes públicos, condução que deverá ser saudada e imortalizada na figura da Princesa. Como heroína, Isabel recebe glórias e aparece como protagonista maior da história, cujo enredo termina como um final feliz: as almas cativas redimidas, a paz social vitoriosa sobre insignificantes perturbações, a propriedade preservada, a vontade nacional realizada e o país em sintonia com a civilização e o progresso. O editorial apresenta, como realidade, expectativas idílicas dos monarquistas que ambicionavam marcar o momento e inculcar tal interpretação da abolição. Curioso é notar que, nesta interpretação, os negros adquirem consciência de sua condição e passam a aspirar a liberdade a partir do crescimento da opinião pública favorável à abolição e das demonstrações de generosidade dos senhores. Só então iniciam fugas encaradas como “êxodo pacífico”.

Uma tentativa mais sistemática de associar a Monarquia e seus representantes aos ideais abolicionistas, criando-se uma interpretação extremamente áulica do encaminhamento dado ao fim da escravidão, aparece já no ano de 1888. Em um livro intitulado *A abolição no Brasil*, Franklin Dória apresenta a trajetória da extinção da escravidão no Brasil com seus respectivos atores. Começa por D. João VI, a quem atribuiu a responsabilidade da extinção do tráfico em Portugal. Elogia D. Pedro I por ter adotado todos os tratados de compromisso pelo fim do tráfico. A D. Pedro II, caberia a glória de ter contribuído de forma decisiva para a extinção do tráfico em 1850. Sobre a lei do Ventre Livre de 1871, afirma que a Princesa, pela primeira vez na Regência do Império,

interpretou fielmente a vontade paterna e, ao mesmo tempo, obedeceu aos sentimentos do seu grande coração, também acordes com os de seu esposo que, pouco tempo antes, quando ele conduziu à vitória o Exército brasileiro, acabava de arrancar ao jugo da tirania o Paraguai, solicitara e conseguira do governo provisório daquele país a liberdade dos escravos ali existentes. A Princesa Regente, pois, deu vida à Lei que assegurou a liberdade dos futuros filhos das escravas, à lei que, demais, promoveu o resgate do cativo, e lhe reconheceu a dignidade de homem, concedendo-lhe direitos e favores preciosos.<sup>77</sup>

Na construção do panteão áulico-abolicionista a presença do Conde d'Eu era marcante. Isabel estava, portanto, cercada de corajosos abolicionistas, desde seu bisavô (D. João VI) e seu avô (D. Pedro I), passando por seu pai (D. Pedro II) de quem teria herdado as idéias abolicionistas e de seu esposo (Conde d'Eu) que bravamente determinou o fim da escravidão no Paraguai. Após todas essas considerações, a autor parece ter preparado o ambiente para chegar até a exaltação da “Redentora”. Sua participação na aprovação da Lei do Ventre Livre aparece como decisiva. Concedeu favores e direitos, deu vida aos futuros filhos das cativas. A associação da Princesa com a lei que libertou o ventre escravo era apresentada não mais de forma tímida ou imprecisa, mas de modo claro e enaltecido. Toda a trajetória apresentada pelo autor caminha no sentido de determinar uma seqüência de atos abolicionistas empreendidos pela benevolência de reis e Imperadores. A seqüência segue uma gradação. Isto é, cada lei aparece como superior a sua antecedente. Da mesma forma o ator principal cresce em importância em relação a seu antecessor. E isto até chegar em Isabel, protagonista do clímax da História da abolição. A Princesa, segundo o autor,

revelava pelo seu proceder o propósito de contribuir para a pronta consumação do resgate dos míseros oprimidos. (...) Foram extraordinárias as demonstrações populares de amor e veneração

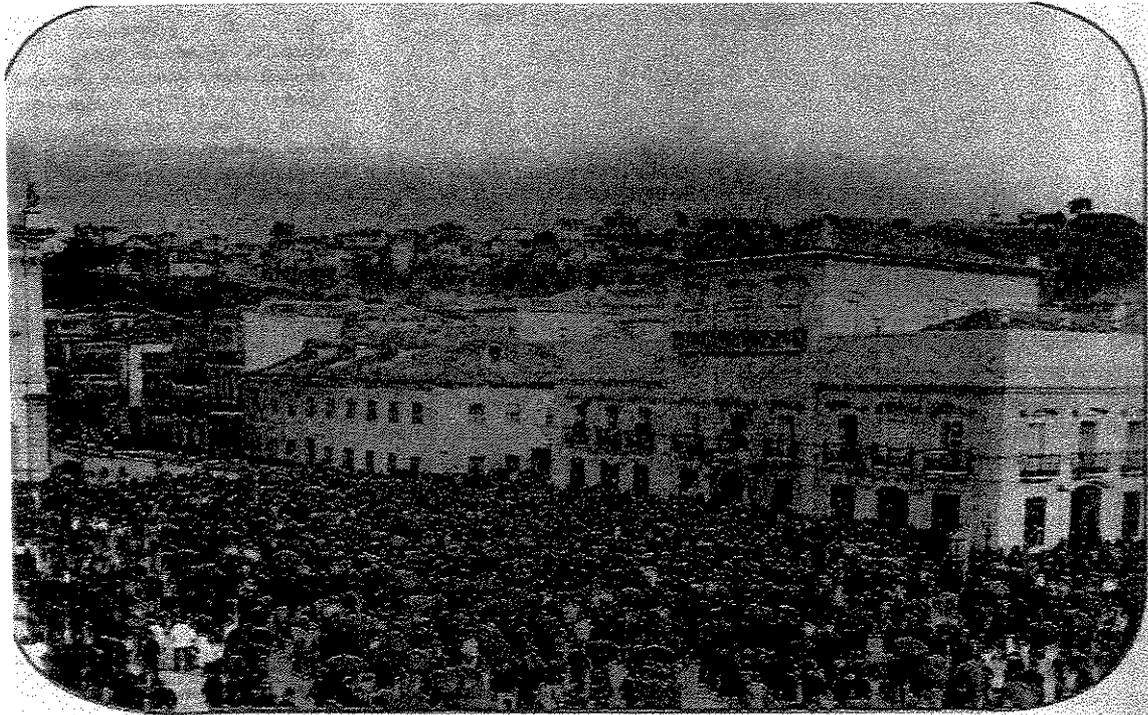
<sup>77</sup> Franklín Dória. A abolição no Brasil. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1888

dadas então à Regente. Naquele dia, por volta de uma hora da tarde, inúmeras pessoas ao longo das ruas que o préstito Imperial atravessou desde São Cristóvão até o Paço de Senado, e bem assim as famílias que enchiam as janelas de todas as casas, ao passar a Princesa, dirigiam-lhe as mais calorosas saudações. Quando se apeou do coche, defronte daquele Palácio, subiram ao ar girândolas de fogos, e ao som do hino nacional o povo apinhado em vasta massa compacta, vitoriou freneticamente a Regente juncando-lhe de flores o caminho. Desde a entrada do edifício, a qual o ministério e as comissões das duas Câmaras receberam Suas Altezas, uma luzida multidão, abrindo alas extensas, por sua vez aclamava a Princesa e sobre ela espargia uma chuva de flores. Foi assim que chegou ao salão das sessões do Senado. A Fala do Trono, recitada pela Princesa Regente, foi ouvida com vivos sinais de adesão, e o tópico relativo à extinção do elemento serviu até arrancou bravos a um senador e dois deputados. Apenas terminou a leitura, um coro estrepitoso de aclamações, acompanhadas de palmas, rompeu de todos os lados do salão, enquanto dentro do recinto caía nova enchente de flores. Aquele trecho do discurso da Coroa despertava em todos os ânimos a esperança da abolição imediata. Poucos dias depois, a lei de 13 de maio de 1888 realizou tão grata esperança, decretando, com eloqüente laconismo: 'É declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil.' Quase por unanimidade votada pelas duas Câmaras, ainda no meio de flores e aclamações, a grande lei foi logo sancionada pela Regente. Assim a Princesa, que antes, sancionando outra lei famosa, proclamara livres as gerações futuras revogou a liberdade centenas de milhares de cativos, e completou a obra da abolição na sua Pátria, a qual, reconhecida, lhe deu o título glorioso de Isabel, a "Redentora".<sup>78</sup>

Mais uma vez, Isabel aparece como protagonista da abolição. A publicação do livro, no calor da hora em que se festejava a abolição, tentava historiar o processo em diversas fases, organizando-as em um enredo. Mais do que o editorial do *Jornal do Comércio*, o livro tentava consagrar uma interpretação áulica da abolição, construindo um panteão, reforçando a ligação da Monarquia com a abolição, desde os fundamentos da nação até o ano de 1888, em que foi aprovada a "Lei Áurea" e escrito o livro.

<sup>78</sup> Ibid. pp. 187-192.

A ênfase na multidão que esperava a Princesa na calçada do Senado consta de várias descrições da assinatura da Lei Áurea, fato que chegou inclusive a ser fotografado.<sup>79</sup>



Tal aspecto busca reforçar a imensa expectativa popular. Os aplausos e flores aparecem como homenagem e veneração daqueles que esperam do lado de fora do palco em que se desenvolve o golpe final contra a escravidão, um golpe estatal baseado em sentimentos de humanitarismo cristão.

Os redimidos, submissos à sua grande benfeitora, devem prestar-lhe homenagens no dia de seu aniversário. A Princesa recebe de João Clapp, então presidente da Confederação Abolicionista as seguintes palavras:

---

<sup>79</sup> A fotografia está reproduzida em ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.) *História da vida privada no Brasil; Império: a Corte e*

A Confederação Abolicionista, que na gloriosa campanha da redenção dos cativos, recebeu sempre da sereníssima Princesa a senhora D. Isabel, as mais significativas provas de adesão, não pode ser indiferente ao motivo que desperta hoje no coração da raça redimida a gratidão à distinta mulher brasileira, que soube aliar as virtudes de seu magnânimo coração aos altos deveres de soberana. Pensando ser a fiel intérprete do verdadeiro sentimento abolicionista, ela se associa a todas as manifestações sinceras do povo, pelo feliz aniversário da signatária da Áurea Lei que integrou a pátria brasileira, levando a família dos escravizados de então, a liberdade, a paz e a honra. E, em nome desse grande princípio humano que nos congregou na luta, ousamos pedir à sua alteza Imperial que continue a zelar com ardor pela vida e pela honra de todos aqueles que na renhida peleja, se mostraram sempre dignos da defesa e da proteção de todos os altos poderes que sancionaram a patriótica propaganda da abolição. Para todos esses que ainda se acham sob a pressão das pequenas vinganças, e do implacável despeito do escravismo oculto sob todas as formas, é que a Confederação pede a bondosa atenção da excelsa Princesa no dia em que comemora o seu feliz aniversário natalício.<sup>80</sup>

Destaca-se no artigo a ênfase na necessidade de continuidade da proteção de Isabel sobre os libertos. Não bastava redimir os cativos, era necessário dar prosseguimento à obra iniciada em 13 de maio de 1888. O sentimento de gratidão seria o alicerce para o Terceiro Reinado. A estratégia monarquista em promover a herdeira do trono, associando a abolição à Coroa era atacada pelos republicanos, incomodados desde o início com a popularidade alcançada pela Princesa. Revoltados, os proprietários convertendo-se em republicanos argumentavam

---

a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2. p.436

<sup>80</sup> Cidade do Rio. 29 de julho de 1889.

O que significam essas estrondosas ovações à Regente?! Para que essas loas entoadas à herdeira do trono?! Para que esse epíteto de “Redentora” dado à atual representante da instituição monárquica? É a história quem nos diz que a Monarquia no Brasil, manteve-se e prosperou à custa da escravidão dos negros, assim como esta encontrou sempre naquela o mais franco apoio, o mais valioso auxílio, graças ao vergonhoso contrabando dos negreiros, à violação dos tratados internacionais (...) Não era, pois, à Regente, não era à um chefe de Estado Constitucional que cabia intervir na solução da melindrosa questão servil, por meio de um ato de absolutismo e ditadura, qual o da despedida do gabinete de 20 de agosto, incumbido de dar execução a uma lei de garantias à lavoura nacional. Depois de reunidos e ouvidos os deputados da nação, à cerca da política mais prudente e mais convinhável ao bem público, é que cumpria-lhe exercer a sua atribuição constitucional de eleitor dos ministros.<sup>81</sup>

Insatisfeito, o autor tenta mostrar que a Monarquia e a Princesa não merecem as glórias e ovações pela abolição, uma vez que foi a própria instituição monárquica que não só manteve a escravidão no país, como prosperou a sua custa. O autor apela para a História, citando a conivência da Coroa com o contrabando e com a violação de tratados internacionais. Busca assim desmontar a associação da Monarquia com a abolição apresentando uma relação íntima entre o regime monárquico e a escravidão. Defende a idéia de que não sejam termos antagônicos como deixavam transparecer os isabelistas. Uma outra tentativa de desmentir a associação da Coroa com a abolição aparece no texto abaixo, publicado no dia do aniversário da Princesa Isabel, no ano de 1889. Diz o autor

Quem aprofunda a meditação dos acontecimentos vê bem que a sereníssima Princesa Imperial não obedeceu à tradição dinástica, (...) Isabel, a “Redentora” é um dos mais ilustres cidadãos desse país; um modelo de patriotismo (...) Não nos julgamos desobrigados para com a Santa Mãe dos cativos, a quem

<sup>81</sup> O Pharol. Juiz de Fora, 29 de maio de 1888.

proclamamos maior de que todos nós abolicionistas, por ter feito numa hora, só o resumo de todos os sacrifícios de dez anos de propaganda, o esquecimento de seus interesses de Princesa herdeira de uma coroa. (...) A política do Império, obedecendo a leis fatais, torna a Monarquia incompatível com o nosso progresso. (...) Mas o responsável por essa política não é nem Isabel, a “Redentora”, nem mesmo o Sr. D. Pedro II, é o Império, é a instituição monárquica (...) Se neste momento o Brasil tivesse de escolher pelas virtudes e pelo merecimento, sem preocupações partidárias, um soberano popular, um presidente para a República, só a injustiça poderia excluir dos sufrágios aquela que integrou civilmente a pátria e aquele que terminou a época das revoluções e aboliu a pena de morte. (...) Todos os erros que de futuro lhe possamos apontar, não valem essa grande obra da redenção, essa hora divinal de sua existência, em que ela achou melhor para si trazer, em vez da coroa secular dos seus maiores, um diadema feito com as lágrimas cristalinas dos cativos. Muitos parabéns a augusta senhora, pelo seu aniversário. Dê-lhe Deus, em que ambos cremos, as venturas domésticas a quem tem direito as suas extremas virtudes, e coração e espírito para cooperar conosco, leal e patrioticamente, para dotar o nosso povo com a única forma de governo capaz de servir de molde ao seu progresso e à sua grandeza - a República Democrática.<sup>82</sup>

Valendo-se de elogios, o abolicionista republicano tenta desvincular a figura da Princesa (herdeira do trono e representante maior da Monarquia abaixo do Imperador) de Isabel, a “Redentora”. Diz que o grande feito de Isabel corresponde a um ato nobre que transcende aquela instituição. Investe no sentido de colocar Isabel acima e, portanto, fora do regime político então em vigor. A abolição deve ser atribuída a um ato humanitário de Isabel e não uma atitude política. Chega a dizer que Isabel é tão sublime que seria uma ótima candidata a presidente da República. Suas qualidades ultrapassam os limites da decadente e arcaica instituição monárquica. Seu elogio constituiu-se, na verdade, uma forma de atacar a Monarquia por meio de um contra-discurso. Isto é busca dissociar a abolição da Monarquia. Embora, em sua argumentação, o abolicionista

---

<sup>82</sup> *Cidade do Rio*, 29 de julho de 1889.

republicano apresenta um discurso carregado de elogios à Princesa, diferenciando-se assim dos argumentos apresentados pelos proprietários (republicanos de última hora), ambos sustentam o objetivo comum de desqualificar a Monarquia como regime político viável. Por caminhos distintos defendem a superioridade do regime republicano. Para os proprietários, Isabel teria agido de forma equivocada não atendendo aos interesses da lavoura e, portanto, não deveria governar, nem dar continuidade ao regime monárquico no Brasil. Já para este abolicionista republicano, a atitude da Princesa era tão nobre que não condizia com a estrutura arcaica do Império. Antes, transcendia aquele regime.

Segundo Flávio dos Santos Gomes, os últimos meses de sobrevivência do regime monárquico foram marcados pelo avanço da propaganda republicana. Enquanto crescia a insatisfação dos fazendeiros no interior, os jornais noticiavam uma provável conspiração do Conde d'Eu para antecipar o Terceiro Reinado. Na Corte, os abolicionistas dividiam-se entre o apoio declarado à propaganda republicana e a defesa da Monarquia. Segundo o autor, o próprio Patrocínio, antes entusiasmado com a Guarda Negra, passara a criticar a milícia e a agitação popular dos libertos, na tentativa de minimizar o aspecto político do movimento. Começava a dar sinais de adesão ao republicanismo.<sup>83</sup>

De qualquer forma, os republicanos tentavam dissociar a aprovação da lei da abolição como um ato conduzido por representantes da Monarquia. Observe-se que essa era uma tarefa difícil de ser concretizada em virtude do sucesso alcançado pela Coroa por meio das inúmeras comemorações e festividades promovidas com o intuito de

---

<sup>83</sup> Flávio dos Santos Gomes. "No meio das águas turvas. Racismo e Cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte. 1888-1889." In: *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21, Dez 1991, pp. 75 e 88.

associar a herdeira do trono à abolição e ao Terceiro Reinado. O advento da República, diante daquelas circunstâncias, não poderia contar com o apoio da opinião pública, nem tampouco com um movimento popular que destronasse o Imperador e sua adorada filha. Por outro lado, um golpe a partir da instauração do Terceiro Reinado seria provavelmente muito menos aceito, uma vez que a popularidade de Isabel certamente estaria em alta ao assumir o trono. Assim, era preciso antecipar-se aos fatos. Abortar o Terceiro Reinado antes de sua concretização era o caminho mais pertinente.

Assim, sacrificou-se a “Redentora” no dia 15 de novembro de 1889, sendo a mesma, acompanhada de sua família em direção ao exílio a bordo do *Alagoas*.

### Capítulo 3

#### **Tempos republicanos: sepultamento, ressurreição e ascensão da “Redentora”**

Após a implantação da República no Brasil, os partidários do novo regime travaram uma batalha em torno da imagem do novo sistema político com a finalidade de promover sua legitimação. Para isso, buscavam atingir o imaginário popular a fim de recriá-lo dentro dos valores republicanos.<sup>1</sup> No empreendimento de tal tarefa, um dos principais desafios era como festejar o 13 de maio sem lembrar da já consagrada associação entre a data, a Princesa e Monarquia?

Neste capítulo, busco acompanhar os esforços republicanos em enfrentar tal problema por meio de uma política do esquecimento e da tentativa de se revestir o 13 de maio de um novo significado. Para tanto, procuro explicar de que maneira sobreviveu a representação de Isabel como “Redentora” dos escravos diante da insistência republicana em apagá-la da memória coletiva. A resposta para esta questão terá como base a repercussão da representação da Princesa entre os negros, a partir da investigação dos pressupostos culturais africanos transplantados para o Brasil.

Procuro ainda apresentar a “ressurreição” da representação da Princesa “Redentora”, após a morte de Isabel, carregada de um novo significado e sua posterior ascensão ao panteão de heróis brasileiros, entre aqueles considerados dignos de irrestrita devoção cívica.

## O sepultamento

Uma primeira tentativa de responder a este impasse foi transformar a data em feriado nacional. Já que não havia como apagar da memória coletiva aquela importante e consagrada data, era preciso revesti-la de um novo significado e interpretação.

Em decreto do dia 14 de janeiro de 1890, dois meses após a instalação do novo regime político, através do decreto n. 155 B, estabeleceu-se a data de 13 de maio como feriado, intitulando-a dia consagrado à comemoração da fraternidade dos brasileiros.<sup>2</sup> Osório Duque Estrada, autor da letra do novo hino nacional adotado após a proclamação da República, escreve em suas “Noções de História do Brasil”<sup>3</sup> uma detalhada explicação das datas comemorativas e seus respectivos heróis. Em sua obra, oficialmente adotada nas escolas primárias da capital federal, afirma que

As datas que festejamos são quase todas históricas; lembram grandes feitos de civismo e de amor à Pátria praticado pelos nossos antepassados; assinalam dias de glória e de felicidade para o Brasil; recordam fatos que enaltecem a nossa nacionalidade e o valor moral de seus filhos. Devemos, pois, comemorar com entusiasmo os acontecimentos que elas recordam, não só porque prestamos assim homenagem aos grandes vultos da nossa história, como também porque estimulamos o patriotismo e o civismo dos contemporâneos, oferecendo-lhes exemplos dignos de serem por eles imitados. As principais datas da nossa história são: 3 e 13 de maio, 7 de setembro, 15 de novembro, 21 de abril e 24 de fevereiro.<sup>4</sup>

Comenta o dia três de maio como a data de comemoração do descobrimento do Brasil. Data em que nossa terra teria nascido para o mundo e para a civilização. O sete

---

<sup>1</sup> José Murilo de Carvalho. A Formação das Almas : o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 10.

<sup>2</sup> Alberto de Assis. Vultos e datas do Brasil. Salvador: Joaquim Ribeiro e Companhia Editores, 1922, p. 276.

<sup>3</sup> Osório Duque-Estrada. Noções de História do Brasil: obra oficialmente adotada nas escolas primárias do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, s.d. pp.191-197.

<sup>4</sup> *Ibid.* p 191.

de setembro, aparece como o dia da conquista de nossa Independência política, sem citar é claro o nome de D. Pedro I. Já o vinte e um de abril, segundo o autor, deve ser consagrado aos precursores da Independência e da República, simbolizados em Tiradentes, que teria sido o primeiro mártir desses dois grandes ideais. O vinte e quatro de fevereiro, deveria ser lembrado como a promulgação da nossa carta constitucional republicana de 1891. Já quanto ao treze de maio, afirma que deve ser

consagrado à comemoração da fraternidade dos brasileiros. Foi a treze de maio que ficamos sendo irmãos, com os mesmos direitos, os mesmos deveres e as mesmas liberdades. Emancipou-se naquele dia a raça negra, que até então vivia-se escravizada, não obstante haver sido, durante cerca de quatro séculos, o principal fato de grandeza e da prosperidade econômica do Brasil.<sup>5</sup>

Na comemoração do segundo aniversário da abolição, em 13 de maio de 1890, percebe-se ainda claramente a tentativa de se alcançar popularidade junto ao povo aproveitando-se ao mesmo tempo a oportunidade para alimentar o amor ao novo regime político e a seus representantes. Órfãos de sua “Redentora”, os ex-escravos e a população em geral precisavam de uma figura mística que com eles se identificasse. O vazio deixado pela figura mística e divinizada de Isabel precisava ser ocupado por algo que falasse aos corações, tanto ou mais que a imagem da “Redentora”.

Neste sentido, foi organizado um desfile cívico para o qual encomendou-se de Paris a estátua de uma africana. Pesando 240 quilos e medindo cerca de 3 metros de altura, levava em um dos braços uma pulseira de ouro, da qual pendia uma meia lua. O objeto, destinado a ser oferecido ao General Deodoro, trazia os seguintes dizeres: ‘ Ao generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, à Confederação Abolicionista’, e de outro

---

<sup>5</sup> Ibid. p. 192.

'15 de maio de 1890, 2 da República.'”<sup>6</sup> Na festa, houve manifestações patrióticas do professorado público junto com os alunos e alunas das escolas públicas da capital federal (Rio de Janeiro). As crianças, ao final, reuniram-se em frente à casa do chefe de governo (Deodoro) e cantaram o hino escolar em sua homenagem seguido de diversos vivas. Além disso, a população foi convocada a iluminar suas casas e janelas e a decorando-as com flores e com as inscrições das “revolucionárias grandes datas pacíficas: o 13 de maio e o 15 de novembro”.<sup>7</sup> A República buscava claramente criar uma nova associação. Esforçava-se por ligar-se à abolição. Era necessário apagar dos quadros de memória a associação entre a abolição, a Princesa e a Monarquia, como termos inseparáveis. Tal objetivo fica evidente na reprodução, feita pelo *Jornal do Comércio*, de uma mensagem enviada à Deodoro da Fonseca por uma comissão de representantes da classe operária. Diz o texto:

A classe operária vem congratular-se convosco pelo aniversário da lei que extinguiu para sempre no Brasil a desigualdade entre o homem e o homem. Nós outros, homens do povo, muitos de nós, filhos de gerações espoliadas durante três séculos, sentimos bem em vossa presença; primeiro por que vós sois o chefe do Exército, e o Exército sabe do vosso seio e o Exército recusou-se por isso a perseguir os nossos irmãos, e, depois, por que vós havieis completado a 15 de novembro, a obra iniciada a 13 de maio. É a partir de 15 de novembro que o operário se sente cidadão, como a partir de 13 de maio o escravo começou a ser homem. Até então os homens de política ou nos levaram às urnas como coisa sua, de que eles dispunham, ou nos repeliam delas, como se compreendêssemos menos que eles os deveres cívicos. Só a República nos abriu os braços, só um ministro da República cogitou de incorporar à sociedade brasileira o proletariado, que era até aí pouco mais que servo. Não nos saem do coração, não diremos esses favores, por que não é favor o reconhecimento de direito postergado, mas estas provas de fraternidade dispensadas pelos fortes, que tudo podem, aos fracos, que apenas têm para dar à pátria, na paz, o esforço de seu braço, que moraliza, pelo trabalho na guerra, o tributo

<sup>6</sup> *O Pharol*, 14 de maio de 1890.

<sup>7</sup> *Jornal do Comércio*, 13 de maio de 1890.

de seu sangue; e por isso vimos hoje à vossa presença, Sr. General, à presença do nosso primeiro concidadão, congratular-nos convosco na data gloriosa da declaração dos direitos dos nossos irmãos.<sup>8</sup>

A circulação deste texto, mais do que sua autoria, importa para observarmos a tentativa de se criar uma interpretação da República como complemento da abolição. As datas são apresentadas como marcos de uma nova era que proporcionou o exercício pleno da cidadania. Tratava-se portanto de afirmar a superioridade do novo regime. A recusa do Exército em capturar os escravos fugidos aparece como um ato fundador e demonstrativo dos ideais abolicionistas republicanos, presentes no Exército antes mesmo da assinatura da “Lei Áurea”. Neste segundo aniversário do 13 de maio, o primeiro celebrado sob o regime republicano, o nome de Isabel, por razões óbvias não aparece. Reivindica-se o reconhecimento dos republicanos militares como atores da abolição e redentores da pátria livre. A Princesa “Redentora” precisava ser esquecida. O empreendimento republicano em associar a abolição ao novo regime político aparecia também nos manuais escolares. Estevão Oliveira, inspetor técnico de ensino do Estado de Minas Gerais, em um compêndio organizado de acordo com o programa oficial de ensino de história da época, escreveu a interpretação republicana da abolição. Narra o autor em seu compêndio:

Rio Branco, a força de audácia humanitária, conseguiu a Lei do Ventre Livre a 28 de setembro de 1871. Mas isto não bastou à propaganda abolicionista, sobressaindo Joaquim Nabuco (atualmente nosso embaixador nos EUA), José do Patrocínio, Ferreira de Araújo (da Gazeta de Notícias), Ferreira de Menezes, todos combatendo pela santa causa e pela República. As duas propagandas, porém, tomaram maior vulto no decênio 1878-1888. Ao termo do decênio, e ao completar-se a obra “Redentora” com a Lei 13 de maio, já Silva Jardim percorria o país em direções diversas pregando a boa nova. Organizavam-se

<sup>8</sup> Jornal do Comércio. 14 de maio de 1890.

as forças republicanas, aqui e ali, sob forma partidária arregimentada; a imprensa carioca em sua maioria era republicana; no Exército fora lançado o fermento e daí surgiram as célebres questões militares Cunha Mattos e Senna Madureira abertamente esposadas por generais do prestígio do Visconde de Pelotas e Deodoro: era, pois, questão de tempo e queda do Império. O 15 de novembro de 1889 foi uma consequência necessária de todos esses antecedentes.<sup>9</sup>

A República aparece como complemento necessário da abolição. Merecem destaque e reconhecimento o Visconde do Rio Branco por ter conseguido a aprovação da Lei do Ventre Livre, os abolicionistas e a imprensa pelo combate em forma de propaganda abolicionista. Imediatamente aparecem Silva Jardim, Deodoro da Fonseca, a imprensa republicana e o Exército. Da abolição à República era um pequeno passo. Mais uma vez a figura de Isabel não aparece.

Durante as comemorações que se seguiram nos primeiros anos da República, o 13 de maio prosseguiu, nas comemorações oficiais, sendo apresentado como complemento do 15 de novembro. A Princesa, antes protagonista, aparece raramente como coadjuvante e secundária. Em seu lugar assumem, ora os republicanos, ora os abolicionistas, ou mesmo o povo. No entanto, não foi possível forjar uma nova tradição.

O fracasso da celebração abolicionista de caráter republicano pode ser observado no terceiro aniversário da abolição (13/05/1891), o segundo celebrado pela República. Diferentemente do ano anterior, noticia-se poucas comemorações, limitando-se a afirmar um pequeno entusiasmo com o treze de maio, já esvaziado, pelo menos de forma pública e oficial, de seu significado.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Estevão Oliveira. Rudimentos de História Pátria. Organizados em lições. De conformidade com o programa instituído oficialmente para o ensino dessa disciplina nas escolas primárias do Estado de Minas Gerais. Juiz de Fora: Typografia do Correio de Minas, 1909, p. 240.

<sup>10</sup> Revista Ilustrada. 14 de maio 1891.

O empreendimento republicano na construção de um novo universo simbólico que legitimasse o novo regime não foi capaz de destruir a tradição monarquista, fortemente arraigada na memória coletiva. Conforme ressaltou Lúcia Lippi Oliveira, a construção de um novo imaginário “não foi capaz de conferir legitimidade à nação republicana. Os monarquistas, por outro lado, não foram suficientemente fortes para restaurar a Monarquia; entretanto, foram-no para garantir a supremacia de sua interpretação sobre o Brasil.”<sup>11</sup> A comemoração republicana da abolição, oficializada por Deodoro da Fonseca como feriado nacional, foi extinto por Getúlio Vargas em 1930. Isto, num contexto onde a busca de popularidade e os mecanismos de aproximação com o povo exigiam reformulações.

Ao se comemorar a abolição em 13 de maio de 1898, aparecem no *Jornal do Comércio* os seguintes comentários:

É hoje o aniversário da áurea lei de 13 de Maio de 1888, que aboliu a escravidão, instituição três vezes secular que aviltava o Brasil no convívio das nações civilizadas e era um estorvo vergonhoso ao seu progresso e ao complemento da sua própria civilização. Dez anos são passados depois do dia, para sempre glorioso, em que o projeto votado pela grande maioria da Câmara e Senado recebeu a sanção e tornou-se lei, entre os mais espontâneos, os mais entusiastas e os mais frenéticos aplausos com que ato algum legislativo foi recebido no Brasil. A expansão do júbilo popular mostrou quanto a grandiosa reforma era verdadeiramente nacional. Aos estadistas e patriotas que promoveram e conseguiram, com perseverança de civismo nunca mais igualado em outros feitos, realizar a abolição, é esta data de gratíssima recordação para a Nação Brasileira, é a comemoração da nova e mais promissora era. É um grande dia do Brasil, que todos podemos celebrar, pois que não deixou após si nem desastres, nem ruínas. Foi antes um monumento de patriotismo e da abnegação do povo brasileiro, imolando grandes interesses à vitória da mais santa das causas.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Lúcia Lippi Oliviera. “As festas que a república manda guardar”. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 187, 1989.

<sup>12</sup> *Jornal do Comércio*. 13 de maio de 1898.

Percebe-se, no artigo, a ausência de atores. Comenta-se que o projeto, após a aprovação na Câmara e no Senado, recebeu a sanção e tornou-se lei. A autora da sanção, antes tão celebrada, não é sequer citada. Em seu lugar o patriotismo e abnegação do povo brasileiro é que merecem destaque. Estes são responsáveis pela monumentalização da data. Buscava-se silenciar e ocultar o nome da Princesa, entregando-o ao esquecimento. A “Redentora” deveria ficar sepultada. Seu nome só poderia ser lembrado com o objetivo de despi-lo da associação construída pela Monarquia como representação do fim da abolição.

Tal objetivo, aparece nos escritos de Osório Duque Estrada, em outro compêndio escolar datado de 1918. Em seu texto, discorre sobre a escravidão no país desde o período colonial até a sua extinção. Com ênfase na década de 1880, argumenta que a agitação naqueles anos era enorme. Ressalta que três províncias já haviam abolido a escravidão antes de sua extinção total. E além disso, muitos fazendeiros alforriavam seus escravos, enquanto o Exército se recusava a capturar os negros fugidos. Diante deste quadro

Nada mais havia para tentar em favor da instituição maldita. Quando subiu ao poder o Ministério João Alfredo, constituído quase todo por escravocratas da véspera, a abolição estava feita. A lei de 13 de maio nada mais foi que o reconhecimento oficial da vitória final do abolicionismo, levada pelo povo das ruas ao Parlamento. A Câmara quase unânime, que durante dois anos e meio apoiara incondicionalmente a reação conservadora do Ministério Cotegipe, acabou aprovando a abolição imediata, por 83 votos contra 9! A campanha abolicionista foi a mais bela, a mais brilhante e a mais generosa de quantas se tem pelejado no Brasil. Não cabem a este ou àquele isoladamente os louros do triunfo, mas a todo o povo, a todo o país, a todas as classes da sociedade que prestigiaram e auxiliaram com entusiasmo sempre crescente a ação intrépida e abnegada dos grandes apóstolos da liberdade. Salientando este fato e profligando a audácia dos

adesistas de última hora, que, sem pejo, se procuram converter em usurpadores de glórias, disse eloqüentemente o Sr. Conselheiro Ruy Barbosa: 'A epopéia da redenção não há de passar à posteridade, escrita pela nostalgia dos criados do paço, nas rapsódias ditadas pela contrição da covardia aos pusilânimes, que inutilmente pretendem servir hoje ao rei com a mentira, não tendo ousado servi-lo em tempo com a vida. A tradição viva da verdade militante é que há de ser o Homero dessas glórias, tão cedo maculadas pela má fé dos interesses; e coroar a verdadeira "Redentora": a vontade impessoal da pátria, apoiada na organização inexpugnável do abolicionismo, na cooperação geral da família brasileira, no êxodo caudaloso dos cativos, na galharda nobreza deste Exército, que recusou suas armas à caçada de criaturas humanas, prescrita pelos ministros do Imperador.'<sup>13</sup>

O autor, na lição destinada ao estudo da abolição, apresenta-a como a concretização da vitória final do abolicionismo levado pelo povo ao Parlamento. Somente o povo é visto como merecedor das glórias. Embora não cite o nome da Princesa, afirma que ninguém merece os louros da vitória isoladamente. Reproduz para os estudantes um pronunciamento de Ruy Barbosa, prevendo que a interpretação da abolição como fruto da atitude da "Redentora" não terá continuidade, pois não chegará ao conhecimento da posteridade. Aposta na vitória da interpretação republicana da abolição, que após tentar associar o movimento abolicionista ao movimento republicano como complementares, não tendo sido bem sucedida, passou a reforçar a participação do povo como principal ator. Assim como havia representado a abolição como realização da vontade coletiva, afirma ter sido a República uma velha aspiração popular. Duque-Estrada, em sintonia com o pensamento de Ruy Barbosa, reproduzido sem nenhum comentário, apostava no fracasso da interpretação monarquista da abolição.

---

<sup>13</sup> Osório Duque-Estrada. *História do Brasil: adotada na Escola Normal do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1918, pp. 208-209.

Em outro compêndio datado de 1920, Pedro do Couto, não só exalta a opinião popular como a responsável pela abolição, como busca associar a Monarquia aos interesses escravistas. Nas páginas desse manual escolar, os alunos do Colégio Pedro II e de tantas outras escolas aprendiam a abolição da escravidão da seguinte maneira:

A escravidão foi incontestavelmente eliminada pelo ascendente cada vez maior e mais educado da opinião sobre os governos, que só viam nela e acertadamente - o amparo de um trono desconjuntado, ainda existente apenas por deficiência de cultura cívica dos brasileiros. A escravidão moderna, um dos crimes perpetrados pelos povos mais adiantados, representa um verdadeiro retrocesso político e moral. Entre nós foi a nefanda instituição mantida pelo interesse monárquico, sobretudo do último imperante, a despeito da fama de filósofo e de magnânimo que lhe é atribuída. (...) cumpre dizê-lo, já para afirmar uma verdade histórica, já para salientar a falta de sinceridade dos monarquistas quando sustentam o contrário, e a ingenuidade de muitos republicanos convencidos desta e de outras afirmações dos homens do Império, que sempre lhes mereceram todo o acatamento.<sup>14</sup>

O Imperador aparece como mantenedor da escravidão, eliminada somente pelo crescimento da opinião sobre os governos. A sobrevivência da Monarquia é justificada pela falta de civismo dos brasileiros. O autor tenta assim contradizer a interpretação monarquista que afirmava ter sido a Princesa e aquele regime os gloriosos responsáveis pela abolição. Dando prosseguimento à lição, o autor, também professor do Colégio Pedro II, elenca como causas da abolição o aumento das conferências públicas, o crescimento das sociedades abolicionistas, a participação da imprensa, do Parlamento, as crescentes fugas de escravos e a recusa do Exército em capturá-los. Diante de todos estes fatores é que

---

<sup>14</sup> Pedro do Couto. *Pontos de História do Brasil*. 2ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1920, pp. 216-217.

a Monarquia começa a se sentir vencida. Que não era seu desejo fazer ainda a abolição se comprova na sustentação do gabinete reacionário do Barão do Cotegipe, só demitido quando a pressão dos fatos foi de tal natureza que obrigou o trono a ceder. É então encarregado de organizar o gabinete João Alfredo Correia de Oliveira, tão retrógrado quanto Cotegipe, e figura menos importante do que este, mas incumbido de apresentar uma lei que salvasse a Monarquia da avalanche revolucionária que exigia a abolição imediata; fã-la votar rapidamente, e a 13 de maio de 1888 a Princesa Isabel, Condessa d'Eu, então Regente do Império, a sanciona, o que já havia feito, na mesma função, à lei de 28 de setembro de 1871. Ora, da rapidez com que foi votada a abolição e por uma Câmara escravocrata, formada pelo Barão de Cotegipe, a quem apoiou em suas opiniões anti-libertadoras; da facilidade com que um retrógrado como João Alfredo se converteu em abolicionista, correspondendo à ordem da Regente do Império, se evidencia que - se a escravidão se manteve por tão longos anos no Brasil - isso exclusivamente se deve à má vontade de Pedro II, que os próprios escravos da Coroa libertou depois da lei Rio Branco. Não há, cumpre dizê-lo, grande mérito na Condessa d'Eu ordenar a aprovação rápida da chamada Lei Áurea; o trono, por via de seus áulicos, aproveitou-se desse fato político para endeusar a Condessa d'Eu, e apresentou-a como “Redentora” de quem já se havia redimido, afim de por obstáculos ao complemento natural da abolição da escravidão - a implantação da República.<sup>15</sup>

Depois de condenada ao silêncio, Isabel reaparece de forma negativa. O autor nega seus méritos e ainda interpreta seu endeusamento como forma de se evitar o advento da República, que entende como complemento natural da abolição, idéia cara aos republicanos.

Movidos pelo temor em torno de uma possível restauração da Monarquia e por uma necessidade de se legitimar o novo regime político no Brasil, os republicanos esforçaram-se por tentar apagar da memória coletiva o endeusamento da Princesa “Redentora” e a correspondente associação da abolição com a Monarquia.

---

<sup>15</sup> Ibid. pp. 223-224.

Nos artigos de jornais coletados em diversos segmentos da imprensa e nos manuais de escolaridade, compêndios de História e nos manuais cívicos que apresentavam as datas comemorativas e heróis nacionais, percebi uma clara intenção em desvincular aquela associação promovida insistentemente pela Monarquia desde os momentos que antecederam à assinatura da Lei Áurea, passando pelas efusivas celebrações nos dias subsequentes ao 13 de maio de 1888 até o primeiro aniversário da data, no ano de 1889. Ao tentar cumprir este objetivo, usavam inicialmente a estratégia de silenciar o nome da Princesa no processo de aprovação do projeto convertido em lei sancionada pela Regente. Em seu lugar, apresentavam como protagonistas ora o nome de republicanos abolicionistas, ora a ação corajosa do Exército na recusa em capturar os escravos fugidos, ora o próprio povo que, por meio da opinião pública, teria pressionado a aprovação da lei. Por todas estas formas o regime republicano empenhava-se em associar-se à abolição, apresentando o 13 de maio e o 15 de novembro como momentos complementares de um processo que teria aberto as portas do Brasil ao progresso e à civilização. Mas e os negros? Como interpretavam e vivenciavam o 13 de maio e como viam a Princesa? A obstinação dos republicanos tornava-se uma árdua tarefa na medida em que esbarrava em uma interpretação vitoriosa e consagrada pela memória daqueles que viram na Princesa uma mãe protetora e em seu ato uma demonstração de caridade e humanitarismo.

### **“Inconsciências” incompreendidas**

O empreendimento republicano em desvincular a imagem da Princesa da abolição da escravidão foi frustrado. Embora os jornais, os manuais escolares e as comemorações oficiais do 13 de maio ocultassem o nome da Princesa na tentativa de se

criar uma outra compreensão para a data, a visão de Isabel enquanto “Redentora” permaneceu viva nas comemorações de afro-descendentes e nos lugares em que os negros, libertos e seus descendentes festejavam o fim da escravidão. Nestes espaços, os negros revestiram a figura de Isabel de um significado muitas vezes incompreendido pelos republicanos.

A tônica das comemorações oficiais esbarrava em certas resistências, como em uma comemoração do 13 de maio, na cidade de Mar de Espanha, Minas Gerais, quando um fato inesperado ocorreu, causando grande indignação entre os republicanos mais exaltados. O acontecimento foi rapidamente narrado pela imprensa republicana que o noticiava, pedindo providências:

Por ocasião dos festejos comemorativos da lei de 13 de Maio desta cidade, um grupo de libertos por instigações de um tal Lima, velho sebastianista, percorreu as ruas da cidade aos gritos sediciosos de “viva a Monarquia” levando à frente a bandeira Imperial. Como acinte ao ilustre Dr. Juiz de Direito da comarca, o mais elevado representante da lei na circunscrição, foram os sediciosos postar-se em frente à sua casa, donde aquele magistrado, auxiliado pelo delegado de policia do termo, fê-los retirarem-se, não sem grande oposição, pois que até pretendiam queimar a bandeira da Republica. É natural que o Sr. Dr. promotor publico daquela comarca já tenha dado denuncia contra os cabeças sediciosos, que não podem ficar impunes, tal a audácia com que afrontaram a Constituição Federal. São verdadeiros exploradores da credulidade dos libertos, homens inconscientes, que não podem querer mal às instituições que garantem a todos a liberdade. E tanto não têm os libertos intenção alguma de afrontar as instituições que, nesta cidade, vieram com banda de musica cumprimentar esta redação, sendo que nós representamos o mais genuíno republicanismo. <sup>16</sup>

Interessante notar que a imagem do liberto inconsciente persiste mesmo entre os republicanos. A atitude dos referidos negros é prontamente associada a um cabeça

---

<sup>16</sup> Minas Livre. 21 de Maio de 1891.

considerado sebastianista sedicioso. A afronta representada pelos libertos ocorreu exatamente em relação à bandeira, símbolo maior de qualquer regime. Ao se posicionarem em frente da casa de uma autoridade representante dos poderes públicos, com a intenção de queimar a bandeira republicana, e gritando vivas à Monarquia, os libertos pareciam querer demonstrar sua recusa em aceitar o novo regime, exatamente no dia 13 de maio, três anos após a assinatura da “Lei Áurea”. O episódio serve para mostrar a dificuldade do novo regime em apagar da memória coletiva a associação proposta pela Monarquia e que, ao que parece, já estava consagrada entre a população. Demonstra ainda a persistência do descontentamento em relação ao novo regime.

A sobrevivência do sentimento monarquista entre a população era motivo de preocupação para os republicanos que temiam uma possível restauração monarquista. Tal temor, sobretudo nos acontecimentos em torno do episódio de Canudos, era reforçado com a divulgação de manifestos como este:

Creio no Sr. D. Pedro segundo, ex-Imperador e defensor perpétuo do Brasil, criador da constituição monárquica do Império, do Exército e da Armada que o depuseram; creio na Princesa D. Isabel que é sua filha e legítima herdeira da Coroa, que casou-se com o Sr. Conde d’Eu, que nasceu no Rio de Janeiro e foi dali banida com seu velho pai, padecendo este e todos os seus sob o poder da malvada República, representada pelo governo provisório de Deodoro da Fonseca; que o velho monarca morreu apaixonado na Europa, onde foi sepultado por ser obrigado a abandonar o Brasil e seus caros filhos, descendo o país ao pântano da miséria, donde ressurgirá em breve com a restauração da Monarquia, subindo ao trono a aludida Princesa, onde permanecerá assentada à mão direita de seu marido, que se tornará poderoso e donde há de vir a julgar todas as obras daqueles hereges e conspiradores republicanos que tanto concorreram para a perdição do país; creio na coragem e na fidelidade dos meus jagunços, na sua ressurreição, na vitória alcançada por João Abade e Macambira, na restauração da Monarquia e na vida eterna dos meus sonhos. Amém.<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Walnice Nogueira Galvão. *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais*. São Paulo: Ática, 1974, p. 47.

O texto, publicado por um autor anônimo no *Diário de Notícias* da Bahia, representa o momento onde a apreensão em torno de uma conspiração monarquista atingia seu auge. Artigos como este reforçavam a necessidade de se combater os possíveis conspiradores. Segundo Maria de Lourdes Mônaco Janotti, o fracasso das primeiras expedições enviadas à Bahia para combater o movimento liderado por Antônio Conselheiro provocou a suspeita da existência de uma ligação entre os monarquistas e os conselheiristas.<sup>18</sup> Segundo a autora, a visão sustentada pelo Conselheiro era a de uma Monarquia como o único regime legítimo, por ter sido delegada pelo poder divino. A República era encarada como fruto da incredulidade e teria como meta o extermínio da religião, em uma luta vã do poder humano contra o poder de Deus. Para o pregador, a Princesa teria abolido a escravidão em cumprimento da vontade divina.<sup>19</sup> Assustados, os republicanos especulavam que Canudos era um reduto de monarquistas financiados do exterior com o objetivo de derrubar o regime republicano. Segundo Nicolau Sevcenko, somente mais tarde, com o envio de jornalistas como Euclides da Cunha, foi possível perceber que o movimento era composto por

Trabalhadores rurais pobres, sem nenhuma educação formal, com um profundo sentimento religioso, e que estavam atordoados por mudanças de grande impacto simbólico ocorridas num repente, sem que eles fossem minimamente esclarecidos sobre seu significado, seu surgimento ou sua razão de ser. Para eles, como para o grosso da população alheada dos processos decisórios, o Imperador era uma figura sagrada, assim como eram o sacramento do matrimônio ou o campo santo dos cemitérios. A deposição do monarca, assim como a separação da Igreja e do Estado, decretada pelos republicanos, só poderia lhes

---

<sup>18</sup> Maria de Lourdes Mônaco Janotti. *Os subversivos da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 135.

<sup>19</sup> *Ibid.* p. 154.

soar como atos, além de incompreensíveis, de desprezo e profanação de suas crenças mais íntimas e sublimes.<sup>20</sup>

Sobrevivia assim uma concepção de política marcada por uma visão religiosa e providencial, na qual os governantes eram percebidos como pessoas revestidas de caráter sagrado. Não se tratava de um posicionamento político-partidário, baseado em opiniões fundamentadas em pensadores consagrados. Provavelmente, não eram comuns, entre a população, discussões em torno de uma Monarquia federalista ou de posturas defendidas pelos antigos partidos liberal ou conservador. Segundo Eduardo Silva, ao analisar a distância entre os governantes republicanos e as classes populares consideradas despolitizadas e politicamente desorganizadas, era corrente, entre essa população, a visão de um Estado benfeitor.<sup>21</sup>

A visão da população em relação aos membros da Família Imperial era possivelmente pautada por tais pressupostos, como parece indicar a reação das pessoas ao depararem-se com os mesmos. Com a Proclamação da República em 1889, a Família Imperial foi banida do Brasil. Após uma breve passagem por Portugal, exilaram-se na França. O banimento só foi revogado em setembro de 1920, pelo presidente Epitácio Pessoa. Em janeiro de 1921 o Conde d'Eu visitara o país acompanhado apenas pelo filho e pelos netos, pois Isabel, já enferma, não agüentaria a viagem. A Princesa viria falecer em novembro daquele mesmo ano, sem ter retornado ao país após ter sido exilada.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> Nicolau Sevcenko. (org.) História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 19.

<sup>21</sup> Eduardo Silva. As queixas do povo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 22 e 26.

<sup>22</sup> O Conde vinha acompanhado de seu filho primogênito, o Príncipe D. Pedro de Alcântara. Os Príncipes e D. Antônio e D. Luís haviam falecido respectivamente em 1918 e 1920. O Conde, já viúvo, morreu em 28 de agosto de 1922 a bordo do navio que o trazia mais uma vez ao Brasil para as comemorações do Centenário da Independência. O corpo chegou ao Rio de Janeiro em 31 de agosto de 1922 e foi levado de volta à França. Ver Luís da Câmara Cascudo. O Conde d'Eu (1842-1922). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, pp. 141-146 e 154-155.

Ao chegar ao Brasil, o Conde se espantara com as mudanças ocorridas depois de mais de trinta anos de ausência. Seus netos, acostumados com os ares franceses, ao pisarem pela primeira vez em solo brasileiro, estranhavam naturalmente as novidades com as quais se deparavam. Mas, de todos os estranhamentos, o que mais chocava era o fato de serem constantemente abordados por negros que insistiam em cumprimentá-los com um entusiasmo diferente das demais pessoas. Isabel de Órleans e Bragança, neta da Princesa Isabel, assustou-se ao ver um “preto velho” de cento e dezoito anos beijar a mão de seu pai. Com grande satisfação, o velho contava que, em sua infância, havia feito o mesmo com D. João VI.<sup>23</sup>

Ao que parece, apesar de muitas rupturas, algumas continuidades podiam ser observadas. Dentre elas, era visível a boa aceitação da Família Imperial entre os negros. Tal fato era comumente associado à gratidão dos ex-escravos em decorrência do fim do cativeiro. Com a abolição da escravidão, a simpatia que os negros nutriam pelos membros da Família Imperial ficou em evidência, fato que incomodava a muitos republicanos. Meses antes da queda do regime monárquico, o republicano Rui Barbosa comentava indignado as demonstrações de gratidão dos libertos para com a Princesa Regente.

Mas ainda quando a abolição fosse um golpe de Estado espontâneo, com que a realeza houvesse desmontado uma oligarquia, para bem do povo, sem cooperação deste, não há vínculo moral, que o obrigasse a renunciar parte de sua liberdade em homenagem ao benfeitor indiferente aos direitos do beneficiado. Poderá um indivíduo, por gratidão, encadear-se ao serviço de outro, cativar-se-lhe aos acenos, adorar-lhe os caprichos, fazer da amizade um culto de abnegação, aniquilando-se no amigo, com abdicação completa da sua consciência e vontade. Todavia, essa absoluta subordinação já imposta em degenerescência feminil da amizade; porque, se, no seio deste

---

<sup>23</sup> Isabel de Órleans e Bragança. *De todo coração*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, pp. 82-83.

grande sentimento, se há de o coração dar sem reserva, como dizia Rosseau, a devoção que abstrair da consciência e dignidade, naquele que se dedica, divorcia-se da estima própria, alheando, assim, todos à imitação e ao respeito dos homens. Que diríamos, então, da nacionalidade, que, comovida por um ato de clemência, por um rasgo de generosidade no chefe do Estado, lhe penhorasse para sempre a obediência e os direitos, que se desinvestisse da sua soberania, para o sagrar senhor, e se lhe deitar aos pés, com cão reconhecido às plantas do protetor, cuja mão lhe distribui pasto e vida? (...) Quem derrama luz numa consciência obscurecida, quem civiliza o selvagem, quem doutrina o ignorante, quem restitui ao oprimido o uso da liberdade, - não adquire, por aí, direito de subjugar o homem novo, que lhe saiu das mãos transformado.<sup>24</sup>

Inconformado com a grande manifestação de gratidão que os negros apresentavam à Princesa pela assinatura da Lei Áurea e com o olhar moldado pelos preceitos europeus, Rui Barbosa só encontrava uma explicação para o fato: os negros não sabiam como desfrutar da liberdade alcançada. Encarava a devoção como mau uso da soberania adquirida. Via as atitudes e comemorações dos negros como expressão de um simples servilismo e subserviência. Nas palavras de Rui Barbosa, em outro artigo, “ao manipanso [ídolo africano]grotesco das senzalas, próprio para a gente da África, sucedia o feiticismo da idolatria áulica, digna de uma nação de libertos inconscientes.”<sup>25</sup>

De acordo com a apreciação de Rui Barbosa, os negros estavam dando continuidade ao costume de adorar ídolos. A veneração supersticiosa de ídolos era a prova da incapacidade dos negros de compreenderem e conseqüentemente desfrutarem de sua nova situação. Considerava-os inconscientes devido a sua herança e costumes selvagens. Se por um lado Rui Barbosa estava certo em considerar a atitude dos negros uma continuidade, por outro, não se dava conta de que, ao comemorarem a abolição

<sup>24</sup> Diário de Notícias, 23 de março de 1889. In: Rui Barbosa. Queda do Império: Diário de notícias. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921, tomo I, pp. 189-190.

<sup>25</sup> Ibid. 19 de março de 1889. p. 133.

saudando e enaltecendo a Princesa Isabel, os negros estavam expressando sua concepção de realeza tal como a entendiam na África. Não se tratava, portanto, de uma má compreensão da liberdade, mas de uma maneira diversa, da que Rui Barbosa conhecia, de compreender e comemorar as conquistas. Invertendo-se o olhar, a inconsciência não vinha dos negros, mas do próprio Rui Barbosa que não conhecia, nem compreendia os meandros da cultura africana. Neste aspecto, seu espanto pouco diferia daquele manifestado pela neta da Princesa Isabel. Mas como entender o comportamento dos negros em relação à Monarquia e seus representantes?

#### **A realeza na concepção africana ou o que Rui Barbosa não viu**

Definida como lugar da selvageria e da barbárie, a África permaneceu desconhecida para a maioria dos brasileiros de elite no século XIX. A organização interna de seus povos, seus costumes, suas línguas, suas concepções de família e religião não despertavam grande interesse. De acordo com Robert W. Slenes, “para a (branca) nata dos brasileiros ela permaneceu encoberta.”<sup>26</sup> Pinto Serpa, em suas viagens etnográficas, visitou o reino do Barôze no alto Zambeze, na África. Em seus relatos, afirma ter visto “umas mil pessoas, sentadas no chão em semi-círculo”. Por sua disposição, “deixavam perceber a hierarquia pelas distâncias que estavam do soberano”. Quando chegou ao reino, “o rei Lobossi levantou-se, e logo em seguida os conselheiros

---

<sup>26</sup> Robert W. Slenes. "Malungu, Ngoma vem! África encoberta e descoberta no Brasil." In: Cadernos do Museu da Escravatura, n. 1. Luanda: Ministério da Cultura, 1995, p. 6.

e todo o povo.” Sob o efeito de impacto, Serpa Pinto diz ter trocado cumprimentos e finezas “que mais pareciam de uma Corte europeia do que de um povo bárbaro”.<sup>27</sup>

Mais uma vez o estranhamento vem de um olhar armado pelos moldes da civilização europeia. O viajante português, em vez de encontrar um povo com comportamento semelhante ao dos animais, deparou-se com uma Corte organizada hierarquicamente e que lembrava os modelos europeus com os quais estava acostumado. Como se pode observar, a realeza fazia parte da organização social de muitos povos africanos. Era assim que concebiam sua organização. Tal fato pode ser constatado na organização dos quilombos no Brasil. Quando fugiam, os negros organizavam comunidades sob o governo de um rei e de uma Rainha. Flávio dos Santos Gomes, ao observar as plantas dos quilombos, percebe a existência da casa do rei, localizada no centro das demais. Segundo o autor,

é possível supor que tais 'lideranças' como outras de diversos quilombos brasileiros, principalmente no período colonial podiam se ligar às práticas culturais sócio-religiosas de origem africana. Além do rei guerreiro em várias regiões da África negra prevalecia a atuação do rei-sacerdote e divino, o que proporcionava ao líder religioso alto status. Nos quilombos do Brasil, portanto, tal status recriado, possivelmente podia garantir aos líderes grau máximo de autoridade, pois, além de comandar os quilombolas, podiam exercer papéis religiosos que determinavam as funções vitais da comunidade, seja presidindo as colheitas, seja servindo como mediadores junto aos espíritos ancestrais, muito importantes entre os escravos africanos de grupos lingüísticos Banto.<sup>28</sup>

De acordo com João José Reis, os quilombos constituíam uma das mais importantes formas de resistência coletiva sob a escravidão. Além do líder de Palmares

<sup>27</sup> Serpa Pinto. *Como eu atravessei a África do Atlântico ao mar índico. viagem de Bengueia à Contra-Costa, através de regiões desconhecidas. Determinações geográficas e estudos etnográficos.* 2º vol. Londres: Sampson Low, Marston, Searle e Rivington Editores, 1881, pp. 1-4.

<sup>28</sup> Flávio dos Santos Gomes. “A hidra e os pântanos: Quilombos e mocambos no Brasil. Séculos XVII-XIX.” Tese de doutorado em História. Campinas: Unicamp, 1997, pp. 609-611.

que era chamado rei, "muitos cabeças de levantes intitulavam-se reis e Rainhas, que se faziam aqui ou que reconstituíam algum tipo de autoridade que já exerciam na África." Para o autor, "'Reis' e 'Príncipes' africanos pontilham a história dos escravos trazidos para as Américas." <sup>29</sup>

Conforme Marina de Mello e Souza,

era comum que os africanos e seus descendentes, ao se reorganizarem em comunidades no Novo Mundo e no contexto do escravismo, escolhessem chefes que chamavam de reis, assumindo um termo que era lusitano, mas se adequava a formas de organização política e social básicas nas sociedades africanas, as quais, independentemente de sua complexidade, eram estruturadas em reinos, confederações tribais e tribos independentes. <sup>30</sup>

Segundo Lilia Schwarcz, portugueses e africanos, em seus países de origem tinham o costume de assistir a cortejos reais e procissões. Em algumas nações africanas era comum desde o século XVIII, a cerimônia de coroação de reis locais. <sup>31</sup> Em 1817, Saint Hilaire relata que na aclamação de D. João VI, "os negros, crioulos e africanos, puseram-se a passear pelas ruas; estes fazendo ouvir sua música monótona e cansativa, e os primeiros cantando em tom menos uniforme, coplas em honra ao soberano." <sup>32</sup>

Ao chegarem no Brasil, os africanos não abandonavam suas raízes. E mais, passavam a prestar obediência aos reis e Príncipes portugueses e após a Independência, ao Imperador do Brasil. À primeira vista este fato poderia servir de argumento para aqueles que viam nos negros a incapacidade de tomar consciência de sua posição de dominado. Festejar a aclamação de D. João VI (e outras) significaria que os negros

<sup>29</sup> João José Reis. "Quilombos e revoltas escravas no Brasil." In: *Revista da USP. Dossiê Povo negro - 300 anos*. São Paulo: USP, 1996, n. 28, p. 15 e 32.

<sup>30</sup> Marina de Mello e Souza. "Reis negros no Brasil escravista: história, mito e identidade na festa de coroação de Rei Congo." Tese de doutorado. Niterói. Universidade Federal Fluminense. 1999, p. 253.

<sup>31</sup> Lilia Moritz Schwarcz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. p. 253.

<sup>32</sup> A. Saint-Hilaire. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 152.

seriam alienados quanto à exploração que lhes era imposta pelo domínio português. Mas a conclusão não é tão simples assim. A formação dos estados monárquicos é entendida por alguns autores como um processo endógeno; por outros, como o fruto de uma conquista que permite a um grupo forte (do ponto de vista do armamento militar) sobrepor-se a um povo militarmente mais fraco e explorá-lo. Na África, as duas compreensões são possíveis.<sup>33</sup> Tanto na parte oriental quanto na ocidental, os fundadores das Monarquias eram grupos conquistadores caracterizados pela mobilidade e pela superioridade militar. Para muitos povos, a guerra era o principal modo de produção das organizações políticas. Não havia como sobreviver sem a rapina. Assim, os povos se enfrentavam em guerras e os perdedores transformavam-se em súditos de seus dominadores. Por meio da cerimônia da coroação, o rei, visto como conquistador e usurpador era transformado num rei de natureza sacerdotal, ou mesmo divina. Idéia que encontra-se também no Ocidente cristão. Aquele que trouxe a morte por meio da guerra, torna-se agora portador da vida. O invasor torna-se parte do povo.<sup>34</sup>

Desta forma, os africanos e seus descendentes no Brasil davam prosseguimento, atualizavam e ao mesmo tempo resignificavam suas concepções culturais. Era familiar, aos seus olhos, participar da cerimônia e das festas de coroação de um novo rei. Não se consideravam vencidos. Impondo significados distintos, participavam dos festejos cívicos e das cerimônias promovidas pela Monarquia. Segundo Lilia Schwarcz, nas cerimônias de coroação, nas festas cívicas e nos cortejos imperiais, o Imperador era “saudado com batuques e congadas, manifestações pouco previsíveis na etiqueta da

---

<sup>33</sup> Fernando Gil (coord.) *Enciclopédia Einaudi. Religião-Rito*. vol. 30. Realeza. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994, p. 417.

<sup>34</sup> *Ibid.* pp. 417-422.

corte. Enfim, era difícil separar dois mundos: o catolicismo dos reis portugueses misturava-se a olhos vistos com a religiosidade dos escravos africanos " <sup>35</sup>

De acordo com João José Reis, havia uma "mentalidade monarquista, por assim dizer, circulando entre os negros, que parece ter sido recriação de concepções africanas de liderança, reforçados em uma colônia e depois em um país governado por cabeças coroadas." <sup>36</sup> Além de seus reis, entendidos como autoridades supremas, os africanos trouxeram para o Brasil o costume de coroar reis simbólicos em suas cerimônias religiosas que se misturavam com suas festas populares. Nestas ocasiões, de alguma forma, suas antigas lideranças eram lembradas e homenageadas uma vez que os reis alegóricos, das congadas, cavalhadas e batuques, representavam a autoridade máxima então constituída.<sup>37</sup> Para Lilia Schwarcz, a realeza era retraduzida pelo imaginário popular. Num calendário de festas cívicas e populares interagem "cabeças coroadas": reis "reais" ao lado de reis "imaginados". Nas aparições públicas, nos cortejos reais, procissões e festas cívicas as realezas se encontravam. Nessas ocasiões, a população se acercava do monarca, assistiam aos cortejos e trocavam acenos. Nas festas e procissões populares - como o dia de Reis e a Festa do Divino, as cavalhadas, congadas e batuques, o entrudo ou o carnaval - era a vez de outros reis e Rainhas contarem "histórias diferentes desta terra, de sua população e de seu destino." Nas congadas, eram coroados os reis negros. Por algumas horas, os conflitos eram suspensos e as autoridades de diferentes ordens eram congregadas. As relações entre padres, pais-de-santo, senhores e seus cativos eram reinventadas no espaço das festas. <sup>38</sup>

<sup>35</sup> Lilia Moritz Schwarcz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos* pp. 260-261.

<sup>36</sup> João José Reis. "Quilombos e revoltas escravas no Brasil." In: *Revista da USP*. Dossiê Povo negro - 300 anos p. 32.

<sup>37</sup> Lilia Moritz Schwarcz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. p. 15.

<sup>38</sup> *Ibid.* pp. 248-249.

Na festa de Nossa Senhora do Rosário ocorria anualmente a congada que era a eleição do rei do Congo. No entanto, não se tratava de uma representação direta do reino do Congo. Segundo Célia Borges, tratava-se de uma “representação do novo grupo reconstruído na situação colonial.” No Brasil, a figura do rei era essencial como autoridade nas irmandades do Rosário, compostas por etnias distintas. A escolha de um rei e o reconhecimento de sua autoridade passavam por um processo de trocas simbólicas entre sistemas culturais distintos. “Ao vestir o manto e empunhar o cetro, sentando-se no trono, o rei era reconhecido como tal e reinava sobre os 'súditos', pois estes o apoiavam.” Tanto em Portugal quanto na África as congadas apresentavam dramatizações da luta entre reinos rivais. Ao ser apropriada e trazida para as irmandades mineiras, as congadas passaram a dramatizar situações de combate entre negros, índios e brancos onde os negros eram os vencedores por gozarem da proteção de Nossa Senhora do Rosário. Desta forma, os irmãos construíam “uma linguagem simbólica que, inversamente ao vivido, afirma a superioridade dos negros sobre os demais grupos.” A realeza, na festa, assumia simbolicamente a função de integrar as diferenças.<sup>39</sup> Segundo a autora, a festa suspendia de maneira provisória a experiência concreta dos sujeitos. Ao dramatizarem a coroação do rei nestes eventos, os negros buscavam a integração das diferenças por meio da realeza. Suspendendo simbolicamente o conflito buscavam a harmonia, um valor inerente a sua cultura. Por meio da festa, o negro invertia “simbolicamente a sua condição de escravo, de forro e oprimido, e entrava em

---

<sup>39</sup> Célia Aparecida Rezende Maia Borges. “Devoção branca de homens livres: as irmandades do Rosário em Minas Gerais no século XVIII.” Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998, pp. 207-221.

um novo tempo, o do encontro e do aconchego; momento em que o grupo de irmãos se tornava forte pela convivência ritual.”<sup>40</sup>

Segundo Robert W. Slenes, a maioria dos escravos importados para o Sudeste do final do XVIII até 1850 vieram das sociedades falantes das línguas banto. Isto é, vinham de sociedades situadas na África Central, especialmente da região da Angola e Congo-Norte. Segundo o autor, novos estudos têm identificado certos paradigmas ou pressupostos básicos nas esferas da família e religião dos povos desta região e não uma grande heterogeneidade como se pensava. Os valores ligados a estas esferas estariam associados ao conceito de ventura-desventura, ou seja, "a idéia de que o universo é caracterizado em seu estado normal pela harmonia, o bem-estar e a saúde, e que o desequilíbrio, o infortúnio e a doença são causados pela ação malévola de espíritos ou pessoas, freqüentemente através da feitiçaria.”<sup>41</sup> Dentro deste paradigma (ventura/desventura), o alcance das metas culturais depende da manutenção de um estado de pureza ritual, associado especialmente à dança, à música e ao transe. Por meio das cerimônias, os símbolos estrangeiros deveriam ser reinterpretados e incorporados.<sup>42</sup> Somente assim, um novo ciclo de fortuna e felicidade poderiam emergir. O importante é que neste processo a antiga religião, bem como suas crenças e concepções, não eram abandonadas. Antes, eram re combinadas e associadas aos símbolos 'estrangeiros'.

Como vimos, a formação de Monarquias africanas estava associada a um processo de conquistas militares em que o rei vencedor, por meio da coroação, passava

<sup>40</sup> Ibid. p. 236.

<sup>41</sup> Robert W. Slenes. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 142-143.

<sup>42</sup> <sup>42</sup> Robert W. Slenes. "Malungu, Ngoma vem! África encoberta e descoberta no Brasil." In: Cadernos do Museu da Escravatura, n. 1 pp. 14-15. O autor baseia-se nos estudos de: Joseph Miller. Way of death. Madison, 1988, caps. 4 e 5. Wyatt Gaffey. "Lineage structure, marriage and family amongst the Central Bantu" e Anne Hilton. "Family and kinship among the Kongo South of the Zaire River from the Sixteenth to the Nineteenth Centuries." In: Journal of

de invasor e usurpador a um rei de natureza divina, aceito como um representante legítimo da comunidade vencida. Acredito que esta lógica informava o percepção dos negros em relação à Monarquia e seus representantes no Brasil. “Vencidos” na África, eles eram escravizados e trazidos para o Brasil. Tornavam-se súditos de um novo rei, com quem deviam identificar-se e prestar obediência. Aqui chegando, no entanto, eram submetidos a novos “governos”. Dentro das fazendas, permaneciam sob o comando dos feitores e senhores de escravos que lhes presenteavam com um cotidiano recheado de violência e exploração. Sentiam na pele o sofrimentos decorrentes de seu infortúnio e desventura. As festas serviam assim para recriarem um estado de pureza ritual. Realizando suas festas religiosas ou participando de cerimoniais e festas cívicas, encontravam a possibilidade de recriar simbolicamente um estado natural de harmonia e equilíbrio.

Em sua concepção, como vimos, a retomada da harmonia e a conquista de objetivos passavam necessariamente pela incorporação de símbolos e valores estrangeiros. O Imperador visto como um governante divino certamente era incorporado nas esperanças que nutriam pelo alcance da liberdade. A submissão a um novo governante não implicava no abandono do antigo. Muitos reis, Rainhas e Príncipes africanos eram escravizados e vendidos juntamente com seus súditos como escravos comuns. Mas em solo brasileiro, como diz o ditado popular, “quem já foi rei nunca perde a majestade”. Aqui, os negros continuavam a prestar obediência a seus soberanos antigos estejam eles presentes fisicamente ou não. Em solo brasileiro, os herdeiros reais continuavam a ser tratados com reverência e distinção. Este era o caso de D. Obá II,

estudado por Eduardo Silva.<sup>43</sup> Por outro lado, D. Pedro II era visto como um benfeitor. Comutava penas de morte em galés perpétuas e em suas viagens pelas províncias do Império sempre alforriava escravos como demonstração de suas intenções abolicionistas.

44

Em sua “guerra” cotidiana contra a escravidão, os escravos viam nos senhores os inimigos de uma luta que se travava diariamente no convívio com seus opressores. Sua aproximação com o Imperador, no entanto, dava-se somente em ocasiões especiais, geralmente festivas. Eram momentos em que podiam vivenciar seus sonhos de modo simbólico. Como vimos, nas congadas realizadas em Minas Gerais, os negros representavam sua vitória sobre índios e brancos. Tradicionalmente, esta festa dramatizava a vitória dos cristãos sobre os mouros que ao final convertiam-se ao cristianismo. Na dramatização, o Rei do Congo representava o Rei dos Cristãos. Segundo Lilia Schwarcz, a congada representava um questionamento acerca da constituição de uma nação brasileira. Além de opor colonizados e colonizadores, representava também o encontro de dois povos. Na festa, duas nações se encontravam numa espécie de conflito e negociação por uma hegemonia cultural. Ao final, a conversão ao cristianismo era certa como também o predomínio político europeu. Para a autora, como no reino da cultura a lógica é diversa, “o resultado revela uma dinâmica que não repete a mesma história da dominação política. Afinal, todos se convertem ao cristianismo, mas o conversor é o rei do Congo, o que de alguma maneira garante uma vitória e uma memória africanas.”<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> Eduardo Silva. *Dom Obá II D'Africa, o Príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. p. 16.

<sup>44</sup> Leopoldo Bibiano Xavier. *Revivendo o Brasil Império*. São Paulo: Artpress, 1991, pp. 85-88.

<sup>45</sup> Lilia Moritz Schwarcz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. p. 275.

Considerando-se o paradigma banto e os valores decorrentes da visão de mundo pautada no complexo cultural ventura/desventura, podemos acrescentar que nas coroações simbólicas dos reis e Rainhas realizadas pelos negros em suas festas religiosas no século XIX estavam em jogo um importante processo de construção da nacionalidade brasileira nos moldes africanos. Na festa, a conversão de todos ao cristianismo era encabeçada por uma liderança africana. Curiosamente os negros eram vencedores porque contavam com a proteção de Nossa Senhora do Rosário, uma santa branca, que em determinadas ocasiões era pintada de preto pelos negros. Brancos e negros eram assim integrados no ritual religioso. Nos sonhos e expectativas dos negros, criava-se a possibilidade de construção de uma grande família em que os conflitos e diferenças eram neutralizados e os estrangeirismos incorporados. Tudo sob a proteção de uma santa.

De acordo com Célia Borges, “na história mítica eles eram os vencedores, porque eleitos de Nossa Senhora. Vivenciando o acontecimento festivo, resgatavam o mito do aconchego de uma mãe protetora.”<sup>46</sup> Os conflitos entre os diferentes grupos eram resolvidos simbolicamente. Os negros, nas congadas, expressavam a expectativa de uma liberdade futura, quando sua felicidade seria restabelecida. Esta deveria ser alcançada após a resolução do conflito e coroada com a benção de uma santa protetora, que identificando-se com os anseios dos negros, promoveriam a paz entre os grupos rivais. O caminho era a incorporação de novos valores aos já existentes. Ao final da guerra, os povos perdedores e vencedores, bem como seus referenciais culturais seriam incorporados sob o manto do governante vencedor. Este, a partir de sua coroação, perderia o caráter usurpador para transformar-se num promotor da justiça coletiva.

---

<sup>46</sup> Borges. “Devoção branca de homens livres: as irmandades do Rosário em Minas Gerais no século XVIII.” p. 235.

Identificando-se com o povo reunido, reinaria de modo a ordenar e administrar as diferenças.

Certamente as concepções africanas favoreceram não só a legitimidade do regime monárquico entre os negros, como também possibilitaram a neutralização de conflitos maiores. Em suas revoltas, os negros expressavam seu descontentamento contra seus senhores, feitores ou policiais que os perseguiram, mas não chegavam a pensar em derrubar a Monarquia, embora esse temor estivesse presente no horizonte das elites imperiais. Como vimos, ao conquistarem sua liberdade nos quilombos, organizavam-se sob o governo de um rei. De acordo com Eduardo Silva, os negros viam o Imperador, a Imperatriz e a Princesa como pessoas sagradas. Encaravam-nos como “deuses da nação brasileira” e, em sua compreensão, entendiam os ataques ao regime monárquico como inveja.<sup>47</sup> Um governo republicano não estava no horizonte de seus sonhos.

### **Isabel: a “Redentora” esperada**

*Eu pisei na pedra,  
pedra balanceou.  
Mundo tava torto,  
Rainha endireitou.*

Canto de negros no pós-abolição<sup>48</sup>

Certamente a simpatia dos negros pela Princesa Isabel e pelos demais membros da Família Imperial não podem ser explicadas como uma veneração inconsciente e grotesca como pensava Rui Barbosa. Antes, levando-se em consideração a concepção de realeza trazida pelos africanos, bem como seus sonhos e expectativas baseados no visão

<sup>47</sup> Silva. *Dom Obá II D'Africa . o Príncipe do povo*. p. 133.

<sup>48</sup> Citado por Stanley Stein. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 310.

de mundo expressa pelo complexo cultural ventura/desventura é que devemos procurar entender a explosão de apreço manifestada pelos libertos por ocasião da abolição.

Em uma entrevista coletada por Gilberto Freire, Dona Maria Vicentina de Azevedo Pereira de Queirós, aristocrática, nascida em São Paulo no ano de 1868 relata:

Foi com grande alegria que recebi a notícia da abolição e, em São Paulo, onde residia, assisti às grandes festas que fizeram na data de 13 de maio. Armaram grandes coretos nas ruas principais a ao som de bandas de música os escravos dançavam e cantavam, dando vivas e mais vivas à Princesa Isabel, a “Redentora”.<sup>49</sup>

Ao dançarem, os negros festejavam a concretização do sonho de liberdade que simbolicamente haviam vivenciado durante as festas no tempo do cativo. O que antes só era representado por meio de dramatizações, agora tornara-se realidade. Nas festas em comemoração da abolição, demonstravam grande satisfação pois imaginavam estar retomando, não apenas simbolicamente, mas concretamente a harmonia e o equilíbrio natural, que lhes havia sido tirado pela desventura e pelo infortúnio. No canto dos negros, este aspecto fica evidente. Com grande alegria entoavam “Eu pisei na pedra/pedra balanceou”. O estado de pureza, harmonia e bem-estar original estavam comprometidos. Seu “mundo estava torto”. Acreditavam que a recriação simbólica deste estado de pureza por meio de rituais e festas onde a figura do rei estava sempre presente, possibilitava agora o alcance de suas metas. Assim, a instabilidade e o desequilíbrio de seu mundo a “Rainha endireitou”. A ação da Regente confunde-se assim com uma atitude divina. Como uma santa abençoa seu povo, livrando-lhe do estado de miséria.

---

<sup>49</sup> Gilberto Freyre. *Ordem e progresso*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 1990, p. 359.

Conforme o relato de Alberto de Carvalho, “a alegria dos libertos dominava as festas com a irradiação da alma até então abatida dos escravos e que ressurgia naqueles dias, como novo Lázaro levantando de um sepulcro muitas vezes secular.”<sup>50</sup> A imagem religiosa era utilizada para demarcar a ruptura entre dois tempos. Com a abolição, enfatizada como fruto da ação benéfica e doadora da Princesa, os negros renasciam para uma nova era. A Princesa passou a ser considerada “Redentora” da “raça” africana. Como Cristo, proporcionara a libertação dos cativos e os incorporava como filhos de uma mesma família. A salvação dos perdidos estava consumada por um ato de entrega e amor incondicional. Na formação da imagem de Isabel como “Redentora” dos escravos e libertadora de um povo são associados aspectos da religiosidade e cultura africana com a concepção cristã de salvação. A imagem de Isabel é composta, assim, de duas matrizes de discursos distintos, resignificadas na construção de uma nova representação. Uma representação que buscava também construir uma nacionalidade a partir da integração das diferenças entre os povos formadores da nação. A idéia de ruptura entre dois tempos tinha assim a intenção de apagar a lembrança de um passado marcado pela violência e pela exploração de brancos sobre negros .

A abolição, foi carregada de um sentido especial para os negros na medida em que possibilitou uma melhor expressão de seus valores culturais, ao mesmo tempo em que abriu as portas para o estreitamento dos laços de solidariedades entre eles. Segundo Maria Cristina Cortez Wissenbach,

mescladas em diferentes níveis com elementos de procedências diversas, apresentando peculiaridades regionais relativas às diversas nações africanas aqui aportadas, as formas de associação cultural foram mobilizadas por ocasião da Abolição,

---

<sup>50</sup> Alberto de Carvalho. *Império e República ditatorial*. Rio de Janeiro: Imprensa Mont'Alverne, 1891, pp. 15-19.

constituindo esteio de vínculos de sociabilidade fundamentais para a reorganização dos libertos nas diferentes situações sociais pelas quais optaram ou às quais foram compelidos.<sup>51</sup>

Por meio da exaltação da figura de Isabel, canalizavam-se lealdades distintas em torno de uma mãe protetora. Assim como a Nossa Senhora do Rosário, Isabel identificava-se como a responsável pela vitória dos negros e pela incorporação dos demais grupos. Sob seu manto, brancos, negros e índios eram acobertados. A construção da nação completava-se neste grande momento de patriotismo. A obra, iniciada em 7 de setembro de 1822 por D. Pedro I, era agora completada pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888. Ambos eram atos curadores e libertadores. Constituíam-se momentos importantes de formação da nação.

O modo pelo qual os negros vivenciaram a abolição e interpretaram a ação da Princesa favoreceu a construção de uma imagem monarquista do fim do cativeiro. Valendo-se dos referenciais transplantados da África para o Brasil, a idéia da abolição como redenção dos negros ganhou grande visibilidade. Assim, a imagem dos negros como meros receptores da benção de Isabel tornou-se corrente, obscurecendo um passado de lutas contra a escravidão. Lutas que os africanos e seus descendentes enfrentavam diariamente, conduzindo-se por uma compreensão própria da liberdade e da maneira de alcançá-la. O que para muitos transparecia como sinônimo de fraqueza e submissão era na verdade um modo próprio de alimentar e vivenciar o sonho de liberdade.

---

<sup>51</sup> Maria Cristina Cortez Wissenbach. "Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível." In: Nicolau Sevcenko. História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 86-87.

Na luta entre “reinos” e domínios sua liberdade foi conquistada pelas mãos de uma Princesa. Ao final da luta, Isabel foi coroada Rainha e a paz estabeleceu-se entre os grupos. No entanto, a Princesa não chegou efetivamente a reinar. Em outra “guerra” foi destronada por seus inimigos republicanos e exilada para um país distante. Experiência nada desconhecida pelos seus súditos. Ao perder o trono, completava a obra da redenção: sacrificava-se pelos seus, como Cristo no Calvário. Nas quadrinhas cantadas por crianças brasileiras era comum ouvir-se os seguintes versos:

Princesa Dona Isabel  
Mamãe disse que a Senhora  
Perdeu seu trono na terra,  
Mas tem um mais lindo agora.

No céu está esse trono  
Que agora a senhora tem  
Que além de ser mais bonito  
Ninguém lho tira, ninguém.<sup>52</sup>

A Princesa não foi esquecida nem abandonada. Mesmo não alcançando o trono, permaneceu sendo coroada nas inúmeras festas que comemoram a abolição da escravidão. As congadas ainda são realizadas em muitos cantões do Brasil e nelas os reinos prosseguem se enfrentando. Suas apresentações se dão nas festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito ou no dia 13 de maio. Dia que também tornou-se uma data importante no calendário do candomblé e da umbanda.<sup>53</sup>

### **Das flores trancadas sobe o perfume: a ressurreição**

Enquanto a Princesa permanecia exilada na França, representações distintas a seu respeito circulavam no Brasil em diferentes espaços. Por um lado, do ponto de vista

---

<sup>52</sup> Leopoldo Bibiano Xavier. Revivendo o Brasil Império. p. 168.

oficial, as comemorações do 13 de maio pelo regime republicano buscavam sepultar a imagem da “Redentora”, promovendo uma política do esquecimento. Do outro, nos espaços reservados às manifestações culturais negras, sobrevivia a imagem sacralizada de Isabel. Tais percepções da figura da Princesa circulavam em espaços distintos e eram forjadas de acordo com as expectativas dos grupos que as sustentavam.

Como é de praxe em qualquer regime político, os republicanos prosseguiram celebrando a proclamação da República no Brasil e seu marco fundador. O dia 15 de novembro seguia anualmente sendo comemorado, por meio de desfiles e passeatas cívicas, como data gloriosa em que, por meio de uma revolução pacífica e patriótica, tinha-se alcançado uma nova era de progresso. No entanto, em 15 de novembro de 1921, tiveram que repartir aquele dia de festas oficiais com o luto pelo falecimento de Isabel, aos 75 anos, em seu exílio na França.

A morte da Princesa provocaria modificações nas interpretações republicanas da abolição. Diante de uma possível comoção nacional, não era mais possível negar um lugar de destaque para Princesa, ao mesmo tempo em que não se podia exaltá-la como ilustre monarquista. Tendo falecido em Paris, no dia 14 de novembro, os jornais brasileiros noticiavam no dia 15 o fato emprestando novas cores à figura de Isabel.

Em artigo intitulado “D. Izabel, Condessa d’Eu” o *Jornal do Comércio* lamenta seu falecimento. Em suas considerações o autor apresenta uma pequena biografia da Princesa. Em seguida, faz uma descrição de suas características físicas. A figura apresentada chega a ser tão idealizada em suas características físicas e psicológicas que não parece humana. Após um período de trinta e três anos no exílio, o autor, embora inicie o artigo esforçando-se por apresentar Isabel em sua idade atual, como uma

---

<sup>53</sup> Juana Elbein dos Santos. “O negro e a abolição.” In: *Revista de Cultura*, n. 3. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 9.

senhora idosa que passou o resto de seus dias a rezar pelo país que a expulsara, confessa que na memória dos brasileiros Isabel não envelhecera. Antes, havia se perpetuado, ligando seu nome à assinatura da lei que extinguiu a abolição no Brasil. Apresenta-a em seu esplendor histórico, no auge de maturidade, tal qual havia sido preservada na memória coletiva. Entre as diversas considerações do artigo, destacam-se as seguintes:

O povo brasileiro conservou D. Isabel no esplendor de seu tipo histórico. (...) A impressão geral era que ela mantinha o vigor de seus esplêndidos quarenta anos. Apesar de todos os retratos recentes, o povo viu sempre na imagem da “Redentora”, a maturidade e a saúde.(...) Cristã mais por sentimento do que por educação, a nobre senhora repugnava ver homens escravos de seus irmãos. Por isso sempre auxiliou os libertos e os abolicionistas e no seu devotamento à causa da liberdade chegou a ajudar materialmente a ação direta dos dissolvidores do regime servil. (...) O seu sentimento cristão, humano e patriótico obscureceu na sua alma entusiasta as noções da realidade política. (...)As alusões ao sacrifício do trono eram frequentes nos discursos. D. Isabel, mais impulsiva que seu pai não atendeu aos anúncios (...) Hoje a nação inteira lamenta a morte da grande patrícia, da excelsa Princesa que preferiu sacrificar o trono a sair de seu dever de cristã, de liberal e de brasileira. (...) O Brasil precisa glorificar a “Redentora”, que foi no exílio tão prudente como impulsiva foi no trono para exercer sua missão salvadora. (...) No estrangeiro e continuou a acompanhar a vida do Brasil com simpatia e interesse. (...) De fato, todos os dias rezava pela prosperidade do Brasil. Assim, a morte da excelsa senhora que foi uma grande estadista desinteressada e que no exílio foi de incomparável prudência deve ser lamentada no Brasil como uma grande perda.<sup>54</sup>

O interessante é notar que a imagem de Isabel que aparece em sua descrição é a de uma mulher caridosa, cristã, humanitária, desinteressada pelo poder e que, acima de tudo, preferiu perder o trono para assim completar o desejo maior de seu coração. Nas

---

<sup>54</sup> Jornal do Comércio, 15 de novembro de 1921.

palavras do autor, “seu sentimento cristão, humano e patriótico obscureceu na sua alma entusiasta as noções da realidade política.” A Isabel descrita pelo jornal está acima e ao mesmo tempo fora dos interesses monárquicos. A justificativa para sua intervenção a favor da abolição está no seu caráter devotado e não em sua ação política. O trono, elemento que representava seu interesse individual, foi trocado por um ato de caridade que atingia a toda uma coletividade de oprimidos. Sua imagem no exílio é a de extrema coerência com sua personalidade caridosa, não se esquecia do Brasil pelo qual rezava todos os dias. A ênfase em sua personalidade religiosa maior do que seu interesse político aparece como uma desvinculação de sua imagem da Monarquia, elemento de menor interesse. Embora essa ligação tenha desaparecido dos artigos de jornais e compêndios de História até o ano de 1921, o mesmo não ocorreu na memória dos brasileiros, sobretudo dos mais velhos que presenciaram ou de alguma forma estiveram envolvidos com a efusão de festas e celebrações decorrentes da abolição da escravidão em 1888.

Mas em relação aos mais novos, que não presenciaram o 13 de maio e suas conseqüências, que idéias tinham de Isabel ? Ou melhor que idéia deveriam ter? Como deveriam interpretar a ação da Princesa em relação ao fim da escravidão? O *Jornal do Brasil*, ao noticiar a morte de Isabel tece alguns comentários a esse respeito. Diz o texto:

De certo que outras gerações é que a haviam adorado. E o tempo passou com sua pressa e com suas destruições e veio outra gente, com outra alma, outra mentalidade e um desprezo completo pelo passado. Era a mocidade e essa ignorava a glória de Isabel, a “Redentora”. Felizmente, porém, das flores trancadas sobe o perfume que nos encantou e nos fez erguer a cabeça e sorrir, no orgulho de um nobre passado. Muito se tem escrito da abolição, mais ainda não se fez o trabalho necessário de divulgar amplamente os seus episódios e a sua significação. (...) Isabel

ligara seu nome a três etapas decisivas do abolicionismo. Ela que promulgara a Lei do Ventre Livre com o Ministério Rio Branco, ela ainda que promulgara a Lei de alforria dos Sexagenários, ela finalmente que promulgara, a 13 de maio, com o Gabinete João Alfredo, a definitiva abolição da escravatura, e por tudo isso, lhe deram com justiça o título de “Redentora”. (...) Saibamos honrar Isabel, a “Redentora”, cultuando-a carinhosamente, prestando-lhe as homenagens que lhe devemos. (...) Seríamos péssimos patriotas se não soubéssemos ser gratos à Princesa Generosa, à Isabel, a “Redentora”, àquela que foi na sua existência uma constante irradiação de bondade. (...) A Princesa Isabel era querida do povo e sobretudo dos pobres que ela socorria, o mais das vezes ocultamente. No Palácio Guanabara davam-se mensalmente vultuosas esmolas que a imprensa não noticiava por que eram conservadas em segredo. Só os beneficiados pelas mãos da Princesa é que a bendiziam e que nas suas orações não cansavam de pedir aos céus benesses e ventura para ela. Mãe extremosa, educava os filhos com todo o carinho, dando-lhes bons mestres e obrigando-os ao estudo severo.<sup>55</sup>

Mais uma vez Isabel aparece como Princesa caridosa e humanitária, digna de eterna gratidão dos brasileiros. Uma santa que merece ser cultuada e venerada. Afastando-a de seu caráter político, destaca-se sua bondade e prontidão em socorrer aos pobres, dando-lhes esmolas numa demonstração antecipada da doação maior que viria a concretizar em 13 de maio. No lugar de sua atuação política aparece a característica de mãe carinhosa e dedicada. Reclama-se ainda a necessidade de se rever a interpretação da abolição e de apresentar a “Redentora” às gerações mais novas que não a conheceram. De forma equivocada o autor do artigo atribui à Isabel a participação na promulgação da lei dos sexagenários. Era preciso colocá-la em seu merecido lugar na história do Brasil e da abolição. Era preciso extraí-la da memória para aprisioná-la na História. Em um lugar de caráter sagrado e não político. E, neste aspecto, nada melhor do que um museu para imortalizar a Princesa Isabel, que depois de tantos anos aparece mais divinizada

---

<sup>55</sup> Jornal do Brasil. 15 de novembro de 1921. Grifos meus.

do que antes, graças aos próprios republicanos que, após a sua morte, embalados no impacto que aquele momento trazia, buscaram reforçar o mito, esgotando-o pelo excesso.

A morte da Princesa reacendeu, por meio de uma série de homenagens, a figura de Isabel e sua representação como “Redentora” dos escravos. A inauguração de uma galeria de belas artes do Museu Mariano Procópio (MG), em 1922, teve como uma das solenidades maiores a inauguração do busto da Princesa, que passava a ser exposto como peça de museu.

Conforme se tem noticiado, inaugurar-se-á no dia 13 do corrente mês, sábado próximo, a galeria de belas artes do Museu Mariano Procópio, no parque do mesmo nome, filantropicamente doado á municipalidade por seu proprietário, Sr. Dr. Alfredo Ferreira Lage, filho do grande mineiro comendador Maria Procópio Ferreira Lage. Para essa solenidade estão sendo convidadas altas mentalidades brasileiras, realizando-se a inauguração sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O programa da solenidade obedecerá a seguinte ordem: 1º abertura das galerias com a chave comemorativa, de ouro, estilo Renascença, primoroso trabalho artístico da importante ourivesaria Luiz de Resende, do Rio de Janeiro; 2º, bênção das galerias pelo rvd. 3º, saudação feita pelo representante da Câmara Municipal ao Instituto Histórico e Geográfico e a seu orador oficial; 4º, discurso official do Sr. Max Fleiuss, primeiro secretário do referido Instituto; 5º, inauguração dos bustos de Isabel, a “Redentora”, e de sua alteza o Sr. Conde d’Eu; 6º, finalmente, inauguração da placa comemorativa da inauguração das galerias. Os bustos dos Condes d’Eu foram feitos pelo notável escultor Rodolfo Bernadelli e são a reprodução em bronze dos bustos em gesso feitos em 1888, no ano da abolição, tendo sido fundidos na grande fundição Cavina, do Rio de Janeiro. É um primoroso trabalho de arte. A imprensa está convidada a visitar as galerias na próxima sexta-feira, das 2 ás 4 horas da tarde.<sup>56</sup>

---

<sup>56</sup> O Pharol, 10 de maio de 1922.

O acontecimento solene contou com a presença de membros ilustres do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Padre Superior da Ordem dos Redentoristas, que abençoou o local. Com a presença dos guardiães da história do Brasil e de um padre, imprimia-se ao ambiente, ao acontecimento e aos objetos expostos, um aspecto histórico e religioso, parâmetros que serviriam para envolver a figura de Isabel em sua fase de ressurreição. Assim como os bustos em gesso da Princesa e do Conde d'Eu ganhavam sua versão em bronze, também a imagem de Isabel desaparecida ou desmerecida na imprensa e nos manuais escolares reaparece de modo celebrativo após a sua morte.

Na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, espaço onde a celebração da 'Lei Áurea' e a exaltação de Isabel nunca deixaram de ser realizadas desde 1888, houve uma programação especial. Uma missa foi rezada pelas almas dos cativos e outra pelas almas de João Alfredo e dos abolicionistas falecidos, com destaque para Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio. No evento, após os discursos do Arcebispo do Rio de Janeiro e do abolicionista Agostinho Reis, foi inaugurada uma tela que retratava a Princesa Isabel no ato de assinatura do decreto de abolição.<sup>57</sup> A Princesa e os abolicionistas, assim como Cristo e seus discípulos, eram homenageados naquele espaço religioso, onde ganhavam um revestimento cívico religioso de uma irmandade negra.

Alberto de Assis, em obra intitulada *Vultos e datas do Brasil* incorpora a Princesa como um vulto nacional por ter colocado os interesses da pátria acima do trono. Por esse motivo deve ser glorificada. A caridade acima da política. O 13 de maio de 1888, é interpretado como “a sua coroa de mártir, e também o maior florão de sua

---

<sup>57</sup> Jornal do Comércio. 13 de maio de 1922.

glória.”<sup>58</sup> Como peça e museu ou como grande vulto nacional, a representação da Princesa “Redentora” ressuscita. Como Cristo nesta fase, menos humana e mais divina, cercada de uma auréola de glória suas pretensões políticas são esquecidas. Em seu lugar emergem a abnegação e o sacrifício do trono como valor maior de sua personalidade. Isabel, ao falecer no exílio, volta à cena principal, mas sofre modificações em seu papel.

Em uma peça rádio-teatral intitulada “Isabel, a “Redentora””<sup>59</sup> e apresentada pela Rádio Copacabana, ouvia-se em 1959 o seguinte diálogo:

Locutor: Com este prefixo, mais uma vez em seus receptores, a Rádio Teatro Copacabana, que apresenta a vida dos grandes homens, dos construtores do progresso da humanidade numa promoção cultural da União Educacionista do Brasil. Narrador: Durante o ano de 1888, a Corte esteve em permanente observação, por causa do movimento abolicionista que se alastrava. (...) A Princesa Isabel, então com 42 anos, era Regente do Império do Brasil. Isabel era uma figura querida, em vista de suas virtudes cristãs, da sua bondade, da pureza ilibada de sua vida. Possuía uma vontade férrea e, embora de grande doçura, jamais se dobrava diante das imposições, guiando-se unicamente por sua consciência, moldada segundo os princípios evangélicos.<sup>60</sup>

Na apresentação da peça, o locutor deixa transparecer a visão que já havia se tornado corrente: o caráter da Princesa, marcado pela bondade cristã, pela doçura e pela caridade. Sua conduta teria por base os princípios cristãos que a norteavam. Entre os diversos diálogos, pode-se perceber, na fala da personagem, um discurso em que o interesse pelas questões políticas fica relegado a um segundo plano. No diálogo transcrito abaixo, Isabel é informada pelo marido de um pedido do Marechal Deodoro da Fonseca. Tratava-se de uma solicitação para que o Exército não mais fosse chamado a

<sup>58</sup> Alberto de Assis. Vultos e datas do Brasil. p. 275.

<sup>59</sup> Carlos Juliano Torres Pastorino. Peça rádio-teatral em 1 ato. 1959, pp.1-20.

<sup>60</sup> Ibid.

capturar escravos fugidos. Ao saber da posição do militar, diz a personagem que representava a fala da Princesa:

Isabel: Talvez seja interessante chamá-lo [Marechal Deodoro] ao Paço, para uma conferência e conciliarmos a coisa de forma a não chocar ninguém.

Conde d'Eu: E vai dar-lhe razão?

Isabel: Integral! Toda razão! O Exército não foi criado para caçar negros fugidos no mato! (...)

Conde d'Eu: Mas pondere, Isabel, que a situação não está nada calma. Desde a partida de D. Pedro II, as coisas pioraram muito.

Isabel : Não sei se pioraram ou se melhoraram para os pobres cativos.

Conde d'Eu: De qualquer forma, creio que a lei do ventre livre, de 28 de setembro de 1885, já é suficiente para que a escravatura tenha seu termo. É uma questão de tempo maior ou menor. Aguardemos os acontecimentos com mais calma, porque o trono vacilaria com uma abolição repentina.

Isabel : Não sei. Mas mesmo que me custe o trono, sou favorável à extinção imediata do cativeiro. (...)

Conde d'Eu: Recebemos comunicação de Nabuco que, quando em audiência com sua santidade o Papa Leão XIII, este lhe pediu que transmitisse a você uma solicitação toda especial, para abolir a escravidão no Brasil .

Baronesa: Ah! Isabel , que maravilha!

Isabel : O Papa pediu isso, Gastão?

Conde: Pediu.

Isabel : Então, não posso desobedecer. Mais forte se torna minha posição <sup>61</sup>

Isabel aparece como uma boa cristã que, de tão caridosa, não se importava com sua posição política. Era favorável ao Exército e a Deodoro que mais tarde a trairia. Religiosa e piedosa ao extremo atendia de pronto a voz do Papa. As razões cristãs e humanitárias eram mais fortes do que as razões de Estado. Sacrificou-se por amor à Pátria, entrava assim no rol dos construtores do progresso, panteão de heróis nacionais. Sua personalidade antes caracterizada por uma enorme sabedoria política baseada nos

---

<sup>61</sup> Ibid. pp. 13-16.

valores cristãos em prol da igualdade civil entre os homens, reaparece como fundamentalmente caridosa e benevolente a ponto de doar-se em favor dos oprimidos. Seu caráter divino e místico é acentuado. Integra-se assim na história da construção da nacionalidade brasileira por ter proporcionado a fraternidade entre negros e brancos, contribuindo para a afirmação da imagem do paraíso racial no país.<sup>62</sup> Acima dos partidarismos estão os heróis no panteão cívico nacional. Suas cores políticas são diminuídas diante de seus grandes feitos como heróis cívicos.

### **A Ascensão da “Redentora” ao panteão cívico: entre adoradores e iconoclastas**

Após a ressurreição da “Redentora” como construtora de nossa nacionalidade era preciso integrá-la em seu altar. A pátria não poderia ficar sem o seu totem cívico. Neste sentido, é que retornaram ao país em 1953, os esquifes do casal d’Eu, recebidos pelo Presidente Getúlio Vargas. Expostos na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro à visitação pública, lá permaneceram como verdadeiros monumentos sacralizados até 1971, ano do centenário da Lei do Ventre Livre, quando os esquifes foram expostos na Igreja do Rosário no Rio de Janeiro, sede da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos e, em seguida, conduzidos à Catedral de São Pedro em Petrópolis, juntando-se aos túmulos do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina.

Na irmandade, a presença dos esquifes causou reações adversas, noticiadas pelo *Jornal do Brasil* de 13 de maio de 1971, data em que houve a transladação dos restos mortais. Relatou o periódico:

---

<sup>62</sup> A respeito da construção da memória do paraíso racial brasileiro ver: Celia Maria Marinho de Azevedo. “Abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro”. In: *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*. n. 30,

Quando os esquifes com os despojos da Princesa Isabel e do Conde d'Eu foram colocados sobre os carros blindados do Exército iniciando o cortejo, centenas de lenços brancos se agitaram no ar e os sinos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário começaram a dobrar, tocando por 10 minutos, até que os ataúdes desaparecessem na esquina da Rua da Assembléia. Acompanhada por dois filhos, D. Isaura Maria Gonçalves, de 96 anos, filha de escravos, saiu de casa ontem, após quase seis meses sem ir à rua *"para se despedir para sempre da Princesa e de seu marido."* À porta da Igreja quando o cortejo saiu, D. Isaura chorou: *"Que Deus a abençoe e a proteja sempre, assim como ela nos protegeu em vida. Adeus, minha Princesa."* Às 10 horas, precisamente, o juiz da Irmandade do Rosário, o Sr. Abdical Bahia, começou a alocução de despedida dos despojos da Princesa Isabel e do Conde d'Eu. Falando em nome da Irmandade e dos homens de cor o provedor disse que 'não há ninguém mais brasileiro que os Príncipes homenageados' e que sua passagem por Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos havia sido uma imposição da justiça, numa reverência necessária aos que tanto fizeram pela raça. Estiveram presentes na cerimônia de despedida, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Sua Alteza Real Imperial, D. Pedro Henrique, Sua Alteza Real, D. Pedro Gastão e D. João à frente de 14 membros da família Imperial. O Coral do Instituto de Educação, durante a benção aos esquifes, cantou o hino da "Redentora" também chamado hino da Abolição, enquanto os sinos dobravam. Um princípio de tumulto, dominado imediatamente pela guarnição da Polícia Militar em serviço no local, foi causado por populares - em sua maioria velhas mulheres - que queriam guardar como lembrança, flores e pedaços de fitas verde-amarela e azul-e-vermelha que ornamentavam as velas na nave central da Igreja.<sup>63</sup>

A disputa pelas fitas demonstra a crença na atmosfera sagrada que cercava o local. Ter aquele pedaço de pano significava guardar uma espécie de amuleto sagrado, promovido pela presença dos restos mortais da Princesa. A fala daquela senhora revela o significado da liberdade, compreendido como benção por muitos negros após a abolição que guardavam um verdadeiro respeito, admiração e gratidão por sua "Redentora".

---

dez. 1996, pp. 151-162.

<sup>63</sup> *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1971.

Numa cerimônia, marcada pela presença do General Médici, a “Redentora” completava um ciclo. Assim como Cristo, voltava ao paraíso de onde havia saído. Os esquifes foram conduzidos pelos carros do Exército, em cortejo cívico solene, do Rio de Janeiro até Petrópolis. Expulsa pelos militares em 1889, a Princesa era novamente conduzida ao Brasil, em um contexto marcado pela ditadura militar.

Após o velório em seu antigo palácio em Petrópolis, os restos mortais de Isabel foram recebidos na Catedral de Petrópolis por ministros de Estado, governadores, embaixadores, secretários de Estado fluminenses e por membros da Família Imperial. Depois da descida dos caixões, no mausoléu construído no interior da igreja, o General Médici colocou duas coroas de flores no pé de cada túmulo do casal d’Eu, assinando em seguida a ata de entrega dos restos mortais à Catedral. A “Redentora” era assim colocada em seu devido lugar, um espaço sagrado em que pode ser reverenciada e venerada pelos turistas que passam pela cidade e visitam seu túmulo.

Nos clubes e organizações cívicas e sociais dos negros, a abolição foi comemorada com muito entusiasmo até a década de 1960, por meio de conferências, concertos, bailes e eventos esportivos. As organizações negras, estudadas por George Reid Andrews, visitavam os túmulos dos abolicionistas, promoviam desfiles e compareciam às redações de jornais e estações de rádio, com a finalidade de divulgar “a importância do 13 de maio na história brasileira.”<sup>64</sup> No jornal *O Clarim da Alvorada*, festejava-se o 13 de maio, expressando sua gratidão por Isabel:

“uma Senhora Nobre a quem devemos dar o título de mãe dos cativos. (...) Imploremos a Jesus pela sua alma bendita e para todos que se esforçaram na campanha da nossa redenção! (...) Hoje, que todos nós somos livres, que vivemos em comunhão com todos os homens tendo as mesmas regalias e que já constituímos uma raça forte e poderosa

<sup>64</sup> George Reid Andrews. *Negros e brancos em São Paulo: (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998, pp. 332-335.

que promete muito cooperar em prol dos seus descendentes do Brasil, devemos também pedir ardentemente a Jesus pelos abolicionistas (...) e [por] todos enfim que trabalharam para a remissão de nossos mártires, a glória eterna. Brasil, nossa querida pátria! Vós que sois fortes e que tendes progredido tanto, apesar dos fatos passados, de há trinta e seis anos, atendeis aos vossos filhos queridos o que pedimos de todo o coração! Mandeis quanto antes buscar os despojos daquela grande senhora, mãe dos cativos, também nossa mãe a “Redentora” a fim de que possa ao lado de seu pai e de todos os brasileiros descansar por toda a eternidade. Assim praticareis um belo ato de gratidão que será sempre lembrado por todos nós e por todos os povos do universo! Hoje é festa nacional! Pensemos portanto no nosso futuro: perdoemos de coração aqueles que foram a causa da escravidão dos nossos antepassados! Somos todos iguais, nada há mais belo nesse mundo do que a caridade, a justiça, a gratidão e a liberdade.”<sup>65</sup>

Das palavras do articulista, emerge uma visão idílica da situação dos negros no pós-abolição. O 13 de maio aparece como uma data especial em que a Princesa possibilitou a igualdade entre todos os brasileiros. Graças a ela e aos abolicionistas, os negros puderam constituir uma “raça” forte. Isabel assume, pelo seu grande ato, o papel de mãe dos negros. O passado e as atrocidades da escravidão devem ser apagados e seus responsáveis perdoados. Caridade, justiça, gratidão e liberdade aparecem como valores maiores. Merecem gratidão aqueles que, por caridade, lutaram para o estabelecimento da justiça na garantia da liberdade.

A demanda pelos restos mortais da Princesa expressa a atmosfera sagrada que envolvia sua figura como uma espécie de padroeira do movimento. Segundo Andrews, as organizações negras, desde o início do século, veneravam figuras míticas que simbolizavam as contribuições dos negros para a história brasileira.<sup>66</sup> Dentre elas, o maior destaque era dado para a Mãe Preta, que representava as mulheres negras que haviam cuidado e amamentado os filhos das famílias brancas. Assim, esta figura

<sup>65</sup> O Clarim da Alvorada. 13 de maio de 1924.

aparecia na imprensa negra como um “símbolo não apenas dos sacrifícios que os negros haviam feito pelo Brasil, mas também dos fortíssimos laços que uniam euro e afro-brasileiros em um destino comum.”<sup>67</sup> Segundo o autor, até a década de 1950, a Mãe Preta era homenageada no dia 28 de setembro, data de aprovação da Lei do Ventre Livre. Na década de 1960, uma organização negra paulista, auxiliada por alguns cultos de Candomblé, começou a comemorar o dia da Mãe Preta em 13 de maio.<sup>68</sup>

Acredito que, simbolicamente, era como se associassem essa figura mítica à Isabel. Ambas, pareciam representar uma espécie de simbiose na formação da nacionalidade brasileira como um corpo comum. Alimentaram o povo alheio e o sustentaram maternalmente, possibilitando seu engrandecimento e suas conquistas. Tal consideração é reforçada pelas crenças que envolvem a estrutura familiar dos povos bantos da África Central, de onde veio a maior parte dos escravos trazidos para o Sudeste brasileiro. De acordo com o estudo desenvolvido por A. I. Richards, a matrilinearidade é uma característica marcante na organização do parentesco destes povos.<sup>69</sup> Em sua estrutura, acreditam que o sangue passa através da mulher e não do homem. A filiação é fixada a partir de uma antepassada original ou de uma série de antepassadas conhecidas por “mães” da linhagem ou do clã.<sup>70</sup> No Brasil, ao venerarem Nossa Senhora do Rosário como padroeira, pintavam-na de negro, tornando-a mais familiar.<sup>71</sup> Da mesma forma, Isabel foi “enegrecida” ao tornar-se a padroeira da libertação dos negros, sua mãe protetora. Simbolizava a coroação de sua luta pela

---

<sup>66</sup> George Reid Andrews. *Negros e brancos em São Paulo: (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998, p.335.

<sup>67</sup> Ibid. p. 336.

<sup>68</sup> Ibid. pp. 336-337.

<sup>69</sup> A. I. Richards. “Alguns tipos de estrutura familiar entre os bantos do Centro.” In: Radcliffe Brown e Daryll Forde. *Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974, pp. 284-285.

<sup>70</sup> Ibid. p. 286.

<sup>71</sup> Luís da Câmara Cascudo. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d. pp. 298-299.

liberdade em solo brasileiro, uma espécie de santa que os teria abençoado, restituindo-lhes a liberdade.

Na década de 1970, ativistas negros passaram a rejeitar o 13 de maio, entendendo-o como uma data que retratava a passividade dos negros que teriam recebido a liberdade das mãos de uma Princesa bondosa. Em seu lugar, invocaram o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi, líder guerreiro do Quilombo de Palmares que simbolizava a luta negra contra a opressão da escravidão. No contexto da ditadura militar, o líder foi tomado pelos movimentos de esquerda como símbolo de resistência ao autoritarismo. Palmares passou a ser retratada, por esse grupo, como uma sociedade “comunista primitiva”, a primeira sociedade socialista das Américas.<sup>72</sup> Neste contexto, a Mãe Preta passou a ser vista pelo movimento negro como uma resposta submissa e acomodada dos negros à escravidão, enquanto Zumbi representaria a resistência corajosa e engajada.<sup>73</sup>

Uma luta de representações foi travada por ocasião do centenário da Abolição da escravidão, no ano de 1988. De um lado, surgiam manifestações de repúdio ao 13 de maio e ao seu significado doador. O movimento negro, em várias partes do país, questionava a liberdade alcançada pelos negros, denunciava o racismo e exaltava a figura de Zumbi como o verdadeiro libertador.

A Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro organizou, no dia do centenário da abolição, a “Caminhada estudantil pela verdadeira abolição”.<sup>74</sup> A manifestação contava com a participação de alunos das escolas públicas do município, que em passeata pelas ruas compareceram ao memorial dedicado à Zumbi para lavar a

---

<sup>72</sup> George Reid Andrews. *Negros e brancos em São Paulo: (1888-1988)*. pp. 338-339.

<sup>73</sup> *Ibid.* p. 337.

sua estátua. Ao som de música “funk”, alternada pelo samba-enredo da Mangueira de 1988 “Cem anos de Liberdade – Realidade ou Ilusão?” caminhavam com cartazes e faixas em que respondiam à seguinte questão formulada previamente pela Secretaria de Educação: “O que Zumbi diria à Princesa Isabel?” Em resposta, lia-se frases variadas do tipo: “Obrigado, sua maluca. Já é muito tarde. Não valeu a pena. Cansei de apanhar”; “Liberdade, ainda que tarde, vale tê-la de verdade!” ; ou “Sem o negro o branco não consegue viver.”<sup>75</sup> Outros cartazes ainda traziam como resposta: “Princesa Isabel, nós queremos liberdade!”; “Zumbi lutou para chegar onde chegou. Lutou pela libertação dos negros. Valeu Zumbi”<sup>76</sup> Interpretações diversas circulavam no centenário da Abolição. Não havia consenso sobre quem deveria ser o principal homenageado.

Indignados, os descendentes da família Imperial promoveram uma cerimônia religiosa em desagravo à memória da Princesa que estaria, nas palavras do Príncipe Pedro Gastão de Orleans e Bragança, sendo “xingada nas ruas pelos netos daqueles que a idolatravam.”<sup>77</sup> Mas apesar de questionada, a representação da Princesa ainda sobrevivia. Entre os cartazes preparados em resposta à questão colocada pela Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, também encontravam-se frases como: “Sou grato por você libertar meus pretos. Assinado: Seu amigo Zumbi.”<sup>78</sup>

---

<sup>74</sup> Tribuna da Imprensa. 14 de maio de 1988.

<sup>75</sup> Ibid.

<sup>76</sup> Caetana M. Damasceno e Sonia M. Giacomini. “Caminhada estudantil pela verdadeira abolição: o que Zumbi diria à Princesa Isabel.” Projeto Abolição – CIEC – UFRJ, 1988, texto datilografado.

<sup>77</sup> Jornal do Comércio. 15 de maio de 1988.

## Considerações finais

*“Dia 13 de maio em Santo Amaro  
Na Praça do Mercado  
Os pretos celebravam  
Talvez hoje inda o façam  
O fim da Escravidão  
Da Escravidão  
O fim da Escravidão  
Tanta pindoba!  
Lembro do aluá  
Lembro da maniçoba  
Foguetes no ar  
Pra saudar Isabel, ô Isabé  
Pra saudar Isabé”*

13 de maio – Caetano Veloso

(CD Noites do Norte)

A compreensão da construção e sobrevivência da imagem da Princesa Isabel como “Redentora” dos escravos no Brasil foi proposta a partir da aproximação e análise do discurso emitido por diferentes grupos portadores de propostas diversas e conflitantes. Da fala de republicanos, monarquistas, conservadores, liberais, abolicionistas, deputados, jornalistas, negros libertos e descendentes de ex-escravos emergiam representações distintas sobre a Princesa. Assim, como recomenda o historiador Roger Chartier, busquei pensar a articulação existente entre diferentes lógicas causais presentes e articuladas nos discursos que organizam os enunciados e comandam os gestos e a conduta.<sup>79</sup>

Desde os primeiros anos de vida, ao se tornar Princesa Imperial e herdeira presuntiva da Coroa, antes mesmo de se envolver com o problema da extinção da

---

<sup>78</sup> Damasceno e Giacomini. “Caminhada estudantil pela verdadeira abolição.”

escravidão no Brasil, Isabel era alvo de projeções e expectativas que forjavam representações de sua pessoa no cenário Imperial. Nos compromissos protocolares e nos cerimoniais diversos que envolviam sua participação, a Princesa suscitava críticas e elogios daqueles que pensavam na viabilidade da continuidade monárquica em solo brasileiro.

Preparada e educada para assumir o trono, Isabel apresentava-se publicamente por meio da participação de jantares e saraus, e ainda em recepções oferecidas por nobres e políticos do Império, fomentando sua credibilidade entre as elites. Também em viagens à Europa ou pelo interior do Brasil visitava orfanatos, hospitais, asilos e escolas como forma de se apresentar solidária aos problemas sociais. Desta forma, ao mesmo tempo em que o Império se fazia presente em regiões distantes, Isabel tornava-se conhecida das populações longínquas que se encantavam com as visitas imperiais.

De sua própria pena Isabel escrevia ao pai, emitindo uma auto-representação em que transparecia seu fervor religioso e sua aptidão e interesse pelo exercício da administração pública. Por outro lado, chamada a ter como modelo a Rainha Vitória, protótipo da mulher burguesa do século XIX, Isabel em recusa, apresentava-se como uma católica fervorosa e aristocrática.

O exercício das Regências, o casamento ou as gestações foram ocasiões em que as representações de Isabel circulavam com maior intensidade. Fragilidade, religiosidade, submissão ao marido eram apontadas pelos republicanos como características negativas de sua personalidade. Imagens que contrastavam com os elogios, emitidos pelos monarquistas defensores do Terceiro Reinado, acerca de seu

---

<sup>79</sup> Roger Chartier. *Au bord de la falaise: l'histoire entre certitudes et inquiétudes*. Paris: Albin Michel, 1999, p. 9.

preparo e capacidade de administrar o país ao ocupar o trono com sensibilidade para as questões sociais.

A representação de Isabel como “Redentora” dos escravos, construída inicialmente como estratégia de sobrevivência do regime monárquico, perdeu durante as três primeiras décadas republicanas, o caráter político do qual estava carregada. Submetida a um processo de esquecimento, esta representação sobreviveu aos discursos oficiais contrários à sua perpetuação, encaminhando-se para o espaço da cultura popular, onde seu caráter místico foi acentuado.

Os negros, ao atribuírem significado à Isabel, a partir de sua visão de mundo pautada na concepção africana de realeza, expressavam sua compreensão do processo de culminou com a garantia jurídica do fim da escravidão. Nele, a Princesa incorporava o caráter de uma liderança político-religiosa que havia concretizado sua libertação.

Após a morte da Princesa no exílio em 1921, seus restos mortais permaneceram na França até 1953, quando foram trasladados para a Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro. Ao voltar à cena, a partir de seu falecimento, após décadas de esquecimento oficial, a imagem de Isabel ressurgiu mais sacralizada e menos política, menos monárquica. Ganhou um lugar de memória,<sup>80</sup> no panteão cívico dos heróis nacionais, aprisionada na História. A afirmação de Isabel como “Redentora”, bem como sua perpetuação na memória coletiva guarda semelhanças com o que ocorreu com a imagem de Tiradentes.

A representação de Joaquim José da Silva Xavier como um herói nacional cívico religioso, como um mártir e integrador da nossa nacionalidade só se tornou possível por

ser apresentado como um Cristo cívico, a partir do apelo à tradição cristã do povo. Como Cristo, foi sacrificado por defender os humildes. Além disso foi traído e não conseguiu colocar seus planos em prática.<sup>81</sup> Da mesma forma, Isabel entrou para a memória coletiva como aquela que sacrificou o seu trono em favor dos cativos, entregou a si mesma para redimir os negros, restituindo-lhes a liberdade. Foi traída por um golpe militar que a expulsou do país, impedindo-lhe de reinar. Ao mesmo tempo, proporcionou a liberdade e a pretensa igualdade entre os brasileiros.

A “Redentora” era celebrada e exaltada, inclusive pelo movimento negro que festejava anualmente a abolição até a emergência de Zumbi como um novo líder, na década de 1970.

No centenário da Abolição em 1988, a “Redentora” competia com o líder guerreiro Zumbi, numa disputa acirrada. Mas apesar de enfraquecida, ainda permanece viva na memória de muitos brasileiros.

O enredo da escola de samba Mangueira do ano 2000, buscou retratar o lado negro e popular do Segundo Reinado. A letra do samba homenageava a Dom Obá, Príncipe negro e descendente de um rei africano, que tinha freqüentes audiências com o Imperador D. Pedro II. D. Obá, teria visto, de acordo com o samba-enredo, “no morro da Mangueira/ sambar de Porta-Bandeira a Princesa Isabel”.<sup>82</sup> Ainda hoje, por meio de rituais e coroações festivas presentes nas manifestações folclóricas e religiosas, as esperanças de harmonia continuam sendo alimentadas por sonhos de liberdade e

---

<sup>80</sup> Entendido aqui como um aprisionamento histórico por falta de um grupo que o sustente sem referências materiais e espaciais. Cf. Pierre Nora. “Entre a memória e história: a problemática dos lugares.” Revista Projeto História, n. 10, São Paulo, dez. 1993. Tradução de Yara Aun Khoury.

<sup>81</sup> José Murilo de Carvalho. A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 67-70.

<sup>82</sup> Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti. “O divórcio entre o samba e a alegoria.” Folha de São Paulo, 19 de março de 2000.

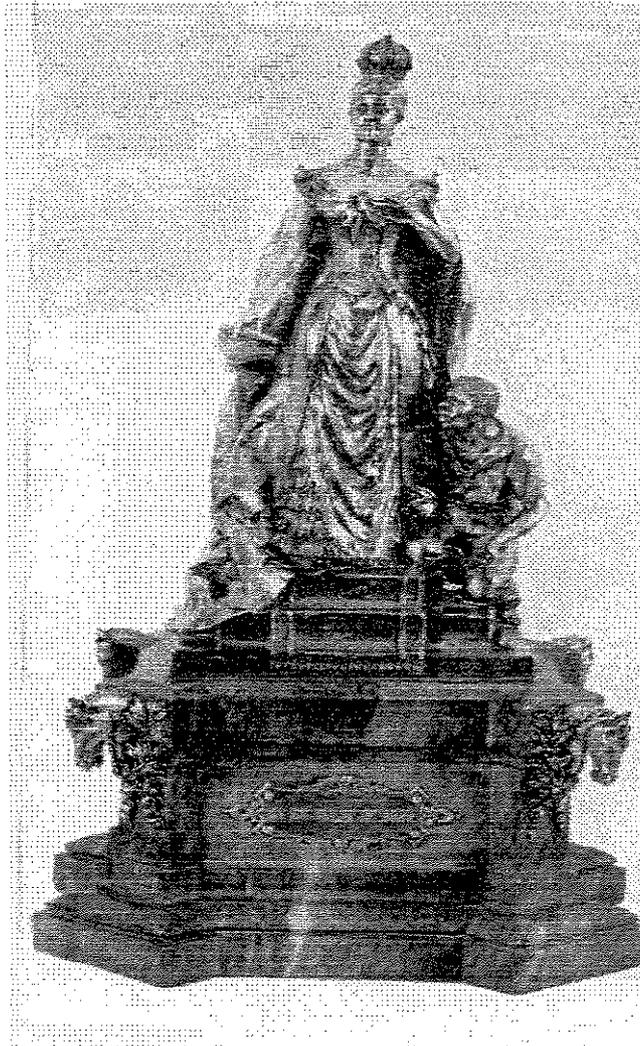
igualdade que não foram apagados. Com seus olhos, os afro-descendentes projetaram Isabel em suas manifestações religiosas, festas, espaços, rituais e irmandades.

Em 1996, o ex-jogador de futebol e então ministro dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, conhecido como “Rei Pelé” ou “rei do futebol” dava os primeiros passos em direção à nova regulamentação nas atividades exercidas pelos atletas brasileiros, que passariam a ser donos de seu passe. Ao receber propostas a serem incluídas nas modificações da nova regulamentação comentou o ministro: "Estamos de braços abertos para eventuais mudanças", disse Pelé. "Não serei o Tiradentes, que não completou seu trabalho, mas a Princesa Isabel." <sup>83</sup> As realezas continuam se visitando e a representação de Isabel como “Redentora” dos escravos ainda sobrevive como um totem cívico.

## Anexo

É interessante observar os elementos artísticos que celebram a Princesa na estatueta fundida pelo Jokey Club do Rio de Janeiro em homenagem à “Redentora”.

Estátua comemorativa do 13 de maio de 1888.



Fonte: DIAS, Renato Henrique. Museu Mariano Procópio.  
Juiz de Fora: Tribuna de Minas, 1996, p. 29.

Trata-se de uma peça exposta na sala D. Pedro II, no museu Mariano Procópio (Juiz de Fora-MG).<sup>84</sup> A autoria e a data precisa de sua fundição são desconhecidas. Sua exposição, enquanto peça de um museu, através da constante visualização pública ao longo das décadas, tem contribuído para a perpetuação do imaginário heroificador da Princesa “Redentora”. E conseqüentemente tem possibilitado a permanência da imagem mítica, função que as estampas, relegadas a um arquivo, não conseguem cumprir com tanta eficiência. A peça, fundida em prata com a base em mármore, pretende afirmar a heroicidade do ato realizado pela Princesa Isabel no dia treze de maio de 1888, legitimando-a como merecedora do Terceiro Reinado que parecia aproximar-se.<sup>85</sup>

A escolha da posição dos elementos já começa a nos dizer alguma coisa. O negro situa-se à esquerda da Princesa, posição tradicionalmente ligada a elementos negativos, obscuros e satânicos. Indica sentido de enfermidade, lugar onde se busca justiça social, progresso inovação e libertação.<sup>86</sup> Todavia, o escultor apresenta uma solução a este pobre coitado que não permanecerá nesta posição por muito tempo. Apesar de se situar à esquerda, o negro tem os olhos fitos na mão direita da Princesa. Tal fato é de extrema importância, sobretudo se considerarmos que na Bíblia “olhar à direita (Salmo 142,5) é olhar para o lado do defensor; é lá o seu lugar. Como será o dos Eleitos no Juízo Final, quando os danados ficarão à esquerda. A esquerda é a direção do inferno; a direita, a do paraíso.”<sup>87</sup> O negro, em posição de rendição, observa a placa (situada na mão direita) que traz a inscrição “13 de Maio”. A direita simboliza, em política: a tradição, a ordem, a estabilidade, a força e o sucesso. Estes elementos são assim

<sup>84</sup> A peça tem por dimensões: 0,52 m de altura e 0,25 m de largura.

<sup>85</sup> O desenvolvimento desta tarefa será realizado com base em Jean Chevalier & Alain Gheerbrant. *Dicionário de símbolos*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

<sup>86</sup> *Ibid.* pp. 341-344.

<sup>87</sup> *Ibid.* p. 341.

valorizados e apresentados ao negro como promessas de um futuro mais digno, do qual a Princesa se coloca como intermediadora. Com a mão esquerda no peito, sobre o coração, a Princesa expressa o compromisso de um futuro brilhante, o qual parece buscar com seu olhar direcionado ao horizonte. Ao mesmo tempo, o peito expressa o abrigo de um coração generoso que expande suas dádivas vivificadoras, um sentido de proteção e de segurança. Ali, naquele momento, coloca-se como heroína, alguém que foi capaz de proporcionar uma nova situação aos desfavorecidos que agora têm a possibilidade de olhar da esquerda para a direita, isto é, vislumbrar do inferno o paraíso, alcançar a redenção de seus sofrimentos.

Deve-se ressaltar ainda que, apesar da mão direita da Princesa estar completamente abaixada, o negro situa-se numa posição ainda inferior a esta, sendo preciso, para observá-la, inclinar levemente a cabeça e o olhar para cima, para o alto. Tal elemento encarna uma simbologia interessante se considerarmos que o “olhar dirigido lentamente de baixo para cima é um signo ritual de benção nas tradições da África negra.”<sup>88</sup> A Princesa assume assim uma feição sagrada. Além disso, situa-se sobre o tapete, elemento que “resume o simbolismo da morada, com seu caráter sagrado e todos os desejos da felicidade paradisíaca que ela encerra.”<sup>89</sup> A preocupação em sacralizar aquele momento ímpar fica, por fim evidente, na estrutura da base da estátua que apresenta uma escada de três degraus. A Princesa, em pé, de forma harmoniosa e equilibrada, destaca-se numa posição de supremacia e superioridade, um pedestal que lhe confere um caráter sagrado. Aliás, elemento comum às aclamações e poemas da época que não se cansavam de repetir vivas à “Santa Isabel”. Assim é que o escravo,

---

<sup>88</sup> Ibid. p. 653.

<sup>89</sup> Ibid. p. 864.

neste ambiente sacralizado, posta-se de joelhos respectivamente no segundo e terceiro degraus, numa atitude de contemplação e admiração diante de sua “Redentora”.

As vestes da Princesa também nos apontam alguns elementos interessantes. Trazendo em suas costas um manto, ela nos apresenta sua escolha pela sabedoria. Portar-se com um manto significa “assumir uma dignidade, uma função, um papel, de que a capa ou o manto é o emblema.”<sup>90</sup> No caso, busca aproximar-se de sua futura função, a de uma governante digna de assumir a direção do Estado brasileiro. Esta dignidade expressa-se também através da fita, que amarrada a sua cintura, significa a recompensa de um “ato de coragem ou uma vida que se distingue, marca um sucesso, um triunfo, uma realização. Seu símbolo é orientado no sentido da manifestação de uma vitória.”<sup>91</sup> Esta vitória, deve ser entendida como o fim do cativo, sobre o qual Isabel deve reinar triunfante. Ao triunfar sobre aquele passado vergonhoso e obscuro, ela coloca-se como iniciadora e ao mesmo tempo portadora de um novo tempo, o qual começa a despontar através de seu golpe fatal sobre a servidão, atitude que precisa ser perpetuada nas mentes e nos corações do povo brasileiro.

A atitude do negro, como vimos, é de inteira adoração. Sua feição encerra um ar de contemplação e admiração, projetados através de um sorriso. A posição de sua mão esquerda (lado da emoção) “com as palmas repousando sobre o joelhos exprimem a concentração meditativa.”<sup>92</sup> Ao passo que a mão direita (lado da razão) “levantada, os dedos indicador e médio esticados e unidos, os outros dedos dobrados [representa] a argumentação, a dialética.”<sup>93</sup> Ao mesmo tempo em que dobra-se em adoração à sua

---

<sup>90</sup> Ibid. p. 589.

<sup>91</sup> Ibid. p. 433.

<sup>92</sup> Ibid. p. 590.

<sup>93</sup> A descrição das mãos e dos dedos dada pelo dicionário coincide exatamente com a disposição dos mesmos na composição do negro. Cf. Ibid. p. 590.

“Redentora”, ele reflete sobre sua grandeza expressa na atitude “Redentora” da assinatura da lei. Ao contrário da figura clássica de um escravo, comumente apresentado sem camisa, o negro aparece aqui trajado com uma camisa semi-aberta. Esta vestimenta, símbolo de proteção, representa assim um pequeno indício da nova situação do negro que agora alcança um lugar na sociedade, tornando-se menos selvagem, embora permaneça descalço.

E por fim destacamos a coroa, elemento que reforça a busca de legitimação do Terceiro Reinado. Diferentemente das outras Monarquias de tradição mais antiga (como é o caso da inglesa, onde existem coroas específicas para cada tipo de Príncipe) nossa Monarquia não se preocupava com esta sofisticação simbólica. Só havia uma coroa destinada ao uso do Imperador nos momentos de abertura e encerramento das atividades anuais da Assembléia Legislativa. Portanto, só era utilizada poucas vezes por ano. A preocupação do escultor em apresentar a Princesa com a coroa na cabeça dá-nos a impressão de que, naquela circunstância (abolição), ela já assumira o caráter de uma Imperatriz, uma vez que nem nos momentos de Regência era comum o uso da coroa. Este era portanto um elemento especial na medida em que “a coroa simboliza uma dignidade, um poder, uma realeza, o acesso a um nível e a forças superiores.”<sup>94</sup>

Ansiava-se por legitimar o Terceiro Reinado. Tal objetivo confirma-se, por fim, através do pé direito da Princesa. Isso mesmo! Detalhe quase imperceptível na composição da escultura e que aparentemente não faria a menor diferença quando observado à primeira vista. A opção de não encobrir este pé (como foi feito com o esquerdo) revela-nos a intenção de um caminhar, a busca de se projetar para frente, para o futuro, para o progresso, lugar para onde ela dirige o olhar. Mais do que isso, há

também um sentido de afirmação. De acordo com a simbologia, não se trata “de dizer vim, mas de afirmar: estou aqui e aqui fico.”<sup>95</sup>

Todos estes elementos, em sua simbologia, revelam-nos a intenção clara de heroificação da Princesa. Percebemos, por trás de cada detalhe, um projeto monarquista com pretensões pedagógicas e legitimadoras. Era preciso apresentar aos brasileiros a superioridade e a grandeza do governo ao qual estavam destinados. Num momento de crise, onde uma nova sociedade urbana, portadora de novos ideais despontava, era necessário a incorporação imediata destes valores que precisavam ser rearticulados pela lógica monárquica e oferecidos a esta nova sociedade. Isto é, os valores defendidos e ambicionados pelos novos tempos tornavam-se ingredientes necessários da nova imagem monárquica. Esta imagem inovadora só poderia ser construída por meio de um elemento novo que viesse curar as enfermidades daquela sociedade. Se o republicanismo, como já vimos, esforçava-se, do ponto de vista discursivo, para se apresentar como responsável por esse papel curador, os monarquistas não podiam aceitar passivamente tal situação. Diante do escravismo, encarado como principal doença da sociedade, precisavam elaborar uma solução que, do ponto de vista simbólico, lhes conferisse um caráter inovador. A heroificação da futura Imperatriz como “Redentora” dos escravos poderia cumprir simbolicamente este papel.

---

<sup>94</sup> Ibid. p. 289.

<sup>95</sup> Ibid. p. 694.

**BIBLIOTECAS E ARQUIVOS**

Arquivo do Grão-Pará

Arquivo Histórico do Itamaraty

Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis

Arquivo Histórico do Museu Mariano Procópio

Arquivo Nacional

Biblioteca de Obras Raras do Museu Imperial de Petrópolis

Biblioteca de Obras Raras do Museu Mariano Procópio

Biblioteca Municipal Murilo Mendes - Setor de Obras Raras

Biblioteca Nacional

Biblioteca Central da UNICAMP – Coleções Especiais e Obras Raras

Casa Rui Barbosa

CIEC – Centro Interdisciplinar de Estudos Culturais - UFRJ

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II - NUDOM

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes Primárias

#### 1. Manuscritas

“Caderno de notas enviado pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II” 4 de abril de 1865, p. 4” Arquivo do Grão Pará. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d'Eu. Pasta XL.

“Carta da Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II.” Manchester, 5 de abril de 1865. Arquivo do Grão-Pará. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d'Eu. Pasta XL, item 2'.

“Carta da Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II.” Rio de Janeiro, 14 de junho de 1867. Arquivo do Grão Pará. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d'Eu. Pasta XL, item 2'.

“Carta de D. Pedro II a Paulino José de Sousa sobre a execução de uma estátua em sua homenagem.” Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. Coleção Doação Museu Imperial I- DMI.19.03.1870.PII.B.c.

“Carta de D. Pedro II a Princesa Isabel. Lyon, 4 de fevereiro de 1872.” Arquivo do Grão Pará. Correspondência Ativa de D. Pedro II. Pasta XXXVIII, item 1.

“Carta do Bispo de Mariana ao Imperador D. Pedro II felicitando-o pelo casamento da Princesa Isabel.” 3/11/1864. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. POB. Maço 135. Doc. 6601.

“Carta do Marquês de Herval a Francisco Marcondes Homem de Mello.” Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Coleção Instituto. Lata 334. Doc. 13.

“Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II Petrópolis, 4 de fevereiro de 1872” Arquivo do Grão Pará. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d'Eu., Pasta XL.

“Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II de Paris em 17 de maio de 1874”. Arquivo do Grão Pará. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d'Eu. Pasta XL.

“Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II de Petrópolis, em 6 de março de 1872”. Arquivo do Grão Pará. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d'Eu. Pasta XL.

“Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II em 5 de janeiro de 1872.” Arquivo do Grão Pará Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d’Eu. Pasta XL.

“Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II em 31 de agosto de 1873” Arquivo do Grão Pará. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d’Eu. Pasta XL.

“Conselhos do Imperador à Regente por ocasião de sua segunda viagem.” Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. Arquivo da Casa Imperial. Maço 175. Doc. 7972.

“Contrato de Casamento de Sua Alteza Imperial a Princesa Imperial do Brasil D. Isabel Cristina com Sua Alteza Real o Príncipe Luís Felipe Maria, Conde d’Eu.” Arquivo Nacional. CDE/SDE Códice 982. Microfilme 003. 0-76.

Diários de André Rebouças. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 464. Docs. 2-7.

“Esboço autobiográfico escrito pela Princesa Isabel intitulado Alegrias e Tristezas.” Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. Arquivo da Casa Imperial. POB Doc. 9335.

“Instrumento de reconhecimento da Princesa Imperial D. Isabel como sucessora no trono e coroa do Império do Brasil.” Decreto n. 694 de 14 de agosto de 1850. Arquivo Nacional - SDE 001 Cód. 704 microfilme 003. 0-76.

“Juramento da Sereníssima Princesa a Senhora Dona Januária à Constituição Política do Império do Brasil.” 4 de agosto de 1836. Arquivo Nacional. CDE/SDE. Códice 971. Microfilme 003. 0-76.

“Mensagem datada de 14 de setembro de 1850 de Cândido Borges Monteiro dirigida a D. Pedro II prestando saudações pelo reconhecimento da sucessora do trono D. Isabel.” Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. POB. Maço 113 - Doc. 5653.

“Mensagem de Felicitações da Câmara Municipal de Recife à S.M.I. por ocasião do casamento da Princesa Isabel com S.A. R. o Conde d’Eu.” Rio de Janeiro. 24/11/1864. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Coleção Marquês de Olinda. Lata 215. Doc. 30.

“Página do Diário escrito por S. M. o Imperador, o Sr. D. Pedro II” em 31 de dezembro de 1861. Arquivo Histórico do Museu Mariano Procópio. Coleção Família Imperial. Registro Provisório 002.

“Reconhecimento da Princesa Imperial Princesa Dona Januária.” 31 de maio de 1836. Arquivo Nacional. CDE/SDE. Códice 726. Microfilme 003.0-76.

## 2. Impressas

A Princesa Isabel em Guaratinguetá. Guaratinguetá In: História n. 128. Museu Frei Galvão, mimeo, 1995

Boletim concitando o povo a não permitir a retirada da Princesa Isabel e do Conde d'Eu para a Europa. Rio de Janeiro. Typographia Fraternidade de Tomé Madeira & Pessoa de Barros. S.d.

Constituições do Brasil. Rio de Janeiro: Aurora, s.d. vol. 1.

Consulta e decisão sobre a licença pedida por Sua Alteza, o Sr. Conde d'Eu em 19 de março de 1874 para que sua Augusta Esposa a Sra. Princesa Imperial Dona Isabel durante a gravidez fosse dispensada de vir da Europa para o Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874.

Diário da Princesa Isabel em Caxambu. In: [www.palacehotel.com.br](http://www.palacehotel.com.br).

AIRES, Otávio. “Cartas anônimas à Família Imperial”. Anuário do Museu Imperial. Petrópolis, 1948.

Album de autographos oferecidos a sua magestade o Sr. D. Pedro II – Imperador do Brazil por ocasião de seu regresso a Patria em setembro de 1888. Voiron: Typographie et Litographie A. Mollaret, 1892.

ALBUQUERQUE, Francisco de Paula de Almeida. “Discurso proferido por ocasião do nascimento da Princesa Isabel.” Citado por VIEIRA, Hermes. Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras. São Paulo: GRD, 1989.

ALCÂNTARA, D. Pedro. Conselhos à Regente. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

Anuário político, histórico e estatístico do Brasil: 1846. Rio de Janeiro: Casa de Firmin & Didot Irmãos, 1846.

ASSIS, Alberto. Vultos e datas do Brasil. Salvador: Joaquim Ribeiro e Companhia Editores, 1922.

ASSIS, Machado de. Crônicas (1888-1889) São Paulo, Hucitec, 1990.

BABOSA, Rui. Queda do Império: Diário de notícias. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921, tomo I.

- CARVALHO, Alberto de Carvalho. Império e República ditatorial. Rio de Janeiro: Imprensa Mont'Alverne, 1891.
- Comissão Executiva Permanente do Professorado Público Primário da Corte. A festa das crianças: comemoração da lei de 13 de maio que aboliu a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.
- COUTTO, Pedro do. Pontos de História do Brasil. 2ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1920.
- DAUNT, Ricardo Gumbleton. Diário da Princesa Isabel: excursão dos Condes D'Eu à província de São Paulo. São Paulo: Anhembi, 1957.
- DÓRIA, Franklin. A abolição no Brasil. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1888.
- DUQUE-ESTRADA, Osório. História do Brasil: adotada na Escola Normal do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1918.
- DUQUE-ESTRADA, Osório. Noções de História do Brasil: obra oficialmente adotada nas escolas primárias do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, s.d.
- Etiqueta de tecido. Arquivo Nacional. Fundo Boullier. Série Indústria e Comércio, Junta e Tribunal. Pacote 5. Foto 155. Ic3-13, folha 88.
- FONSECA, Luís Anselmo. A escravidão, o clero e o abolicionismo. Bahia, Imprensa Econômica, 1887.
- Juvenal. O povo e o throno: profissão de fé política de Juvenal (Romano da decadência). Rio de Janeiro: Typographia e Litographia Franceza, 1869.
- MAGALHÃES, Couto. Manual do monarquista. São Paulo: Typographia Editora "O pensamento", 1913.
- MARTIN, L. Aime. Educação das mães de famílias ou a civilização do genero humano pelas mulheres. Tradução de Joaquim Maria da Silva. Porto: Editor Francisco Gomes da Fonseca, 1857, tomo I.
- MIRANDA, José Américo. Maio de 1888: poesias distribuídas ao povo no Rio de Janeiro em comemoração à Lei de 13 de maio de 1888. Coleção Afrânio Peixoto, n. 45. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.
- NABUCO, Joaquim. Um estadista do Império. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.
- OLIVIERA, Estevão. Rudimentos de História Pátria. Organizados em lições. De conformidade com o programa instituído oficialmente para o ensino dessa disciplina nas escolas primárias do Estado de Minas Gerais. Juiz de Fora: Typografia do Correio de Minas, 1909.

PASTORINO, Carlos Juliano Torres. Peça rádio-teatral em 1 ato. 1959.

PATROCÍNIO, José do. Campanha abolicionista: coletânea de artigos. Introdução de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

PINTO, Serpa. Como eu atravessei a África do Atlântico ao mar índico, viagem de Benguela à Contra-Costa, através de regiões desconhecidas. Determinações geográficas e estudos etnográficos. 2º vol. Londres: Sampson Low, Marston, Searle e Rivington Editores, 1881.

SAINT-HILAIRE, A. Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

Secretaria da Câmara dos Deputados. Fallas do trono desde o anno de 1823 até o ano de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Câmara temporária. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

SILVA, Leonardo Dantas. A imprensa e a abolição. Recife: Massangana, 1988.

### Fontes Secundárias

#### 1. Livros

ABREU, Martha. O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro. 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.) História da vida privada no Brasil: Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 2.

ANDREWS, Georges Reid. Negros e brancos em São Paulo (1888-1988). Bauru: EDUSC, 1998.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de Azevedo. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites. Séc. XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BALANDIER, Georges. O poder em cena. Brasília: EDUNB, 1982.

BASBAUM, Leôncio. História sincera da República: das origens à 1889. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. Vol. 1.

BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BURKE, Peter. A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- CALMON, Pedro. A Princesa Isabel: A "Redentora". São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política Imperial: Teatro de sombras: a política Imperial. 2 ed rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ Relume-Dumará.
- \_\_\_\_\_. A Formação das Almas : o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. Pontos e bordados: escritos de História e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CASCUDO, Luís Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.
- \_\_\_\_\_. O Conde d'Eu (1842-1922). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger Chartier. Au bord de la falaise: l'histoire entre certitudes et inquiétudes. Paris: Albin Michel, 1999.
- \_\_\_\_\_. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 7 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. Da Senzala à Colônia. 7 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

DAMASCENO, Caetana M. & GIACOMINI, Sonia M. “Caminhada estudantil pela verdadeira abolição: o que Zumbi diria à Princesa Isabel.” Projeto Abolição – CIEC – UFRJ, 1988, texto datilografado.

DUBY, George Duby & Michelle Perrot. História das Mulheres: o século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

FARINA, Duílio Crispim. Tempo de vida, doença e morte na Casa de Bragança (Ramo do Brasil). São Paulo: Hucitec, 1975.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 3 ed. São Paulo: Ática, 1978.

FREYRE, Gilberto. Ordem e progresso. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

GALVÃO, Walnice Nogueira. No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais. São Paulo: Ática, 1974.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1989.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GIL, Fernando (coord.) Enciclopédia Einaudi. Religião-Rito .vol. 30. Realeza. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994.

GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Flávio dos Santos & REIS, João José. (orgs.) Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOUVEIA, Maurílio. História da Escravidão. Rio de Janeiro: Tupy, 1955.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque. O Brasil Monárquico: o processo de emancipação. História Geral da Civilização Brasileira. t 2. v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. O Brasil Monárquico: dispersão e unidade. História Geral da Civilização Brasileira. t 2. v. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. O Brasil Monárquico: reações e transações. História Geral da Civilização Brasileira. t 2. v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

O Brasil Monárquico: declínio e queda do Império. História Geral da Civilização Brasileira. t 2. v. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. O Brasil Monárquico: do Império à República. História Geral da Civilização Brasileira. t 2. v. 5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HIGINO, Sérgio Hígino. A Princesa Imperial em Pernambuco. Recife: Imprensa Oficial, 1946.

HUNT, Lynn. A nova História cultural, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IANNI, Otávio. Raças e classes sociais no Brasil. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Os subversivos da república. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LACOMBE, Lourenço Luiz Lacombe. A Princesa Isabel em Pernambuco. Ci & Trop. Recife, 6 (2): 265-269. Jul/Dez. 1978.

\_\_\_\_\_. Isabel: a Princesa “Redentora”. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1989.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

MACHADO, Maria Helena P. T. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da escravidão. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio : os significados da liberdades no sudeste escravista (Brasil século XIX ) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Ilmar R. O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial. 3 ed., Rio de Janeiro: Access, 1994.

MELLO, Cláudio Prado.(org.) Princesa Isabel - 150 anos: roteiro dos eventos comemorativos. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Imprensa Oficial - SMA, 1996.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira & MACHADO, Humberto Fernandes. O Império do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ORICO, Osvaldo. O tigre da abolição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977.

ORLEANS BRAGANÇA, Isabel de. De todo coração. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

RÉMOND, René (org). Por uma História Política. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RICHARDS, A. I. "Alguns tipos de estrutura familiar entre os bantos do Centro." In: Radcliffe Brown e Daryll Forde. Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

ROOGAN, Abraão & HOUAISS, Antônio. Enciclopédia e Dicionário Ilustrado. 3 ed. Rio de Janeiro: Edições Delta, 1998.

SALINS, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. (org.) História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Eduardo. As queixas do povo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. Dom Obá II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro (1850-1890) Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. A História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

STEIN, Stanley. Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba. São Paulo: Brasiliense, 1961.

VIEIRA, Hermes. Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras. São Paulo: GRD, 1989.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. "Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível." In: SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

XAVIER, Leopoldo Bibiano Xavier. Revivendo o Brasil Império. São Paulo: Artpress, 1991.

## 2. Artigos

AMANTINO, Márcia. "Os diferentes lados de uma mesma moeda: o Abolicionismo de Patrocínio e de Lacerda". In: Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, v. 3, n. 1, jan./jun. 1999.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de Azevedo. "Abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro". In: Revista de Estudos Afro-Asiáticos. n. 30, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. "Quem precisa de São Nabuco?" In: Revista de Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro. Junho de 2001 (no prelo).

\_\_\_\_\_. "Abolicionismo e memória das relações raciais". In: Revista Estudos Afro-Asiáticos. n. 26. Rio de Janeiro, CEEA, setembro, 1994.

\_\_\_\_\_. "Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos EUA e do Brasil" In: Revista da USP. Dossiê Povo negro - 300 anos. São Paulo: USP, 1996, n. 28.

BORGES, Vavy Pacheco. "História e política: laços permanentes." In: Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero, vol. 12, n. 23/24, 1992.

CHARTIER, Roger. Pouvoirs et limites de la représentations: sour l'oeuvre de Louis Marin. In: Annales: histoire et sciences sociales. 49e année, n.2. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, novembre-décembre, 1994.

DAIBERT JUNIOR, Robert. "Isabel, a "Redentora": heroificação da Princesa brasileira frente à crise monárquica e no advento da República." In: Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, v. 2, n. 1, jan./jun. 1998. <http://www.ufjf.br/~clionet/rehb>.

GOMES, Flávio dos Santos. "No meio das águas turvas. Racismo e Cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte. 1888-1889." In: Revista Estudos Afro-Asiáticos. n. 21. Dez 1991.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. "Isabel de Bragança, uma Princesa Imperial." Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 158, n. 394.

MARTIM, Ricardo. A educação das Princesas. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Coleção Leão Teixeira. Lata 755. Pasta 51.

NABUCO, Carolina Nabuco. "A "Redentora" e os abolicionistas". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. vol. 192. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. jul./set.1946.

UNICAM  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE